

Soler Gonzalez

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*autopiética*

na Baía de Vitória (ES)

Soler Gonzalez

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*autopiética*

na Baía de Vitória (ES)

 EDUFES

Vitória, 2024



**Universidade Federal  
do Espírito Santo**



**Editora Universitária – Edufes**

Filiada à Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514  
Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES · Brasil  
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852  
edufes@ufes.br  
www.edufes.ufes.br

**Reitor**

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

**Vice-reitora**

Sonia Lopes Victor

**Chefe de Gabinete**

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

**Diretor da Edufes**

Wilberth Salgueiro

**Conselho Editorial**

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana  
Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça,  
Fabrícia Benda de Oliveira, Fátima Maria Silva,  
Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre,  
José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira  
Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges  
de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra  
Soares Della Fonte

**Secretaria do Conselho Editorial**

Douglas Salomão

**Administrativo**

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

**Seção de Edição e Revisão de Textos**

Fernanda Scopel, George Vianna,  
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

**Seção de Design**

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,  
Willi Piske Junior

**Seção de Livraria e Comercialização**

Adriani Raimondi, Ana Paula Rubim,  
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,  
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

#### **Preparação de texto**

Jussara Rodrigues

#### **Projeto gráfico, diagramação e capa**

Juliana Braga

#### **Revisão de texto**

Fernanda Scopel

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G643e      Gonzalez, Soler.  
Educação ambiental autopoietica na Baía de Vitória(ES)  
[recurso eletrônico] / Soler Gonzalez. - Dados eletrônicos. -  
Vitória, ES : Edufes, 2024.  
168 p. : il ; 21cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-7772-572-4  
Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1.Meio ambiente. 2. Cartografia. 3. Educação ambiental. I.  
Gonzalez, Soler. II. Título.

CDU: 202.11

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas  
Crimson Text e Lato.

# Sumário

Prefácio.....	7
Apresentação.....	11
Os mundos da lama dos manguezais da Baía de Vitória .....	19
Educações ambientais autopoieticas e as práticas do bairro entre os manguezais e os cotidianos escolares da Ilha das Caieiras .....	41
Andadas e outros movimentos no campo da pesquisa .....	67
Mergulhos nos cotidianos escolares da Ilha das Caieiras.....	107
Ventos de travessias sem fim .....	145
Referências .....	153
Índice remissivo .....	165



**EDUFES**  
EDITORA

# Prefácio

A trajetória de vida de Soler Gonzalez, pessoal, profissional e acadêmica, é marcada pelo seu envolvimento com o ativismo educativo-ambiental e sua paixão pelos manguezais.

No mestrado, quando também escolheu a Ilha das Caieiras como local de investigação, ele desenvolveu uma pesquisa consistente e já demonstrava potencial acadêmico para o doutoramento e o futuro como pesquisador.

Inerentes à sua vida, a atuação como professor, a militância pela preservação dos manguezais e a contribuição ao campo da pesquisa em educação ambiental patenteiam-se na pesquisa original e única que empreendeu durante seu doutorado, no qual se jogou de modo transdisciplinar em busca de seu objeto.

Fica bem perceptível em sua tese, que se transformou neste livro, agora em suas mãos, que Soler não abandona a geografia, sua área de formação básica; pelo contrário, ele consegue ressignificá-la, *trespassá-la*, tratando-a a partir das diferentes temporalidades em sua cartografia. Seu argumento, nesse tracejado, é desterritorializar a disciplina, diante das diferentes geografias que compõem as áreas protegidas dos manguezais e os cotidianos escolares.

Faz, assim, constantes associações, integrações e enredamentos com outros campos de conhecimento, demonstrando uma grande afinidade com as ciências humanas e com a poética. A realização da pesquisa apresentada neste livro foi cercada de constante reflexão crítica e de uma escuta atenta e sensível. Durante as reuniões do

grupo de pesquisa, ou mesmo no processo de orientação, as escolhas consistentes de Soler, nas bifurcações do caminho, eram permeadas por novidades e fundamentadas pela densidade teórica e conceitual.

Ele narra e cartografa, com profundidade, seu campo problemático, seguindo experiências, conversas, memórias e acontecimentos das redes de saberes e fazeres das vidas cotidianas da Ilha das Caieiras, a área de manguezal mais preservada da Baía de Vitória. No ensejo de seguir os fluxos conduzidos pela política da narratividade que se apresenta no seu processo cartográfico, Soler busca de forma bastante criativa as tessituras dos devires territoriais, existenciais, dessas coletividades e do que, inspirada em Deleuze, ousa chamar de seus personagens conceituais: os *narradores da maré*. Sua trama se desenvolve com riqueza de detalhes, sustentada pelas diversas formas de resistência desses narradores, de suas comunidades e da própria baía da Ilha de Vitória (ES). Sua pesquisa extrapola a vivência cotidiana local, e a escrita deste livro conduz o/a leitor/a pelos meandros de uma experiência além-mar. Relaciono o livro com um “Fora”, tal como argumenta Deleuze<sup>1</sup>: “um livro é uma pequena engrenagem numa maquinaria exterior muito mais complexa. Escrever é um fluxo entre outros”.

Com isso, o autor segue os fluxos e tece fios de uma cartografia habitada por ele e pelos narradores da maré. Sua escolha se sustenta na política da narratividade para produzir uma educação ambiental autopoietica, o que implica uma postura ética e articulada ao contexto; é uma aposta metodológica inovadora, de problematização dos saberes-fazeres socioambientais que constituem as práticas do bairro Ilha das Caieiras, as redes cotidianas escolares e os manguezais da Baía de Vitória.

Ao acompanhar os processos, como um bom cartógrafo, ele captura histórias pessoais, vinculadas à vida coletiva e comunitária, ricas de contextos ambientais e históricos, de linguagem e de emoções. Captura ainda o que ele chama de uma “guerra de mapas”, marcada

---

1 DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 17.

por conflitos, tensões e negociações de interesses, desejos, poderes e táticas de resistências e de (re)existências. Considera também as diferentes intensidades, temporalidades, conflitos com e entre os narradores da maré e cria o devir caranguejo, inspirado no ciclo de vida desse crustáceo habitante do manguezal e no conceito de devir em Deleuze.

Nisso observamos a mistura entre o observador e o observado, rompendo com a clássica concepção de ciência fundamentada em uma dicotomia entre sujeito e objeto. Neste livro, Soler questiona de forma evidente a base de uma ciência pautada na excessiva objetividade.

Claro que, em tempos de negacionismo científico, essa é uma questão menor, embora profunda e complexa, e precisa ser pautada no campo da filosofia da ciência. O negacionismo a que estamos assistindo é uma estratégia para gerar confusão e criar dúvidas sobre fatos já comprovados. Negacionistas da emergência climática, das queimadas na Floresta Amazônica querem mesmo é favorecer o capitalismo, o mercado e a concentração de renda, que privilegiam poucos e deixam grande parte da população na pobreza.

Essa educação ambiental autopiética defendida por Soler insere-se no campo progressista, dialoga em redes de conversações com saberes de comunidades, saberes do ilhês, como bem denomina o autor, capturando cheiros, gostos e culturas. Remete o/a leitor/a a novos modos de existir, a partir de uma correlação entre temporalidades vividas e constituídas, sem ser piegas, num exercício constante de cartografar processos, vivências e porvires.

Por tudo isso, esta publicação é necessária nos dias atuais. Ela se alia a uma educação ambiental que faz frente à distopia que estamos a viver, especialmente em relação à emergência climática; e, ao mesmo tempo, compõe um mundo possível, capaz de gerar esperança e levar à compreensão de que não podemos nos render a esta realidade, como diria Paulo Freire.

*Martha Tristão*  
*Agosto de 2021*



**EDUFES**  
EDITORA

# Apresentação



*Baía Noroeste de Vitória e, ao fundo, o monte Mochuara no município de Cariacica, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Meu amor eu vou sair  
Num vento de travessia  
Na proa dessa canoa  
Sem rumo, remo nem quilha  
Lembrança revira o tempo  
Saudade, refúgio, ilha  
Porto seguro é seus braços  
Naufração da maravilha  
Ô canoeiro, ô canoa.  
“Cantilena” (2014)

A tese que originou este livro, cujo título é *Educação ambiental autopoiética com as práticas do bairro Ilha das Caieiras entre os manguezais e as escolas* (GONZALEZ, 2013a), é um desdobramento da dissertação de mestrado *Educação ambiental biorregional: a comunidade aprendente na Ilha das Caieiras, Vitória (ES)* (GONZALEZ, 2006). Os dois trabalhos foram realizados no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da professora doutora Martha Tristão.

Durante ambas as pesquisas, os encontros com o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos em Educação Ambiental (Nipeea), coordenado então pela professora Martha, compuseram minha auto-produção com diferentes matizes, forneceram pistas e suscitaram curiosidades. A educação ambiental autopoiética<sup>2</sup> foi sendo primeiramente engordada e discutida ali e, mais tarde, também nos grupos de estudo do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Culturas e Cotidianos (Nupec), coordenado, à época, pelos professores Carlos Eduardo Ferraço e Janete Magalhães Carvalho.

A elaboração de projetos e artigos com aproximações cartográficas e as leituras com esses grupos de pesquisas da Ufes foram aliadas à aposta política e epistemológica de envolvimento, na Ilha das Caieiras, com professores e professoras das redes municipais de ensino. Assim, meus passos por entre os mundos da lama e as ruas do bairro deslizaram e apontaram para duas questões:

- a) quais *saberesfazer*s<sup>3</sup> socioambientais constituem as “práticas do bairro” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996) Ilha das

---

2 A noção de educação ambiental autopoiética foi abordada também em outros trabalhos. Ver Gonzalez e Ramos (2013, 2014), Ramos, Rangel e Gonzalez (2012), Rangel, Ramos e Gonzalez (2012) e Gonzalez e Tristão (2015).

3 Alves (2010, p. 68) afirma que “juntar os termos, pluralizá-los, algumas vezes invertê-los, outras duplicá-los, foi a forma que conseguimos, até o presente, para mostrar como as dicotomias necessárias na invenção da ciência moderna têm se mostrado limitantes ao que precisamos criar para pesquisar nos/dos/com os cotidianos”.

Caieiras, as redes cotidianas escolares e os manguezais da Baía de Vitória?

- b) que movimentos a educação ambiental autopoiética produz nas práticas do bairro, nos manguezais da Baía de Vitória e nas redes cotidianas escolares?

Cabe esclarecer aqui que, a partir da perspectiva cerтеаuniana, entendo como práticas do bairro o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar, aproximando os cotidianos e os “domínios de ações” (MATURANA, 2006) dos “sujeitos praticantes” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996) das margens<sup>4</sup>. Já em relação à educação ambiental autopoiética, penso ser ela um domínio tanto cognitivo quanto ontológico produzido pelas “redes de conversações” (MATURANA, 1999) nas relações de “convivência” (MATURANA, 2006) e de “conveniência” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996) presentes no processo de conhecer e na ação cotidiana dos seres humanos nas coletividades.

As questões colocadas anteriormente alimentaram desejos, caminhos, experiências e encontros, oferecendo-me possibilidades e escolhas para o modo de praticar e me movimentar no campo da educação ambiental, inspirando-me e conduzindo-me na escrita deste texto através de apostas éticas, políticas, estéticas e cognitivas.

Uma dessas apostas foi pensar o campo da educação ambiental a partir da potência dos narradores e das narradoras da maré, potência esta produzida por conversações, afetos, conflitos e tensões cotidianas entretecidas com os manguezais. Ao mesmo tempo, evidenciaram-se mundos caóticos de singularidades, territorialidades e temporalidades.

---

4 A expressão “margem” é utilizada para evidenciar as singularidades naturais dos manguezais — que são ecossistemas situados às margens de rios, lagoas, portos etc. — bem como as condições de vida dos que vêm das margens e que são os sujeitos praticantes da pesquisa.

A narrativa dos desdobramentos dessa caminhada se inicia no capítulo “Os mundos da lama<sup>5</sup> dos manguezais da Baía de Vitória”, em que traço minhas andadas e outros movimentos com os sujeitos praticantes. Esses sujeitos, além de praticarem, inventam as margens dos manguezais; colocaram-me assim diante de inesperados ventos de travessias metodológicas.

Do mangue, entrou em cena a ideia de um *devir caranguejo*<sup>6</sup>, para discutir as relações e os conflitos que foram me produzindo no exercício da pesquisa, por meio de experiências, saberes-fazeres, poderes, sabores, afetos e por meio dos narradores e narradoras da maré — os “peixes pequenos” —, que vivem nos manguezais e à margem da sociedade.

Segundo Deleuze e Parnet (1998, p. 3),

os devires não são fenômenos de imitação ou de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela [...], não fingir, não fazer como ou imitar a criança, o animal, mas tornar-se tudo isso, para inventar novas forças e armas.

A sobreposição e o atravessamento da andada, da troca de casco e da engorda do caranguejo, ao me (des)organizarem, implicaram a possibilidade de organizar e pensar os tempos da pesquisa e os meus tempos, a política da narratividade, a política cognitiva, as questões

---

5 O termo “mundos da lama” conota as artes de fazer das práticas do bairro envolvendo as coletividades vivas e não vivas dos manguezais da Baía de Vitória, as quais pude encontrar e experimentar.

6 Nas travessias da pesquisa, diante das múltiplas facetas e apostas epistemológicas em educação ambiental, os movimentos do devir caranguejo se exercitaram no curiosoar. Segundo Foucault (2006, p. 196), “a única espécie de curiosidade que, de qualquer forma, vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação [é esta]: não aquela que busca se assimilar ao que convém conhecer, mas a que permite desprender-se de si mesmo”.

da investigação, seu objeto e a tese que então produzi. Esses movimentos continuam. Entrar no campo da pesquisa foi ser afetado pelo devir caranguejo.

Devir caranguejo!

Devir caranguejo para problematizar os saberes-fazer socioambientais praticados cotidianamente com as redes de conversações nos espaços de convivência entre os manguezais e os cotidianos escolares e nos jogos de conveniência que atravessam a vida coletiva do bairro. Essa foi uma forma de pensar em educações ambientais autopoéticas entretecidas nos processos, nas relações das coletividades manguezeiras vivas e não vivas da Ilha das Caieiras. Tal problematização é feita no capítulo “Educações ambientais autopoéticas e as práticas do bairro entre os manguezais e os cotidianos escolares da Ilha das Caieiras” por meio do diálogo com Humberto Maturana e suas noções de *autopoiese*, *espaços de convivência* e *redes de conversações* e com Michel de Certeau no que tange às noções de *sujeitos praticantes*, *práticas do bairro* e *conveniência*.

No capítulo “Andadas e outros movimentos no campo da pesquisa”, os aportes metodológicos que embasaram a investigação são apresentados. Eles aparecem sob o viés das pesquisas em educação ambiental e têm como perspectiva estudos de educação sobre cotidianos escolares e a pesquisa cartográfica. O texto aborda as práticas do bairro, ou seja, o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar na Ilha das Caieiras, apostando numa política cognitiva e de narratividade que entende o outro como legítimo outro na convivência, tomando as vidas manguezeiras como coletividades participantes e não como objeto de pesquisa. Com isso, catadores de caranguejos, desfiadeiras de siris, pescadores artesanais, educandos, educadores, educadoras, professoras e professores dos espaçotempos das redes cotidianas escolares da região figuraram como sujeitos praticantes durante a pesquisa.

Em “Mergulhos nos cotidianos escolares da Ilha das Caieiras”, narram-se as andanças por duas escolas da região onde se teceram

redes de conversações em oficinas de mapas e aulas de campo no bairro em questão. Ali estão apresentados os cotidianos escolares praticados pelos meninos e meninas da baía de Vitória<sup>7</sup>, que carregam “água na peneira” e “peixes no bolso” (BARROS, 1999, p. 4), e os saberes-fazeres praticados, vividos e negociados nos espaços-tempo escolares e na oficina do viver na Ilha das Caieiras.

No último capítulo, o foco recai sobre os ventos de travesias sem fim, (in)concluindo a pesquisa, perspectivando a provisoriamente. Em meio às redes de pesca, redes de conversações, redes de afetos, redes cotidianas escolares e redes de conflitos, aprendi. Redes. Temperos, sabores, saberes-fazeres, poderes. O bairro fervilhando, o calor cultural da Semana Santa e o turismo gastronômico. Ali, as *guerras de mapas* riscam geografias e territórios no mapa móvel das vidas manguezeiras. São conflitos que atravessam a vida dos sujeitos praticantes e seus domínios de ação no morar, no pescar, no cozinhar e no narrar. Nessa guerra, incidem sobre as margens dos manguezais da Baía de Vitória as unidades de conservação, estabelecidas em discussões governamentais de gabinete, nas quais representantes da sociedade civil foram engolidos como peixes pequenos pelos discursos da preservação e da sustentabilidade em prol de um futuro melhor.

Para alinhar a composição desta obra, buscou-se inspiração na poesia de Manoel de Barros (2010), particularmente no livro *Menino do mato*, num exercício de escrever e “desver o mundo” e tentar “pegar na semente da palavra”, como um menino e uma menina do manguezal, um menino e uma menina manguezeira, um menino e uma menina da Baía de Vitória.

---

7 Construção inspirada na música “Os meninos da Baía de Vitória” (1999), do grupo capixaba Moxuara.



*Crianças brincando e pescando no pier do bairro Ilha das Caieiras, 2012.*

*Fonte: Arquivo pessoal.*

Neste livro, figuram ainda ingredientes de receitas dos principais pratos preparados e comercializados na Ilha das Caieiras trazendo ao texto os gostos e cheiros da pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus familiares, mãe, irmã, sobrinho, tios e avós, amigos e amigas, professores e professoras do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Agradeço à minha orientadora de mestrado e de doutorado, professora doutora Martha Tristão, pelos estudos, encontros e afetos; e aos professores Leandro Belinaso Guimarães, Celso Sánchez e Antônio Carlos Amorim, que contribuíram muito com esta pesquisa.

Aos narradores e às narradoras da maré e da Baía de Vitória, que me permitiram mergulhar nos mundos da lama dos manguezais e nos seus saberes, fazeres, sabores, cheiros, gostos, conflitos, histórias, aprendizagens e brincadeiras.

Agradeço aos estudantes, funcionários, funcionárias, professores e professoras das escolas municipais de Vitória Francisco Lacerda de Aguiar e Eliane Rodrigues dos Santos, pela acolhida e confiança cultivada durante as travessias da pesquisa e os encontros com as turmas do quinto, sexto e sétimo ano.

Agradeço especialmente à Andreia Teixeira Ramos, pelo amor, atenção e carinho construídos em nosso viver juntos, nas nossas leituras, nas nossas vidas e nos nossos sonhos.

# Os mundos da lama dos manguezais da Baía de Vitória



*Criança brincando com canoa e, ao fundo, o monte Mochuara no município de Cariacica, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

O abandono do lugar me abraçou de com força.  
E atingiu meu olhar para toda a vida.  
Tudo que conheci depois veio carregado de abandono.  
Não havia no lugar nenhum caminho de fugir.  
A gente se inventava de caminhos com as novas palavras.  
A gente era como um pedaço de formiga no chão.  
Por isso o nosso gosto era só de desver o mundo.  
Manoel de Barros (2010, p. 79)

## Começando pelo meio das margens dos manguezais

Invento para me conhecer.  
Manoel de Barros (2010, p. 27)

Vários estudantes vêm aqui para nossa comunidade... Fazem suas pesquisas sobre pescadores, vão embora, não trazem um retorno, não falam o que que aconteceu nas pesquisas deles...

*Uma desfideira de siris*

Meus encontros e aproximações com os manguezais se iniciaram na infância em Guarapari (ES), quando morava na localidade de Perocão, uma vila de pescadores às margens de um rio de mesmo nome. Uma vila de pescadores com práticas do bairro atravessadas pelo mar e pelo mangue. Sol, brisa, praias, passeios de barco, pescarias, brincadeiras na ponte e afetos familiares.

Os manguezais implicaram-me politicamente no campo da educação ambiental e nas políticas cognitivas e de narratividade deste livro. Nos caminhos terrestres e flutuantes, por entre os cotidianos escolares e as águas-turvas dos manguezais da Baía de Vitória, a educação ambiental foi produzida nas redes de saberes-fazer socioambientais do morar, do pescar, do cozinhar e do narrar na Ilha das Caieiras. No navegar “sem remo nem quilha”, atravessei múltiplos caminhos, ingredientes e experiências e por eles fui atravessado, alimentado e encorajado.

Aos 8 anos de idade, eu já frequentava o *campus* de Goiabeiras, da Universidade Federal de Espírito Santo (Ufes), graças a alguns familiares que faziam parte da comunidade universitária, mas a minha aproximação política, ativista e acadêmica com os manguezais dali aconteceu mais tarde, no início da graduação em geografia. Lembro-me bem dos encontros entre estudantes de diversos cursos para pensar ações que pudessem interromper a destruição do ecossistema ao

redor da universidade. Queríamos protegê-lo da notória expansão da instituição e da duplicação da avenida que dá acesso a ela.

Desses encontros, criou-se a Organização Não Governamental Amigos do Lameirão (Ongal). Participávamos intensamente das discussões nos conselhos de meio ambiente e dos eventos de educação ambiental na região da Grande Vitória. Era a educação ambiental que eu habitava! E os manguezais foram minha ponte para ela. Nós os visitávamos constantemente, em especial aqueles que recobriam as franjas da Ilha de Vitória. Foi assim por um bom tempo. Mas quis ampliar os olhares, dissolver os pontos de vista, expandir os campos de visão. Ver o oposto, por *entre* os bosques do mangue, ver a partir das margens próximas ao Mestre Álvaro.

Situado no município de Serra, próximo à foz do Rio Santa Maria, o monte Mestre Álvaro foi um importante ponto de referência para os primeiros navegadores que desbravaram o litoral do Espírito Santo. O elevado é célebre na historiografia capixaba e fonte de imaginação. Uma das lendas que o cercam é o mito do Pássaro de Fogo, que narra o amor proibido entre uma jovem indígena, filha do poderoso chefe de sua tribo, e um jovem guerreiro de tribo rival. Vendo o sofrimento dos apaixonados, uma ave fantástica, o Pássaro de Fogo, carregava a princesa até o seu amado. Quando o pai soube dos encontros, pediu a um xamã que realizasse um encanto para separar os amantes. Assim, o índio foi transformado no Mestre Álvaro, e a índia no monte Mochuara, localizado na cidade de Cariacica (ES). A lenda conta ainda que, uma vez por ano, na noite de São João — o santo do amor e padroeiro do município de Cariacica —, os jovens podem se comunicar através de um mensageiro, que se manifesta como uma bola incandescente que corta o céu. É o Pássaro de Fogo (SENA; MONTEIRO, 2022).

Os mitos e histórias da região reúnem sob a mesma atmosfera a Baía Noroeste de Vitória, a Ilha das Caieiras, o pôr do sol, o Mochuara, o Mestre Álvaro, os manguezais, as comunidades ribeirinhas, enfim, uma energia repleta de imaginários, amores e tipos

culturais capixabas, banhados e atravessados pelas águas e manguezais do Rio Santa Maria da Vitória. Esses lugares invadiram minha pesquisa, indicando outro modo de caminhar, ao sabor das marés. Eu desejava então compreender como as relações socioambientais na Baía Noroeste de Vitória contribuía com a sustentabilidade da região. Com esse fim, escolhi a comunidade da Ilha das Caieiras, ou melhor, eu é que fui escolhido por ela.



*Restaurantes do píer da Ilha das Caieiras numa manhã de domingo, 2012*  
*Fonte: Arquivo pessoal.*

A Baía de Vitória está entre as maiores áreas de manguezais do estado do Espírito Santo. Baía-mãe-das-águas dos rios Aribiri, Bubu, Itanguá, Marinho e Santa Maria da Vitória. Os manguezais ocupam uma área de 3.300 hectares (ESPÍRITO SANTO, 2012) e abrangem quatro municípios da região metropolitana da Grande Vitória<sup>8</sup> — Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória —, cujo número de habitantes, de acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de aproximadamente 1.664.750, correspondendo a 42,43 % da população do estado (IBGE, c2023). As áreas de mangu

---

<sup>8</sup> A região conta ao todo com sete municípios: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (COMDEVIT, c2016-2023).

desses municípios são unidades de conservação, incluídas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), regido pela Lei Federal n. 9.985/2000, e constituem o Mosaico de Áreas Protegidas do Manguezal da Baía de Vitória, conforme o Decreto Estadual n. 2.625-R, de 23 de novembro de 2010.

Segundo a legislação, uma unidade de conservação é um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, [2000]).

A lei ainda estabelece que um conjunto de unidades de conservação e de áreas protegidas “próximas, justapostas ou sobrepostas, [...] constituindo um mosaico”, deve ter sua a gestão realizada de modo integrado e participativo, conforme os “distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (BRASIL, [2000]).

A gestão do mosaico de manguezais da Baía de Vitória é feita pelas secretarias municipais de meio ambiente de três municípios, cabendo a cada um deles cuidar de duas unidades de conservação e seu entorno:

Quadro 1 – Gestão do Mosaico de Áreas Protegidas do Manguezal da Baía de Vitória

Município	Unidade de conservação
Cariacica	Parque Natural Municipal do Rio Itanguá Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Manguezal de Cariacica
Vila Velha	Parque Natural Municipal Parque da Manteigueira Monumento Natural Morro do Penedo
Vitória	Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga

Fonte: Elaboração própria com dados de Espírito Santo (2010).

A Ilha das Caieiras está situada justamente nos arredores das áreas de preservação do município de Vitória.

No Parque Natural Municipal da Baía Noroeste de Vitória, atual Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga, integrei em 2004 a equipe do Centro de Educação Ambiental, organizando e planejando atividades com escolas da região, grupos de visitantes e a comunidade em geral. Nesses movimentos, conheci pescadores e antigos moradores da Ilha das Caieiras. Era minha entrada pelo meio no campo problemático da pesquisa, acompanhada de conversas, memórias e acontecimentos, das artes de fazer e de narrar das vidas manguezeiras da Baía de Vitória.

Nos manguezais, encontrei diferentes temporalidades, conflitos, saberes-fazeres, poderes, cheiros e sabores, com estéticas e éticas inventivas, produzidas pelos sujeitos praticantes nas margens da Baía de Vitória: catadores de caranguejos, desfiadeiras de siris, pescadores artesanais, educandos, educadores, educadoras, professoras e professores dos espaçotempos das redes cotidianas escolares da região. Entre eles, as coletividades vivas de famílias de pescadores e catadores de caranguejos enfrentavam dificuldades na prática de suas atividades devido aos impactos ambientais no ecossistema e as consequências proibições de pesca na região. Os manguezais foram cercados!



*Canoa com pescados no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Esses sujeitos praticantes inventam e reinventam seus mundos, nos fluxos cotidianos, nas coletividades, nas artes de fazer e narrar, com o uso de táticas e estratégias de resistência, reapropriando-se, a seu jeito, dos espaços, dos usos e dos lugares praticados (CERTÉAU, 2008). Nesse sentido, tentei observar seus territórios existenciais, cujos movimentos compuseram os mapas móveis da pesquisa, povoada por experiências e saberes-fazeres do bairro, e inspiraram a política de narratividade (PASSOS; BARROS, 2009b). E é justamente a posição narrativa o *éthos* desta pesquisa em educação ambiental, uma posição em relação ao mundo e a si mesmo que define a forma de expressão do que se passa, do que acontece.

Deparei-me com diferentes geografias que compõem as áreas de manguezais protegidas, delimitadas por leis ambientais. Áreas de preservação ambiental que são atravessadas por geografias dos cotidianos escolares, alimentadas pelo calor cultural do turismo gastronômico e da Semana Santa na região. Diferentes geografias de uma guerra de mapas marcada por conflitos, tensões e negociações ambientais entre o território dos narradores e das narradoras da maré e o território de controle, de subjetivação e de preservação das áreas de manguezais, coengendrando forças, desejos, poderes e táticas de resistências e de (re)existências, que deixam emergir

saberesfazeres socioambientais produzidos nas práticas do bairro e nas redes de conversações cotidianas.

Esses territórios de poderes que afetam as práticas do bairro, principalmente o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar, sujeitam os manguezais da Baía de Vitória a discursos e narrativas pautados na expansão do futuro e no encolhimento do presente, desprezando-se as experiências e saberesfazeres das vidas manguezeiras das famílias que sobrevivem da pesca na região. Os mundos da lama e sua guerra de mapas e de geografias manifestaram-se em reuniões com grupos organizados de catadores de caranguejos e nas escolas locais, nas campanhas e nas ações educativas em períodos de andada e de defeso<sup>9</sup>.

Ilha-refúgio. Geografias de mosaicos de formas, forças e tensões interconectadas. Nesse turbilhão, atuando como educador ambiental no Centro de Educação Ambiental do Parque Municipal da Baía Noroeste de Vitória, sempre me surgiam variadas questões: ativismo ambiental ou carreirismo ecológico? Formar educadores *sobre* o manguezal? Que educação ambiental balizava o meu fazer educativo? De que maneira me constituo ética, política e epistemologicamente com esta pesquisa em educação ambiental?

Durante a andada e o defeso dos caranguejos, a equipe do Centro de Educação Ambiental participava de campanhas educativas em parceria com equipes de outros setores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória (Semmam). Os catadores de caranguejos também eram convidados a participar das campanhas, bem como em ações de fiscalização nas quais saíamos em canoas, manguezal adentro. Eles indicavam os lugares preferidos para a captura dos caranguejos. Eram os saberesfazeres dos narradores e das narradoras da maré orientando as ações dos técnicos e peritos. Fazíamos

---

9 Andada é o momento que os caranguejos machos e fêmeas saem das tocas e andam pelo manguezal para o acasalamento e a liberação dos ovos, garantindo a continuidade da espécie. O defeso é a proibição da pesca nesse período, enquanto a espécie se reproduz.

reuniões com os catadores, abordagens em bares e restaurantes, divulgando materiais informativos, além de atividades educativas em escolas, feiras livres e em outros espaços comunitários. Práticas que ainda são referência para as ações realizadas pela Gerência de Educação Ambiental da Semmam.

No período em que trabalhei no parque, tive encontros que foram fundamentais para o processo de produção de subjetividades. Os movimentos da pesquisa produziram em mim o devir caranguejo. Suscitaram questões que moveram meu pensar-fazer enquanto educador ambiental, desterritorializando-me e promovendo reflexões em torno também das educações ambientais que se fazem no “presente cambiante” (MATURANA; DÁVILA YÁÑEZ, 2009) e na invenção coletiva. Essas educações ambientais são tecidas nas relações e, no caso da pesquisa, no compartilhar de saberes-fazer socioambientais que habitam as tensões e os conflitos cotidianos locais. Educações ambientais de quem as vive, as inventa cotidianamente.

As águas da Baía de Vitória geram afetos, conflitos e poderes. Encantos e recantos a compõem. A oeste, ela se limita com a Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória. Entre os relatos de acontecimentos históricos na região, a obra *Canoeiros do Rio Santa Maria*<sup>10</sup>, de João Ribas da Costa, descreve momentos de desenvolvimento econômico e social do município de Santa Leopoldina, localizado na região serrana do Espírito Santo e banhado pela bacia hidrográfica desse rio. O livro tem como foco os canoeiros do Rio Santa Maria da Vitória, trabalhadores que sentiram a “invasão dos caminhões trazidos pelas mãos do progresso, que cobrou tributo ao usuário a toda uma coletividade que vivia do transporte fluvial” (COSTA, 1951, p. 25).

No século XIX, o escoamento da produção cafeeira da região serrana do estado era feito por tropas, por terra, até o ponto onde o rio não era encachoeirado. Entre a última cachoeira e o porto de

---

10 Na plataforma de vídeos YouTube, é possível conhecer essa obra a partir de fotografias narradas. Ver *Os canoeiros do Rio Santa Maria da Vitória* (2020a; 2020b).

Vitória: “o tráfego de canoas era e tinha de ser intenso, uma vez que servia de canal exclusivo para todo o comércio exportador e importador de vastíssima região” (COSTA, 1951, p. 27). Em decorrência dos movimentos migratórios do campo para a cidade, estimulados pela crise cafeeira da época, no século XX, a importância socioeconômica do Rio Santa Maria aumentou frente à progressiva ocupação humana de suas margens.

Nesses movimentos de ocupação, expansão e urbanização, os manguezais se consolidaram como fonte de sobrevivência, graças à extração de madeira para habitação e à atividade pesqueira. A Baía Noroeste de Vitória se destacou como uma região com enorme potencial para a pesca, provendo alimentos à crescente população que habitava suas margens, como as desfiadeiras de siris, as paneleras do bairro Goiabeiras<sup>11</sup>, os catadores de caranguejos e os pescadores.



*Panela cozinhando siris na casa de uma desfiadeira do bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

---

11 A fabricação artesanal de panelas de barro no bairro Goiabeiras foi o primeiro bem cultural registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002 (IPHAN, 2006).

Enquanto, no passado, a região da foz do Rio Santa Maria da Vitória foi um importante acesso às rotas de colonização e à navegação dos destemidos canoieiros do Rio Santa Maria, atualmente as marcas dos processos civilizatórios da modernidade impõem uma nova função ao lugar: o mercado verde aflora. Com isso, estarão os manguezais sendo transformados em loteamentos de luxo? Estará a cidade-sambaqui, esse “lugar de toda a pobreza” (LUGAR..., 1983), se metamorfoseando em lugar de toda a riqueza<sup>12</sup>?

Entre os lugarejos que compõem o circuito histórico e cultural de Cariacica, uma localidade chama a atenção: a Vila Cajueiro. Situada em Cariacica, nas proximidades da foz do Rio Santa Maria e com exuberantes manguezais, a vila margeia cenários de nossa história, como o Canal dos Escravos e o Porto das Pedras, com seus sambaquis e ruínas. Entretanto, navegando nas proximidades da foz, tem-se a impressão de haver um tipo de invasão ou conflito decorrente das interferências ambientais provocadas por empreendimentos que transformaram os manguezais da Baía de Vitória em grandes filões para o mercado imobiliário com a promessa de tranquilidade, segurança, qualidade de vida e sustentabilidade.

A Vila Cajueiro faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Manguezal de Cariacica, criada em 2007 (CARIACICA, [2023]). Em 2010, essa reserva foi reconhecida como integrante do Mosaico de Áreas Protegidas do Manguezal da Baía de Vitória pelo supracitado Decreto Estadual n. 2.625-R. Eu a conheci nas minhas andadas com a pesquisa. O contato com os espaços educativos e

---

12 Sambaquis são depósitos de restos e vestígios arqueológicos de povos que ocuparam uma determinada região. Em São Pedro (bairro de Vitória, capital do Espírito Santo), na década de 1980, de forma quase inacreditável milhares de pessoas tiravam o sustento do lixo, a começar pela alimentação. As cenas de mulheres, crianças e homens em meio aos dejetos e aos urubus inspiraram o cineasta Amylton de Almeida a produzir o documentário *Lugar de toda pobreza* (1983), que chocou o país e pressionou as autoridades a iniciarem o processo de urbanização e humanização da região.

com os saberes-fazer produzidos na comunidade da Ilha das Caieiras aguçaram o desejo de conhecer o outro lado da maré. E a Vila Cajueiro está situada exatamente na margem oposta à da Ilha das Caieiras. Do lado de lá do rio.

Nessas aproximações com o outro lado, cheguei também aos pés do Mochuara. Entrei nos séculos XVIII e XIX rastreando temporalidades em casarios, causos, mitos, festejos, histórias, localidades de Roda d'Água<sup>13</sup>, Ibiapaba, Maricarará, Roças Velhas, entre outras, dissolvendo pontos de vistas e potencializando olhares outros sobre a Baía de Vitória e, em especial, sobre o município de Cariacica.

Afinal, em todos os municípios banhados pelos manguezais da Baía de Vitória se desenvolvem ações e projetos em educação ambiental, através de parcerias entre secretarias, com foco na preservação e na fiscalização da pesca e da venda de caranguejos e guaiamuns em épocas de andata e defeso. Alguns exemplos dessas ações são: os projetos Mangueando na Educação e Mangue Vivo, as campanhas de andata e defeso do caranguejo, a de gestão sustentável da pesca de caranguejos e guaiamuns e o programa Maré Viva.

Envolvem-se vários participantes, incluindo os pescadores, determinam-se objetivos e metas para o estabelecimento de práticas sustentáveis daqueles que vivem em áreas de manguezais, produzem-se relatórios descritivos, realizam-se reuniões, empreendem-se a limpeza dos manguezais, panfletagens, discussões de técnicos e peritos: é o tempo *chrónos* organizando os mundos da lama, com ações nascidas em gabinetes e corredores distantes dela. As marés transportam, ao mesmo tempo, estudantes, professores, mudanças de comportamento, conscientização da população, falta de informação, falta disso

---

13 O Carnaval de Congo de Máscaras de Roda d'Água, uma festa cariaciquense celebrada no dia de Nossa Senhora da Penha, foi tratada na dissertação *Educação ambiental entre os carnavais dos amores dos mascarados do congo de Roda d'Água*, de Andreia Teixeira Ramos (2013).

e falta daquilo, buscas por modelos, controles, formas, fórmulas, indicadores. Participação? Ou participar da ação?

Em 2010, algumas comunidades pesqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Manguezal de Cariacica foram envolvidas em oficinas de vídeos. Documentários foram produzidos por cada uma das comunidades que integram o projeto Povos e Mangues, apoiado pelas secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente de Cariacica. Foi nessa ocasião que me deparei com produções audiovisuais locais sobre a Baía de Vitória. Os ventos de travessias me transportaram para 1983, quando as mídias apresentavam a paisagem da região como “lugar de toda pobreza”. Aqui faço uma alusão ao documentário-denúncia de mesmo nome, produzido pelo cineasta Amylton de Almeida, que retrata o período em que a Grande São Pedro era um grande lixão a céu aberto.

Baía de Vitória: um lugar de toda pobreza que foi escondido? Cercado de estratégias para a consolidação do turismo gastronômico? Estratégias do poder público e das agências midiáticas e de telecomunicações aliciadas pelo mercado verde? Baía de Vitória: lugar (e tempo) de toda pobreza? Lugar também de devires e de resistências cotidianas. Lugar dos sambaquis de restos descartados, acumulados e reinventados na contemporaneidade com diferentes usos. Lugar com temporalidades e territórios inventados, compondo uma rede de saberes-fazer socioambientais, numa guerra de mapas entre áreas de preservação ambiental criadas por leis, territórios de vida dos narradores da maré e os jogos de interesse que mobilizam a especulação imobiliária e o turismo gastronômico.

O tempo *chrónos* dos sambaquis de lixo inventando outra cidade na região da Grande São Pedro. O tempo *kairós* das coletividades vivas e não vivas dos manguezais envolvidas em jogos de poder que alimentam o caldeirão cultural do turismo gastronômico e da Semana Santa na Ilha das Caieiras. O tempo *aión* das intensidades, potencialidades, possibilidades, afetos, tensões, conflitos,

saberesfazeres e mudança de vida para os que comiam restos e que ainda vivem das margens dos manguezais.

Temporalidades e territórios inventados com a criação do turismo gastronômico, atravessando os ritmos das práticas do bairro, apresentando pistas metodológicas para a pesquisa. Pistas e movimentos que virão a seguir, acompanhados pelos narradores e narradoras da maré e moradores da Rua Felicidade Correia dos Santos.



*Placa da principal rua do bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

## Andadas e devir caranguejo

### Caranguejada capixaba

18 caranguejos gordos

2 pimentas-malagueta

1 cebola grande

4 tomates

azeite

sal

Eu só faço travessuras com palavras.

Não sei nem me pular quanto mais obstáculos.

Manoel de Barros (2010, p. 29)



*Pescadores nos manguezais do bairro Maria Ortiz, em Vitória, 2012*

*Fonte: Arquivo pessoal.*

Nas travessias pela educação ambiental autopoiética, a produção de dados da pesquisa aproximou-se da noção de “problematização” de Michel Foucault, destacada por Judith Revel (2011) no *Dicionário Foucault*. Trata-se de problematizar, não reformar, mas instaurar uma distância crítica; fazer atuar o desprendimento, redescobrir os problemas.

Nos movimentos de problematizar e nos devires autopoiéticos com o campo da pesquisa, surgiram as seguintes questões: que saberes-fazer são praticados pelas famílias que vivem das coletividades vivas e não vivas dos manguezais da Baía de Vitória? A quem cabe proteger e garantir o sustento das vidas manguezeiras que povoam essas águas, esses territórios e essa lama, em busca do leite das marés, da carne dos caranguejos, siris e peixes? De que modo pensar a preservação dos manguezais, esteio da sobrevivência de milhares de famílias manguezeiras da Baía de Vitória? Que ecologias políticas são praticadas na região? Que educações ambientais?



*Pescadores nos manguezais do bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Os manguezais têm suas próprias temporalidades. Os verões são fervilhados com o calor cultural que contagia os moradores da Ilha das Caieiras. Numa organização comunitária e familiar, eles se aceleram com os ritmos embalados pela proximidade da Semana Santa e seu turismo gastronômico, quando são comercializadas tortas e moquecas capixabas, fazendo o bairro respirar temperos, gostos e cheiros.

Inspirado no ciclo de vida dos caranguejos, marcado pelas fases da andada, engorda e troca de casco, fui entrando nas travessias e me deixando atravessar por elas. O devir caranguejo foi meu próprio domínio de ação autopoietica e de atitude epistemológica e metodológica, tudo junto e misturado, com as carapaças desses animais embaulando enlaces objetivos e subjetivos da pesquisa e do pesquisador.

Com as andanças pelas secretarias de Meio Ambiente e órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, foi possível ter acesso a calendários com a indicação dos dias em que os caranguejos andam. Esses calendários são utilizados para orientar o controle sobre a captura e a comercialização das espécies. Mas as vidas manguezeiras são rizomáticas. Caranguejos são rizomas. Devires a riscar e furar as margens das marés. Os caranguejos no manguezal não se deixam capitalizar nem ser controlados pelo tempo *chrónos*. Os caranguejos nada se importam com esses calendários! Caranguejo devir!

No período reprodutivo, os hormônios dos caranguejos ficam alterados, e tanto machos quanto fêmeas saem de suas tocas para acasalar — a andata —, de modo que são facilmente capturados. Mas, nessa fase, são proibidas a captura e a comercialização dos caranguejos — o defeso. As andadas são temporalidades das paixões nos berçários dos mares, territórios de coletividades vivas que acompanham luas, chuvas e o calor dos verões. Geralmente as andadas acontecem nas primeiras luas de janeiro, lua cheia ou nova, e são anunciadas pelo cheiro de hormônios que os machos exalam nos manguezais. Segundo os catadores de caranguejos: “parece até com o cheiro do caranguejo cozido”. Os tempos *aión* e *kairós* agem nas andadas dos caranguejos? Agem nos verões das férias escolares, quando os meninos e as meninas da baía de Vitória ficam molhados-de-peixe e carregam água na peneira? Os tempos *aión* e *kairós* povoam as coletividades da escolabairro?

Todas essas questões me atravessavam, acompanhavam o movimento das marés e dos ventos de travessias com os narradores da maré. “[...] comecei a pensar/ Que eu desorganizando, posso me organizar/ Que eu me organizando, posso desorganizar/ Da lama ao caos, do caos à lama/ Um homem roubado nunca se engana” (DA LAMA..., 1994). Assim as astúcias dos jogos de poderes e das práticas do bairro nesse ambiente rizomático ganharam sonoridades e caricaturas no “ilhês”. O ilhês, que é uma referência ao linguajar cotidiano capturado em redes de conversações com os narradores e narradoras dos manguezais da Baía de Vitória, constitui um jeito singular e carnavalesco do conversar sobre as táticas de sobrevivência nos territórios de preservação ambiental.

As apostas epistemológicas, ontológicas, políticas e metodológicas me autoproduziram com o devir caranguejo, entre os fluxos das águas-turvas de um rio que trazem à tona multiplicidades e singularidades de saberes-fazer socioambientais com as práticas do bairro Ilha das Caieiras. Há potência nesses saberes-fazer: eles riscam as geografias e os territórios das vidas manguezeiras criadas com o leite das marés da Baía de Vitória. Ponho então entre parênteses

meus próprios olhares diante das educações ambientais que pratico, entendendo que nossos territórios existenciais são ocupados por educações ambientais encarnadas e atualizadas, assim como os territórios das coletividades dos narradores da maré que vivem nas margens dos manguezais, margens banhadas por coletivos de forças entremeadas nas relações de poder e de controle.

Ambiente de manguezal rizomático, rizo-flora, “rizoflora”. Caótico em multiplicidades de forças e de poderes, num jogo de estratégias e táticas, inventando geografias cotidianas do bairro e entre os manguezais, nutrindo vidas, saberes-fazeres, sabores e desejos com as práticas do bairro-escola ou da escolabairro, que se (con)fundem e se atravessam. Águas e ventos modelando corpos vibráteis, criando enlaces com as vidas cotidianas, com as marés e com as interfaces místicas e sagradas das artes de morar, pescar, cozinhar, narrar e comercializar, que alimentam o turismo gastronômico e a Semana Santa na região.

Nas andadas pela escolabairro e pelas águas-turvas, proliferaram-se educações ambientais em fluxos nas coletividades, nos entres, nas margens. Com o devir caranguejo, acompanhei pistas que indicaram educações ambientais autopoieticas produzidas com as práticas do bairro e com os ritmos das vidas cotidianas. Educações ambientais autopoieticas que acompanham as vidas manguezeiras nas marés. Famílias estão sendo proibidas de viver da pesca na Baía de Vitória. O que pode o devir caranguejo? E o turismo gastronômico? E a Semana Santa? Sustentabilidade? Sustentabilidades? Que sustentabilidade é essa? A quem ela serve?

O devir caranguejo e seus movimentos de desterritorialização, reterritorialização e territorialização traçam trajetórias de educações ambientais autopoieticas, negociadas e enunciadas com as andadas pela região da Ilha das Caieiras. Educações ambientais autopoieticas produzidas com as conversas e consideradas como dimensões ontológicas, estéticas e políticas dos seres humanos, geradas no linguajar, criando subjetividades e saberes-fazeres socioambientais que problematizam discursos jurídicos, técnicos, oficiais e midiáticos.

No Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental (Nipeea), encontrei outras pesquisas, mapas, territórios, regiões, lugares, rios, manguezais... Dimensões que me acompanharam no caminhar da pesquisa. Estávamos todos andando, trocando o casco e engordando! Alguns silêncios e sussurros soavam forte nas minhas leituras. Um caminhar interessado em ventilar, furar e rachar a noção de identidades fixas; identidades são fluidas, descentradas, inacabadas, híbridas diante de negociações nas redes de saberes-fazer e poderes das vidas cotidianas.

As leituras com os grupos de pesquisa, o devir caranguejo, as conversas, as narrativas, os cotidianos escolares, as oficinas de mapas, as práticas do bairro, os diários de campo, as fotografias, a Semana Santa, o turismo gastronômico, os movimentos táticos, o ilhês falado na Ilha das Caieiras e as vidas cotidianas dos narradores da maré deslocaram-me de maneira objetivassubjetiva entre os mundos da lama e os meus mundos. Proporcionaram-me encontros com diferentes educações ambientais, em caminhos solitários e, ao mesmo tempo, povoados e abertos às experiências metodológicas. Dos encontros e das discussões, nasceu a parceria com a pesquisadora Andreia Teixeira Ramos. Juntos, apostamos em educações ambientais autopoieticas para produzir academicamente tendo como dispositivo as redes de conversações<sup>14</sup>.

Também estabeleci parcerias com estudantes da Ufes, o que possibilitou a publicação do artigo “Educação ambiental e cartografias das práticas cotidianas de pesca na Ilha das Caieiras, Vitória, ES” (MARTINELLI; AGOSTINI; GONZALEZ, 2012). Com isso, os cotidianos escolares e os manguezais se me apresentaram em diferentes perspectivas. Os encontros, discussões e demais publicações nos diferentes espaçostempos acadêmicos foram aqui compilados e adaptados ao

---

14 Aproveito o devir para uma licença amorosa no texto: essas produções constituem e compõem nossas vidas acadêmicas, pessoais e profissionais em movimentos autopoieticos, com invenções de si e dos mundos praticados por nós.

corpo-movimento da pesquisa em educação ambiental, concentrando esforços e criando espaços para colocar à mesa apostas ontológicas, éticas, estéticas e políticas na educação ambiental autopoietica, praticada nas coletividades das relações *com*, e não apenas *para* alguém. Trata-se da educação ambiental autopoietica enquanto fomentadora de fluxos, de subjetividades que se inventam a outros e a seus mundos.

Nessa aposta, vale pensar a educação ambiental autopoietica a partir dos estudos de Maturana. Ou seja, pensar que produzimos, desde nossos ancestrais, modos de vida como seres amorosos nos atos de compartilhar alimentos e cuidados, acoplando-nos com as realidades e constituindo aquilo que Maturana (2006) denomina “biologia do conhecer” ou “autopoiese”.

A palavra “autopoiese” vem do grego, da junção de *autós* (próprio) a *poiein*, *poiesis* (faço, fazer, o feito). Trata-se da produção de si mesmo, do “autofazimento”. Um sistema autopoietico é uma teia de processos que vão se produzindo através de transformações e interações (ASSMANN, 1998).

Compartilhando a ideia de que “não é o conhecimento, mas o conhecimento do conhecimento o que nos compromete” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 264), penso a educação ambiental autopoietica como um exercício ético de compromisso e responsabilidade em propiciar aprendizagens coletivas, solidárias e cooperativas, produzidas com as redes de conversações escolares e em diferentes espaços de convivência. Os sujeitos dessa aprendizagem são potentes, porque, nas coletividades, exercitam a aceitação do outro na convivência mediante conversações cotidianas alegres, afetuosas e acolhedoras.

Isso nos leva de volta à biologia do conhecer de Maturana, à sua “biologia do amor” (MATURANA, 2002), que ressalta a potência do amor e seus entrelaçamentos com a educação ambiental autopoietica, principalmente com o fenômeno biológico da “aprendizagem inventiva” (KASTRUP, 2004) nas coletividades vivas e não vivas. Assim, com o dever caranguejo enquanto domínio autopoietico e biológico dos seres vivos na oficina do viver e na convivência com os narradores

e narradoras da maré dos manguezais da Baía de Vitória, encontrei as noções-inspirações epistemológicas, políticas, filosóficas, ontológicas e metodológicas para a pesquisa. Aproximei-me de concepções e referenciais que entendem as identidades e as culturas como plurais, complexas, dinâmicas, em processo de permanente invenção e negociação de sentidos, encarnados nas redes de saberes-fazer e de poderes que tensionam incessantemente a vida cotidiana com as formas-forças e os processos de subjetivação da sociedade de controle.

Os dados desta pesquisa não são, pois, uniformes. Eles provieram das artes de morar, pescar, cozinhar e narrar na Ilha das Caieiras, das redes de conversações nos espaçostempos de convivência e conveniência dos cotidianos escolares, dos lugares, dos trajetos cotidianos, dos conflitos com as leis e das relações de parentescos. Devir caranguejo são os projetos em educação ambiental, as experiências com a Semana Santa, o turismo gastronômico, os conflitos da pesca, as práticas do bairro, a carpintaria da canoa, os passeios de barco, os restaurantes, a pesca do sururu, o cotidiano de trabalho dos pescadores e das desfiadeiras de siris, o píer e seus embalos nos finais de semana, os meninos e meninas da Baía de Vitória, que carregam água na peneira, o Museu do Pescador, as escolas da região, a Rua Felicidade Correia dos Santos.



**EDUFES**  
EDITORA

# Educações ambientais autopoiéticas e as práticas do bairro entre os manguezais e os cotidianos escolares da Ilha das Caieiras



*Canoas de pescadores artesanais no píer do bairro Ilha das Caieiras, 2012.*

*Fonte: Arquivo pessoal.*

Eu sustento com palavras o silêncio do meu abandono.

Manoel de Barros (2010, p. 51)

## **Conversas e aproximações com Humberto Maturana e Michel de Certeau: práticas do bairro e domínios de ações, conveniência e convivência**

Eu sempre guardei nas palavras os meus desconcertos.

Manoel de Barros (2010, p. 49)

Neste capítulo, acompanho os movimentos do morar, do pescar, do cozinhar, do narrar, do comercializar, bem como dos cotidianos escolares, apostando em educações ambientais autopoiéticas praticadas nas margens dos manguezais da Baía de Vitória, ao mesmo tempo que as problematizo<sup>15</sup>. É um capítulo que emergiu dos domínios de ações cotidianas em redes de conversações, na convivência, na conveniência e no compartilhamento dos espaços públicos e privados da vida comunitária do bairro Ilha das Caieiras.

As conversas aqui reunidas foram inspiradas em leituras da obra do biólogo chileno Humberto Maturana e do filósofo francês Michel de Certeau. Essas conversas apontaram para uma política da narratividade segundo a qual os saberes-fazer socioambientais das práticas do bairro são inventados nas relações de convivência e conveniência, no linguajar das redes de conversações utilizado nas artes de narrar que, nesse caso, atravessam os manguezais e os cotidianos escolares da Ilha das Caieiras.

A discussão de Humberto Maturana está atrelada à sua condição de biólogo, promovendo reflexões sobre a ciência como domínio cognitivo gerado por atividade biológica humana. Nesse sentido, suas ideias diluem pontos de vistas, ao questionarem os discursos da racionalidade moderna, colocando entre parênteses a objetividade e

---

15 As noções de práticas do bairro e de cotidianos escolares presentes neste capítulo foram abordadas por outros trabalhos que também dialogam com as pesquisas nos/dos/com os cotidianos da professora Nilda Alves (2003, 2010). Nesse sentido, ver Gonzalez e Ramos (2015a, 2015b, 2016) e Gonzalez e Tristão (2015).

o caráter de verdade absoluta e inquestionável das explicações científicas. No livro *Cognição, ciência e vida cotidiana*, ele afirma:

Nós não encontramos problemas ou questões a serem estudadas e explicadas cientificamente fora de nós mesmos num mundo independente. [...] Então, a ciência, como um domínio cognitivo, existe e se desenvolve como tal sempre expressando os interesses, desejos, ambições, aspirações e fantasias dos cientistas, apesar de suas alegações de objetividade e independência emocional (MATURANA, 2006, p. 147).

Ao contrário de oferecerem respostas às dicotomias extremas do pensamento moderno, suas ideias indicam que a história das divergências intelectuais é a nossa história enquanto seres sociais e biológicos e que as regras do jogo das explicações do nosso estar no mundo e na vida cotidiana são forjadas à medida que vamos avançando no jogar.

Outro conceito maturariano importante para esta pesquisa, definido na obra supracitada, é o de domínios de ações:

Estou chamando de ações tudo o que fazemos em qualquer domínio operacional que geramos em nosso discurso, por mais abstrato que ele possa parecer. Assim, pensar é agir no domínio do pensar, andar é agir no domínio do andar, refletir é agir no domínio do refletir [...], e assim por diante, e explicar cientificamente é agir no domínio do explicar científico (MATURANA, 2006, p. 128).

O morar, o pescar, o cozinhar e o narrar seriam assim os domínios de ações ontológicas dos seres humanos no viver cotidiano e coletivo da Ilha das Caieiras? Essas noções se aproximam daquelas de práticas do bairro de Certeau?

As práticas do bairro são, segundo Certeau, um tecido social, organizado e inventado por “ações específicas”, por “táticas” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 38), que reúne as condições para

a vida cotidiana no espaço urbano do bairro. São aqui pensadas como os saberes-fazer socioambientais praticados nas relações e nos vínculos que unem e organizam os espaços privados e públicos da vida na Ilha das Caieiras.

Diante disso, o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar, enquanto práticas do bairro e ações táticas, permanecem, de certa maneira, fluindo no contexto da guerra de mapas que atravessa as vidas manguezeiras e as áreas de manguezais. Cria-se “um espaço [não só] de aceitação mútua no qual pode dar-se a convivência” (MATURANA, 2002, p. 74), mas também de tensões, conflitos e negociações nas relações sociais.

Será possível, a partir de Maturana, pensar o outro como legítimo outro na convivência, no conversar, bem como na conveniência que organiza as vidas dos usuários do bairro, como nos apresenta Certeau? As aproximações entre a convivência, segundo Maturana, e a conveniência, de acordo com Certeau, transparecem nessas palavras:

[...] sem aceitação mútua não pode haver coincidências nos desejos, e sem coincidências nos desejos não há harmonia na convivência, nem na ação nem na razão e, portanto, não há liberdade social. Além do mais, se não compreendermos isto, não podemos compreender porque há certas divergências que nunca irão se resolver sem um ato declarativo que as elimine (MATURANA, 2002, p. 75).

Na Ilha das Caieiras, as práticas do bairro entre os manguezais e os cotidianos escolares, considerados como espaços de convivência, geram também conveniências (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996) e políticas do bairro, que atravessam seus espaços públicos e privados. São espaços de desejos em que a vida cotidiana joga com a vida coletiva:

A conveniência é *grosso modo* comparável ao sistema de “caixinha” (ou “vaquinha”): representa, no nível dos comportamentos,

um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 39).

Assim, as artes de narrar com o sonoro linguajar do ilhês das famílias narradoras da maré estimulam redes de conversações e comportamentos que organizam as práticas do bairro, instaurando jogos de poderes negociados na coletividade e traduzidos como benefícios simbólicos conquistados para as regras de convivência do bairro. Esses benefícios são alcançados pela maneira de o usuário se portar no bairro, aparecem “de maneira parcial, fragmentada, no modo como caminha, ou, de maneira mais geral, através do modo como ‘consome’ o espaço público” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 39). Num bairro como a Ilha das Caieiras, onde as relações familiares e parentais se destacam na organização social e comunitária, praticar o cotidiano é conviver em família, com os manguezais e com a estrutura fervilhante da rua, e a maneira de se portar manifesta-se, culturalmente, no morar, no pescar, no cozinhar e no narrar, enquanto materialização das relações de convivência que organizam e possibilitam a vida no bairro.

Sendo os ritmos de usos e consumos dos espaçostempos da vida na Ilha das Caieiras entremeados de conflitos, afetos, interesses e poderes que atravessam a vida dos narradores e das narradoras da maré, a conveniência ali é, como afirma Certeau, um contrato social que os moradores e moradoras negociam para que seja possível a convivência no bairro e na vida cotidiana. Diante disso, essa conveniência não tem a ver com os pontos de vista dos observadores. O conveniente no bairro Ilha das Caieiras não é a vida manguezeira alimentar o turismo gastronômico...

A conveniência e a convivência entre os narradores e as narradoras da maré consistem na invenção de saberes-fazer socioambientais entre as práticas do bairro, os manguezais e os cotidianos escolares, produzidos nas redes de conversações, nos processos de conhecer e no agir nas coletividades da vida cotidiana. Esses saberes-fazer constituem o que denomino de educações ambientais autopoiéticas e são domínios de ações cognitivas e ontológicas do ser humano enquanto ser social e biológico, são práticas culturais que ajudam a problematizar “essa grande desconhecida que é a vida cotidiana” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 40).

As práticas culturais dizem respeito à:

[...] combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos (*menu* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural, da mesma maneira que a enunciação traduz na palavra fragmentos de discurso. “Prático” vem a ser aquilo que é decisivo para a *identidade* de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 39-40).

Por isso, a atenção deste livro está menos direcionada para a descrição dos narradores da maré e mais para as relações, as redes de conversações, as artes de narrar, os fluxos, as travessias e os saberes-fazer socioambientais nas práticas comunitárias da oficina do viver e do aprender no bairro Ilha das Caieiras. O *zoom* da pesquisa vai fluindo entre as margens dos manguezais e os cotidianos escolares da região, onde os narradores e as narradoras da maré poetizam a Ilha das Caieiras à sua maneira, numa autoprodução de saberes-fazer e de vida coletiva do bairro.

O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o *dentro* e o *fora*. É na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irreduzível continua sendo a esfera do privado (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 42).

O bairro une assim a vida privada e a vida pública de quem vive em sua coletividade, de quem o pratica.

Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo) (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 42).

Na Ilha das Caieiras, a vida em coletividade é enredada pelo morar, pelo pescar, pelo cozinhar e pelo narrar nos manguezais e nos cotidianos das escolas da região, inventando espaços de relações com o outro e acordos de convivência e conveniência entre o que se pode e não se pode fazer ou deixar de fazer. Assim:

[...] a caminhada de quem passeia pelo seu bairro é sempre portadora de diversos sentidos [...], inúmeros “segmentos de sentido” que podem ir um tomando o lugar do outro conforme se vai caminhando, sem ordem e sem regra, despertadas ao acaso dos encontros, suscitadas pela atenção flutuante aos

“acontecimentos” que, sem cessar, se vão produzindo na rua (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 44).

Nesta pesquisa, foi dada especial atenção aos cotidianos escolares praticados pelos narradores e narradoras da maré da Ilha das Caieiras, que estimularam encontros e atividades com os estudantes, professores e professoras de duas escolas. Corredores, pátios, salas de aulas, pátio, Rua Felicidade Correia dos Santos, familiares, manguezal, fotos, vídeos, mapas, músicas, conversas, narrativas, em encontros molhados-de-peixe e rodeados de conflitos e afetos.

Nesses encontros foram problematizadas as redes de saberes-fa-zeres das práticas do bairro e seus atravessamentos com os manguezais e os cotidianos escolares como possibilidades para a produção de educações ambientais nas relações entre as coletividades vivas e não vivas, configurando educações ambientais autopoieticas encharcadas de resistências dos narradores e narradoras da maré.

Essa autopoiese na educação ambiental tem grande inspiração na biologia e mesmo na medicina, áreas de formação de Maturana, que, logo nos primeiros anos de estudo como biólogo, pesquisou o funcionamento dos seres vivos, do sistema nervoso e da cognição. No trecho a seguir, evidenciam-se suas experiências e curiosidades científicas:

[...] eu como biólogo, interessei-me pelo estudo do sistema nervoso e dos fenômenos da percepção, em particular. [...] desde muito jovem me preparei no âmbito biológico mais amplo possível: interessaram-me a anatomia, a biologia, a genética, a antropologia, a cardiologia. Quer dizer, na minha curiosidade, eu me movi nesse âmbito amplamente. Também me interessei pela filosofia. Fiz ainda medicina durante quatro anos (MATURANA, 2006, p. 20).

Em parceria com Francisco Varela, o pesquisador abalou as fortes influências do representacionismo sobre a noção de autopoiese.

Autopoiese é, como vimos, uma palavra de origem grega que expressa a produção de si mesmo, o autofazimento de um sistema, por fluxos, transformações e interações. Nas palavras de Maturana e Varela (1997):

[...] o que nos define como seres vivos [...] é que somos sistemas autopoieticos moleculares, e que entre tantos sistemas moleculares diferentes, somos sistemas autopoieticos (p. 18).

Considero que é necessário tomar consciência de que os seres vivos são entes históricos partícipes de um presente histórico em contínua transformação para compreender [...] que como seres vivos somos sistemas autopoieticos moleculares, é o que dizemos ao afirmar que o viver se dá na realização da autopoiese (p. 31).

As pesquisas sobre cognição desenvolvidas por Maturana com a biologia do conhecer ou a autopoiese desencadearam mudanças nesse campo de estudos e inspiraram epistemologicamente a escrita deste livro e meu modo de ver e entender os domínios do viver e do aprender. Como o próprio Maturana (2006, p. 19-20) disse: “No fundo, o que eu quero fazer é convidá-los a mudar seu modo de ver, seu olhar”.

Essa perspectiva é um convite para mudar nosso modo de viver e de conviver com o outro, nos cotidianos escolares e em outros espaços de convivência, uma aposta na potência da vida e na ética entre seres humanos e outras formas de vida por meio do cultivo de relações amorosas no conversar e no compartilhar a oficina do viver em meio às práticas do bairro.

Dessa forma, foi possível pôr entre parênteses os saberes-fazeres instituídos e prescritos para perceber aqueles produzidos com as experiências dos cotidianos escolares da região da Ilha das Caieiras. Isto é, foi possível perceber a aprendizagem autopoietica dos meninos e meninas da baía de Vitória, que carregam água na peneira e peixes no bolso do uniforme, reforçando as artes de narrar em ilhês

e diluindo os pontos de vista do viver no linguajar. Afinal, “nós, seres humanos, existimos na linguagem” (MATURANA, 2006, p. 27).

Por conseguinte, essa aprendizagem inspirou a política cognitiva e de narratividade deste livro, em que os saberes-fazer socioambientais construídos são vistos como fluxos entre processos cognitivos e a vida cotidiana, rompendo assim com a dicotomia entre ciência e oficina do viver.

Nós, cientistas, armamos um grande alvoroço sobre a coisa extraordinária, que é a ciência, e pretendemos separá-la da vida cotidiana. Penso que isso é um grande erro. A validade da ciência está em sua conexão com a vida cotidiana. Na verdade, a ciência é uma glorificação da vida cotidiana (MATURANA, 2006, p. 31).

Maturana incita, desse modo, a problematização dos saberes-fazer socioambientais praticados que escapam dos modelos, fórmulas, controles e indicadores. Assim, as vidas escapam e se inventam nas relações e nas coletividades, colocando entre parênteses os discursos que atribuem valor de verdade absoluta à racionalidade científica e instrumental. Segundo Maturana (2006, p. 36):

No caminho da objetividade sem parênteses, uma afirmação cognitiva é válida porque faz referência a uma realidade independente do observador. No caminho da objetividade entre parênteses, minha afirmação cognitiva é válida pelas coerências operacionais que a constituem. Aqui, dou-me conta que uma explicação é uma reformulação da experiência com elementos da experiência, e se repito as configurações operacionais que constituem minha explicação, obtenho o fenômeno que quero explicar.

Ainda para o autor, objetividade entre parênteses não significa subjetividade, significa apenas assumir que não posso fazer referência a entidades independentes de mim para construir meu explicar:

Na objetividade entre parênteses há tantas realidades quantos domínios explicativos, todas legítimas. Elas não são formas diferentes da mesma realidade, não são visões distintas da mesma realidade. Não! Há tantas realidades — todas diferentes, mas igualmente legítimas — quantos domínios de coerências operacionais explicativas, quantos modos de reformular a experiência [...] (MATURANA, 2006, p. 38).

É esse o tipo de objetividade que atravessa e tensiona o campo da pesquisa, uma objetividade determinada por múltiplos contextos cotidianos e por diferentes pontos de vistas. Diferentes educações ambientais autopoieticas.

### **Educações ambientais autopoieticas em redes de conversações com as práticas do bairro**



*Criança brincando com canoa no bairro Ilha das Caieiras e, ao fundo, o monte Mochuara no município de Cariacica, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

A maneira de dar canto às palavras o menino  
aprendeu com os passarinhos.  
Manoel de Barros (2010, p. 53)

---

## Cena 1

### *Meninos e meninas da Baía de Vitória que carregam água na peneira*

Férias escolares com chuva e calor é um convite para o devir-criança-manguezeiro pular na maré, espantar as garças que circulam os barcos, canoas e baiteiras, andar de bicicleta, passear com gaiolas de passarinho ou dedicar-se ao preparo das iscas para pesca. Morar, pescar e cozinhar.

Surge uma pipa no ar! As crianças, na plenitude de seus devires e de suas linhas de fuga, se jogam na maré para ver quem vai conquistar a pipa-troféu, que plina até cair na maré. A corrida é na maré, nadando em direção à pipa, e Beré faz jus à fama de menino da baía de Vitória. A distância é considerável, exige fôlego e experiência para nadar entre as correntes. Todos se lançam e correm na maré! A pipa cai ao lado do “pesqueiro”, um local na água batizado pelos pescadores repleto de carcaças de carros e de outros entulhos, que foram lançados aos poucos, formando uma espécie de coral artificial que atrai os peixes, tanto os que são capturados com linha como os pequenos cardumes. Entre eles, o mais apreciado na região é o robalo, que, em ilhês, é um peixe que escolhe quem vai pescá-lo.

No píer, a torcida acompanha para ver quem vai chegar primeiro à pipa-troféu. A distância venceu e a pipa ficou molhada-de-peixe! É hora de voltar para o píer e continuar brincando. Como é período de férias, pescar é a melhor diversão para alguns, principalmente para quem tem alguma embarcação, grande ou pequena. E dito e feito: dois garotos entram na baitera e remam em direção ao “pesqueiro”. Experiência e sincronia com os remos, e a embarcação logo alcança o destino desejado. O “pesqueiro” preenche o dia dos meninos. De repente, uma chuva começa a cair... E cai com força maior no meio do canal do rio, ocultando momentaneamente outra baitera que navega rumo ao “pesqueiro”, o parque de diversão do momento. Pelo menos

enquanto não aparecer outra pipa, com a linha cortada, criando linhas de fuga nos meninos e meninas da Baía de Vitória.

---



*Criança numa canoa no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

A educação ambiental autopoietica é um movimento rizomático em que os seres vivos constituem o mundo e são constituídos por ele, numa autoprodução, com as redes de conversações tecidas nas relações cotidianas, entre conflitos, tensões e negociações. Nesse sentido é que se recorre à biologia do amor de Maturana, que amplia o compartilhar, a solidariedade e a aceitação do outro como legítimo outro junto a nós, no conviver em coletividade.

Os pressupostos centrais da biologia do conhecer e da biologia do amor estabelecem o conhecer enquanto domínio cognitivo dos seres humanos que emerge nas redes de conversações, no conviver com o outro, afastando-se de concepções que inibem as condições biológicas e cognitivas do observador. Como afirma Maturana (1999, p. 42), “conhecer é viver, e viver é conhecer”.

Nesse sentido, o conhecimento não é resultado daquilo que se capta do exterior, ele emerge nas redes de conversações, no conviver com o outro, e as conversações nada mais são do que um fluir do emocionar e do linguajar em que a razão entra, mas não é o elemento fundante.

Como diz Maturana: “Não é a razão que guia o humano, é a emoção”. Formalizar o processo cognitivo, portanto, como fazem muitos epistemólogos e educadores, separando razão e emoção ou mesmo privilegiando o pensamento lógico, é desconhecer o funcionamento complexo do humano (PELLANDA, 2009, p. 83).

Nessas problematizações, são relevantes as noções de Maturana (1999, p. 172) sobre conversações<sup>16</sup>:

Ao fluir o nosso emocionar num curso que é o resultado de nossa história de convivência dentro e fora da linguagem, mudamos de domínio de ações, e, portanto, muda o curso de nosso linguajar e de nosso raciocinar. A esse fluir entrelaçado de linguajar e emocionar eu chamo conversar, e chamo conversação o fluir, no conversar, em uma rede particular de linguajar e emocionar.

Somos então animais que nos nossos devires evolutivos aprendemos a coordenar os fluxos emocionais nas ações enquanto animais linguajantes, e a conversa é um domínio operacional biológico e ontológico dos seres humanos, constituindo cotidianamente redes de conversações na linguagem:

Chamo de *conversação* nossa operação nesse fluxo entrelaçado de coordenações consensuais de linguajar e emocionar e chamo de *conversações* as diferentes redes de coordenações entrelaçadas e consensuais de linguajar e emocionar que geramos ao vivermos juntos como seres humanos (MATURANA, 2006, p. 132).

---

16 As noções de conversações, de conversa e de conversar em Humberto Maturana, aliados à experiência da educação ambiental autopoietica, possibilitaram meu encontro com o princípio freiriano de diálogo amoroso para pensar práticas pedagógicas dialógicas, como foi abordado no artigo que produzi em parceria com a professora Andreia Teixeira Ramos (RAMOS; GONZALEZ, 2020).

A partir desses diálogos, este livro apresenta a educação ambiental autopoietica como resultado de redes de conversações, tendo sido produzido sob diferentes pontos de vista nas travessias da pesquisa entre os múltiplos cotidianos enredados que compõem a cartografia dos saberes-fazer socioambientais das práticas do bairro Ilha das Caieiras.

Enquanto pesquisador-cartógrafo, convivi com saberes-fazer socioambientais e experiências com as práticas do bairro em diferentes lugares praticados: nas ruas do bairro, no píer frequentado pelas crianças principalmente em período de férias escolares, nas escolas, na igreja, na peixaria comunitária, nas cozinhas das desfiadeiras de siris, nos conflitos e tensões ambientais, no Museu do Pescador, na Semana Santa. Nesses espaços, os saberes-fazer socioambientais cartografados foram praticados com o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar.



*Peixaria comunitária do bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Com as práticas do morar: as trajetórias cotidianas dos usuários do bairro; os ritmos da Rua Felicidade Correia dos Santos; o píer ocupado pelos restaurantes locais e as estratégias de concorrência entre eles; as artes de narrar em ilhês, o linguajar comunitário; a participação das crianças no turismo gastronômico; assim como as relações de convivência e de conveniência que organizam a

comunidade, seus ritmos e as relações com o mangue, tensionando forças internas relacionadas aos usos dos manguezais e dos espaços públicos do bairro para a extração de mais benefícios associados ao turismo gastronômico local.

Com as práticas do pescar: as diferentes maneiras e territórios de pesca; os utensílios utilizados, como o predatório balão (rede de arrasto), o jereré para a pesca do siri, as cavadeiras para extrair sururu na maré, as varas de pescar usadas principalmente na pesca do robalo e nas pescarias praticadas pelas crianças; os tipos de embarcações, como as canoas, as baiteiras e os barcos a motor, e suas práticas de locação.

Com as práticas do cozinhar (e do comercializar): as diferentes formas de preparo das receitas; os usos dos temperos nas tortas, moquecas, mariscadas; os modos de desfiar siris e camarões; os conflitos entre a culinária local e a comercialização de acarajé; o escambo de ingredientes entre os moradores; a lei da oferta e da procura na comercialização dos pescados em diferentes épocas do ano; assim como o envolvimento familiar e comunitário no período da Semana Santa, antecipada pelo turismo gastronômico, que geralmente se inicia em dezembro e se prolonga por várias luas e meses.



*Vendedor de temperos na Rua Felicidade Correia dos Santos, no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

As artes de morar, pescar, cozinhar e narrar desenham territórios existenciais, conflitos e saberes-fazer coextensivos ao movimento de invenção de si e de mundos. Esses territórios são produzidos na relação, no (con)viver as complexidades das redes cotidianas, furando e desestabilizando as clássicas visões científicas, colocando em questão o discurso moderno que considera a produção de conhecimento e a aprendizagem como dádivas de uma suposta e inatingível racionalidade que povoa nossos pensamentos e práticas cotidianas.

É preciso, como Maturana, perceber e assumir nossa condição biológica no domínio operacional do pensar! Isso é também assumir que nos tornamos humanos no linguajar, na linguagem e nas redes de conversações, pois,

[...] se queremos explicar a linguagem como fenômeno biológico, o que temos que mostrar é de que maneira ela surge, de que modo na história das interações dos seres vivos essa recursão venha a ter lugar. E não só isso: precisamos mostrar também como a linguagem se origina na história dos hominídeos (MATURANA, 2006, p. 73).

Os estudos de Maturana trazem ingredientes importantes da biologia humana e da linguagem para pensar as artes de morar, pescar, cozinhar e narrar na Ilha das Caieiras. Isso se considerarmos nossas experiências como resultantes do fato de sermos seres humanos que vivem sob uma linguagem constituída e conservada em relações amorosas e cooperativas no nosso devir evolutivo na história dos primatas bípedes.

Na evolução — biológica ou cultural —, não há um caminho pré-estabelecido. O devir evolutivo é uma deriva que segue qualquer direção na qual se mantém o viver. A cada instante, o rumo que ele de fato segue é definido pelo que se conserva neste instante em torno da manutenção do viver. Daí resulta que aquilo

que continua geração após geração como modo de vida é o que de fato define uma linhagem biológica ou cultural — e o que determina no que uma ou outra se transforme em seu dever (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2011, p. 248).

Ao apresentar argumentos que defendem que a racionalidade é constituída no emocionar e no linguajar, Maturana nos faz pensar que nós humanos nos constituímos no entrelaçamento do racional com o emocional na linguagem. É na linguagem que nos tornamos humanos e assumimos nossa condição biológica, ética e política, ao potencializarmos a emoção do amor, a aceitação do outro como legítimo outro, a relação de convivência, o conversar. Para ele, a razão é um domínio de ação fundante da emoção; dilui-se assim a dicotomia entre razão/emoção.

Portanto, nas vidas cotidianas, o compartilhar é uma dimensão ontológica da biologia humana, porém nossa sociedade é atravessada por culturas que negam o compartilhar e valorizam o patriarcado/matriarcado e a maravilha da competição. Em uma entrevista, Maturana foi questionado sobre a diferença entre as culturas patriarcais/matriarcais e a cultura denominada por ele de “matrística”. Ele respondeu:

A diferença básica reside no fato de a cultura patriarcal/matriarcal estar centrada nas relações de dominação e submissão, exigências, desconfianças e controle. De outro modo, uma cultura matrística, que vem a ser antecessora da cultura patriarcal/matriarcal, está centrada em relações de muito respeito e, portanto, de colaboração. Na cultura patriarcal/matriarcal não há colaboração. Quer dizer, pode haver, claro, mas o centro, o fundamental é a relação de dominação e submissão (MATURANA, 2004, p. 1).

Em meio às práticas do bairro Ilha das Caieiras, há conflitos entre os próprios sujeitos praticantes nas margens e conflitos entre esses sujeitos e as áreas de preservação de manguezais da Baía de Vitória.

Nas conversas durante a pesquisa, foi possível observar os saberes-fazer socioambientais que forjam relações de dominação e de controle dos manguezais. Mas a vida escapole e os narradores da maré produzem também suas emoções amorosas e relações de cooperação, negociadas entre competição, conflitos e tensões com o manguezal. Para Maturana, constituímos-nos histórica e biologicamente como humanos na cooperação, sendo a competição uma invenção cultural humana, portanto não biológica.

Nós temos a biologia do compartilhar, e isso se nota na vida cotidiana. [...] O compartilhar é em nós um elemento que pertence à nossa biologia, não pertence à cultura. Pelo contrário, vivemos atualmente uma cultura que nega o compartilhar, porque estamos supostamente mergulhados na maravilha da competição (MATURANA, 2006, p. 92-93).

Nossa história enquanto seres humanos e biológicos não ocorre na competição, mas sim na conservação de certos modos de vida cooperativos e solidários, ou seja, a competição é uma invenção humana e cultural, cuja emoção central resulta na negação do outro. Não existe assim competição que seja plenamente sadia — a competição é sempre constitutivamente antissocial.

Nesse sentido, conflitos e tensões nos manguezais da Baía de Vitória foram acompanhados numa reunião entre pescadores, desfiadeiras de siris, catadores de caranguejos e técnicos da prefeitura. Essa reunião foi agendada para que os pescadores soubessem os motivos da sumária e repentina proibição de pesca nos manguezais e da consequente prisão de alguns companheiros. O fato de eles terem sido algemados pelos pés e pelas mãos detonou manifestações dos pescadores locais e dos moradores, que fecharam os acessos ao bairro, impedindo também o funcionamento das escolas da região.

De um lado estavam os peritos e técnicos, com discursos jurídicos reforçando seus territórios de poder pelo fato de a região fazer

parte de uma área de preservação; do outro lado, com suas artes de narrar a vida, afirmando desconhecereis proibições de pesca, os pescadores e as desfiadeiras que trabalham para manter seus filhos e filhas, principalmente por meio do turismo gastronômico na região. Um narrador da maré se pronuncia em nome de seus colegas pescadores na reunião:

---

“O pescador, ele é humilde, fica no dia a dia aí para tentar manter uma família. Nós não temos salários como vocês. Eu queria saber sobre todo esse esgoto que é jogado nos manguezais. O que vocês têm a dizer sobre isso? Porque, até agora, só o pescador está sendo prejudicado. Meu pai e minha mãe, que já faleceram há mais de trinta anos, eram pescadores profissionais. Eu pesco há 37 anos, e a minha carteirinha, como a de todos os irmãos aqui, ela tem escrito assim: ‘válido em todo o território nacional’. Agora estamos sendo presos e algemados! E, quando fui abordado, disseram para mim que no Lameirão podia pescar. Tem lei para o pescador, porque ele é ‘pequeno.’”

---

Relações antissociais, negação do outro, dominação e controle da vida manguezeira na Baía de Vitória. A cooperação enquanto concepção ética e política induz a pensarmos em outros caminhos que escapem das lógicas individualistas, consumistas e de atitudes antiecológicas; caminhos com alternativas suficientes frente às tensões e conflitos, que alarguem e potencializem relações de aceitação do outro como legítimo outro e de outras formas de vida.

Nas redes de conversações com os sujeitos praticantes nas margens, manifestam-se os múltiplos sentidos e usos das práticas do bairro e dos manguezais, e, apesar das relações panópticas, esses sujeitos inventam resistências e maneiras de fazer. As práticas do bairro Ilha das Caieiras os embalam nas margens entre tensões,

conflitos, e também entre emoções amorosas, solidárias, cooperativas, com relações autopoieticas.

Os saberes-fazer socioambientais pescados nas redes de conversações do bairro-escola e produzidos nas relações são férteis para pensar com Maturana sobre a inteligência, deixando de entendê-la como propriedade de alguém iluminado, para vê-la como algo que é produzido nas relações, nas redes e nos processos de autofazimento.

As emoções, como o medo, a ambição, a competição, a violência e o preconceito, restringem a inteligência. “O amor é a única emoção que amplia a inteligência” (MATURANA, 1999, p. 19). Segundo Maturana e Varela (1995):

[...] sem amor, sem a aceitação do outro junto ao nosso lado, não há socialização, e sem socialização não há humanidade. Tudo o que limite a aceitação do outro — seja a competição, a posse da verdade ou a certeza ideológica — destrói ou restringe a ocorrência do fenômeno social e, portanto, também o humano, porque destrói o processo biológico que o gera (p. 263).

Descartar o amor como fundamento biológico do social, assim como as implicações éticas do amor, seria negar tudo o que nossa história de seres vivos, de mais de três bilhões e meio de idade, nos legou (p. 264).

As ideias de Maturana que direcionaram meu pensamento para as relações da educação ambiental autopoietica com redes de conversações cotidianas têm como base argumentativa a problematização dos modelos que concebem a educação como mercadoria e vestem a aprendizagem com uma roupagem utilitarista e produtivista, em busca de um objetivo externo ou de uma qualidade independente dos sujeitos envolvidos no processo.

As bases epistemológicas de Maturana (2006) desafiam a filosofia a se abrir às mudanças, no sentido de considerar e assumir as emoções

no devir cotidiano do ser humano. Para o autor, os fundamentos da ética, a ontologia da ética, passam pelas emoções. Segundo Maturana (2002), a ética não se baseia no operar racional, mas no emocional.

[...] as preocupações éticas não dependem da razão. [...] a reflexão ética surge apenas e exclusivamente no espaço de preocupações pelo outro. [...] não é a razão que justifica a preocupação pelo outro, mas é a emoção (MATURANA, 2006, p. 49).

Depois desta reflexão, a filosofia tem que mudar. Tem que mudar porque tem que assumir a dinâmica humana biológica no processo explicativo: certamente tem que assumir a participação das emoções na reflexão sobre o humano, na reflexão sobre o social e na reflexão ética. [...] Estou falando da ontologia da ética. E se a ontologia da ética passa pelas emoções, não há reflexão filosófica que eu possa considerar, adequadamente, se não levo em conta as emoções (MATURANA, 2006, p. 52).

O autor traz, dessa forma, importantes pistas para pensarmos nossas práticas em educação ambiental enquanto educadores/as, de maneira ética, colaborativa e mantendo nossa condição de seres em constante processo de produção: seres autopoieticos.

As conversações da pesquisa foram tecidas nos *entres* das redes cotidianas em diferentes espaços de convivência. Compartilhando sorrisos, sons, cheiros, cores, sabores, saberes, amores, tensões, conflitos, paixões alegres, paixões tristes, afetos e usos do que aprendemos com as artes de viver e de conhecer. Assim, a educação ambiental autopoietica se concretizou em processos de auto-produção de conhecimentos e de saberes-fazeres comprometidos com a vida, articulou as dimensões éticas, os afetos e as conversas, diluiu fronteiras, dicotomias, classificações, representações e categorias dos modelos de aprendizagens absolutas, pautados em certezas incontestáveis e binarismos asfixiantes.

Nas conversas tecidas com educadores/as no decorrer dos encontros-experiências, uma professora da escola comentou as implicações da cidade-sambaqui sobre a escola e a vida das pessoas que moram na região:

---

“A primeira vez que a gente foi jogar, quando entramos no ginásio para a abertura dos jogos, alguém jogou papel higiênico na gente, porque nós éramos do lixo. A gente sofreu isso, sentimos na pele, a gente era conhecido desse jeito, como um povo que comia lixo. Uma questão importante é que eles estudam aqui, os pais deles estudaram aqui, os avós estudaram aqui provavelmente. E, provavelmente, os filhos deles estarão aqui.”

---

Essas artes de dizer e de narrar são, segundo Certeau (2008), artes de fazer e de pensar, e podem ser ao mesmo tempo teoria e prática.

A oralidade está em toda a parte, porque a *conversação* se insinua em todo lugar; ela organiza a família e a rua, o trabalho na empresa e a pesquisa nos laboratórios. Oceanos de comunicação que se infiltram por toda a parte e sempre determinantes, mesmo onde o produto final da atividade apaga todo traço desta relação com a oralidade. É de ser natural e necessária em todo lugar que a conversação provavelmente tira seu estatuto teórico inferior. Como creditar inteligência e complexidade requintada às astúcias de uma prática tão comum? (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 337-338).

Graças à sua complexidade e multiplicidade, as redes de conversações nas práticas cotidianas do bairro Ilha das Caieiras produzem uma educação ambiental autopoiética que não se deixa capitalizar em modelos que impõem um só caminho a seguir. As relações de convivência e de conveniência entre os sujeitos praticantes nas margens,

perpetuadas por gerações, tampouco se deixam capitalizar por normas, criando tensões e conflitos de temporalidades, saberes-fazer e poderes em redor dos usos dos manguezais, que são ecossistemas amparados por uma fiscalização ambiental eficaz quando se trata das famílias dos pescadores artesanais.

De acordo com Maturana, a convivência é uma condição biológica da espécie humana. Num dos seus escritos, ele exemplifica tal condição ao reportar-se à vida como um fluir com as pessoas, tomando como exemplo o que ocorria nas oficinas dos artesãos do Renascimento, como na de Leonardo da Vinci, onde o fluir e o conviver entre os aprendizes e os mestres artesãos não se prendia a manuais, mas sim no fazer *com*, nas relações.

Em torno desse pensamento, meu desejo foi elaborar a educação ambiental autopoietica no fazer-com as conversas, numa *vida* de menos competição e mais colaboração, com culturas plurais, solidárias e de respeito ao outro, apostando nas oficinas do viver e conhecer na amorosidade.

Mas há também os conflitos com os técnicos, e os órgãos ambientais interferindo diretamente nas práticas do bairro e nas ações em educação ambiental nas escolas locais. Paradoxos estendidos nos mundos da lama. Poderes e territórios praticados por geografias molares em tensões com histórias, saberes-fazer, afetos e possibilidades de invenções de mundos.

Na reunião contra a prisão dos pescadores, um dos narradores da maré comentou:

---

“As autoridades competentes não estão sabendo definir o que que é o pescador artesanal, porque eu perguntei ao rapaz do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], ele falou que o pescador artesanal é aquele que pesca de varinha. Onde que o pescador de varinha constrói a sua própria vara?! Ele faz o náilon? Ele faz o anzol?!”

Não!!! Artesanal somos nós que fazemos a nossa puçá, fazemos o nosso balão, e isso é relíquia, uma tradição indígena que não pode ser parada. Outra coisa: eu estou com 55 anos, eu nasci e me criei aqui, sou filho daqui. Eu tenho 45 anos de pesca aqui nesse lugar. Por que só agora essa lei vem rigidamente destruir os pescadores? Nessa reunião, a gente não vai sair daqui com uma solução. Só que, quando eu chegar em casa, minha mulher vai falar: 'Olha, eu só tenho aqui arroz com feijão'. E as autoridades maiores competentes..., eles não passam nem em casa, eles vão passar em restaurante. É muito fácil falar 'Para de pescar!', mas, na hora deles almoçarem, eles querem o peixe no prato deles! Chega o final de semana, o pescador está sendo caçado como um bandido, e eles estão comendo camarão, casquinha de siri..."

---



*Pescador artesanal construindo sua canoa na Rua Felicidade Correia dos Santos no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Ou seja, as práticas em educação ambiental na região se apoiam no dispositivo da sustentabilidade (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012), mas impactam apenas narradores e narradoras da maré, que assistem aos grã-finos comerem peixe assado e moqueca no almoço.

Por isso, neste livro, os pontos de vista sobre os sujeitos praticantes nas margens foram dissolvidos. Apostou-se na potência de ações com as marés, com o desejo de trazer à tona multiplicidades e singularidades dos saberes-fazer socioambientais das práticas do bairro Ilha das Caieiras inventados nos devires cotidianos, constituindo o que se denominou de educações ambientais autopoiéticas. Estas são preenchidas por afetos, conflitos, estratégias, astúcias e táticas de enfrentamento ao coletivo de forças de controle das áreas protegidas de manguezais.

A aposta aqui na educação ambiental autopoiética considera que somos atravessados por redes de saberes-fazer, poderes e desejos produzidos em nossas relações com os outros e o mundo, inventando-nos. Estabeleceram-se assim diálogos com as ideias de Humberto Maturana e enlances com os narradores e narradoras da maré, num movimento de sustentabilidade e problematização das relações e experiências entre as coletividades vivas dos mundos da lama.

Geografias em espaços de controle, disciplinando usos, territórios e tempos dos manguezais e de seus praticantes, o turismo gastronômico na ilha, na ilha-refúgio, nas famílias, na ilha-família. Famílias sentadas à sombra nas calçadas para desfiar siris e sururus. A rua é território do cheiro das moquecas e berçário dos siris desfiados e das casquinhas de siri. Território de paradoxos: a proteção dos manguezais e das coletividades vivas e o desenvolvimento do turismo gastronômico. Os manguezais, enquanto territórios culturais, revelam famílias de pescadores que (r)existem inventando formas de ser e estar no mundo, com as práticas do bairro: o narrar, o morar, o caminhar, o pescar, o transportar, o cozinhar e, principalmente, o comercializar, praticando seus mundos, seus cotidianos e suas educações ambientais autopoiéticas com as redes de conversações.

# Andadas e outros movimentos no campo da pesquisa



*Crianças brincando com embarcações nos manguezais do bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Ele sabia que as coisas inúteis e os  
homens inúteis  
se guardam no abandono.  
Os homens no seu próprio abandono.  
E as coisas inúteis ficam para poesia.  
Manoel de Barros (2010, p. 91)

### **Mariscada capixaba**

200 g de camarão

200 g de sururu

200 g de ostra

200 g de bacalhau

200 g de palmito

1 maço de coentro

1 cebola grande picada

1 tomate grande picado

azeitonas pretas e verdes

1 colher (sopa) de alho picado

100 ml de azeite

colorau e sal a gosto

4 ovos

Os moradores da Ilha das  
Caieiras se acham diferentes do  
bairro São Pedro. Eles até falam  
outra língua: o ilhês.

*Um educador social*

## **Ventos de travessias metodológicas**

A gente gostava das palavras quando elas perturbavam  
os sentidos normais da fala.  
Manoel de Barros (2010, p. 12)

Esta pesquisa em educação ambiental foi enredada com uma “pesquisa cartográfica” (CARVALHO, 2009; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009a) e com os “cotidianos escolares” (ALVES, 2010; FERRAÇO, 2003, 2005), impulsionada pelo desejo de acompanhar percursos, criar conexões de redes e rizomas com as cartografias dos campos problemáticos de pesquisa.

A pesquisa se fundamentou no livro, organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia, *Pistas do método da cartografia*, o qual foi inspirado na noção cartográfica de Deleuze e Guattari expressa na obra *Mil platôs*. Para esses dois autores, a

cartografia surge como princípio de rizoma, em vista de sua multiplicidade de entradas. É como um mapa móvel numa rede de conexões e experiências.

[...] faça rizoma e não raiz, nunca plante! Não semeie, pique! Não seja nem uno nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça a linha e nunca o ponto! A velocidade transforma o ponto em linha! Seja rápido, mesmo parado! Linha de chance, jogo de cintura, linha de fuga. Nunca suscite um General em você! [...] Faça mapas [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 48).

Sob essa perspectiva, em águas-quentes-claras-frias-turvas, ponderou-se sobre uma educação ambiental autopoietica na qual os seres vivos constituem seus mundos e são constituídos por eles, em processos de autofazimento por meio de movimentos rizomáticos entre tensões e conflitos que emergem das experiências nas redes cotidianas com os narradores da maré. Nesse sentido, vale a pena destacar que:

[...] conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho (BARROS; PASSOS, 2009, p. 30-31).

Por isso, nesta pesquisa em educação ambiental, mais do que a descrição de fatos, enfocaram-se os processos de produção de conhecimento, constituídos por um movimento de ampliação da concepção de mundos e das formas de conceber o ato de pesquisar.

Toda experiência cartográfica acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta; monta dispositivos, mais do que atribui a eles qualquer natureza; dissolve o ponto de vista dos observadores, mais do que

centraliza o conhecimento em uma perspectiva identitária e pessoal. O método da cartografia implica também a aposta ético-política em um modo de dizer que expresse processos de mudança de si e do mundo (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 169-170).

Como inspiração, recorri a pesquisas cartográficas entrelaçadas com cotidianos e enredadas com a educação ambiental produzidas pelo Nipeea. A professora Martha Tristão nos explica no trecho a seguir as abordagens teóricas metodológicas adotadas por esse núcleo de pesquisas interdisciplinares:

A ênfase na formação em Educação Ambiental é compreendida como uma rede de contextos, como espaços/tempos de formação desde a formação inicial, estendendo-se à vivência, à atuação profissional, à política, à pesquisa, à militância e à participação em cursos, grupos e eventos. Com isso, não desresponsabilizamos as principais entidades formadoras do compromisso com a formação ambiental. Essa concepção já traz implícito um processo educativo e formativo que envolve uma reforma do pensamento e das estruturas. Os caminhos e as ideias tornam-se desafiantes e imprecisos, envolvendo a complexidade da Educação Ambiental e de seus contextos. Essa maneira de pensar a pesquisa, a educação e a formação envolve o pessoal e se mistura com o teórico, num movimento permanente e contínuo, recursivo do processo permanente de formação.

O pensamento transdisciplinar inscreve-se nesta perspectiva de abertura, pois pode ser compreendido como um princípio epistemológico que se apresenta em uma dinâmica processual que tenta superar as barreiras do conhecimento mediante a integração de conceitos e metodologias. Optamos por compreender a transdisciplinaridade por entendê-la como uma abordagem que transcende as disciplinas, que tenta entender o que está além. E para nós a Educação Ambiental preenche este espaço entre, através e além das disciplinas (TRISTÃO, 2009, p. 91-92).

Com a pesquisa cartográfica, introduzi-me num movimento singular de conhecer, agir e praticar experiências com os narradores e narradoras da maré. A produção de dados com os sujeitos protagonistas (catadores de caranguejos, desfiadeiras de siri, pescadores artesanais, educandos, educadores, professoras e professores) aconteceu ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013<sup>17</sup> pelo acompanhamento dos fluxos das redes de conversações tecidas nas coletividades e pelo compartilhamento de vivências, saberes-fazer e experiências.

E aqui cabe lembrar o que Larrosa Bondía (2004, p. 154) destaca:

A experiência é o que nos passa, ou o que nos acontece, ou o que nos toca. [...] A cada dia passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos passa. Dir-se-ia que tudo o que está organizado para que nada nos passe.

Como a pesquisa objetivava acompanhar processos, e não representar um objeto, a principal preocupação foi investigar processos de produção de conhecimento com atenção para que tudo aquilo que tivesse a aparência de *o mesmo* não passasse de um concentrado de significação, de saber e de poder, que, por vezes, tem a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma conforme a cartografia formulada por Deleuze e Guattari (2011).

---

17 Dando continuidade à pesquisa, como professor adjunto do Centro de Educação da Ufes desde 2014, registrei na universidade o projeto de extensão Narradores da Maré. Nesse mesmo ano, criei o grupo de pesquisa Territórios de Aprendizagens Autopoéticas. Ambos estão em plena atividade até os dias atuais. O projeto Narradores da Maré também divulga seu trabalho na internet em um blogue ([narradoresdamare.blogspot.com](http://narradoresdamare.blogspot.com)), num *podcast* pelo aplicativo de *streaming* Spotify ([open.spotify.com/show/512E8eKQkvNbJXxBfLG0Et](https://open.spotify.com/show/512E8eKQkvNbJXxBfLG0Et)), na plataforma de vídeos YouTube ([youtube.com/@narradoresdamare3973](https://youtube.com/@narradoresdamare3973)) e nas redes sociais Facebook ([facebook.com/people/Narradores-da-Maré/100077634039643](https://facebook.com/people/Narradores-da-Maré/100077634039643)) e Instagram ([instagram.com/narradoresdamare](https://instagram.com/narradoresdamare)).

O rizoma não tem centro, não tem regras prontas nem objetivos previamente estabelecidos, de forma que o desafio metodológico está na “reversão do sentido tradicional de método — não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas [...], mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS; BARROS, 2009a, p. 17). Assim:

Abordando a pista “cartografar é acompanhar processos” procuramos apontar que a processualidade está presente em cada momento da pesquisa. A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. A cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra. O acompanhamento de tais processos depende de uma atitude, de um *ethos*, e não está garantida de antemão. Ela requer aprendizado e atenção permanente, pois sempre podemos ser assaltados pela política cognitiva do pesquisador cognitivista: aquele que se isola do objeto de estudo na busca de soluções, regras, invariantes. O acompanhamento dos processos exige também a produção coletiva do conhecimento. Há um coletivo se fazendo com a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo *com* o coletivo. A produção de dados é processual e a processualidade se prolonga no momento da análise do material, que se faz também no tempo, com o tempo, em sintonia com o coletivo (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 73-74).

No exercício de capturar as redes e conversações que emergem em saberes-fazer socioambientais das práticas do bairro, aderiu-se a uma aposta estética enredada por capítulos-platôs de cenas-em-movimentos, como cenas-rizomas. Esses platôs são *planos de composição* dos despropósitos dos enlaces entre as práticas do bairro, os manguezais e os cotidianos escolares que foram compondo o diário de campo.

O método da cartografia, além disso, pressupõe uma política da narratividade que permita a dissolvência das posições estanques geralmente associadas, no trabalho da pesquisa, àquele que conhece e àquilo que é conhecido.

Nesse sentido, podemos pensar a política da narrativa como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 151).

Os movimentos metodológicos e epistemológicos de acompanhar as práticas do bairro e os saberes-fazeres socioambientais dos narradores e narradoras da maré trouxeram para perto as políticas cognitivas que consideram a aprendizagem um processo inventivo e de produção de conhecimento, ensaiando aproximações entre conhecimento, invenção e arte. Trata-se de uma aposta no encontro entre os sujeitos da pesquisa e o que é expresso nesse encontro.

É um convite a adotar uma certa maneira de estar no mundo, de habitar um território existencial e de se colocar na relação de conhecimento. Enfim, trata-se de uma política cognitiva. Todavia, a recusa da crença num sujeito e mundo dados não é de modo algum trivial. Assumir essa postura requer uma virada, uma reversão da atitude naturalizada e que exige, em princípio, um esforço. Tal esforço, no entanto, pode se transformar, com a prática, numa atitude encarnada, configurando uma política cognitiva corporificada nas ações de quem se lança na tarefa de conhecer e intervir sobre a realidade. Produzir conhecimento e produzir realidade se tornam face e contraface da experiência cognitiva, o que impõe a complexidade ético-estético-política da ação do pesquisador. Não se chega à cognição inventiva por adesão teórica, mas por práticas cognitivas efetivas e encarnadas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009b, p. 202-203).

É uma artesanaria da/na pesquisa e do/no pesquisador que adota outros meios de expressão científica e de imagens do pensamento,

tendo a arte como uma intercessora, fazendo do texto uma escrita inventiva, apostando numa posição de política de narratividade. Ao abordarem como tema a escrita de textos de pesquisa, Passos e Barros apresentam, em “Por uma política da narratividade”, a ideia de que a alteração metodológica proposta pela cartografia exige uma mudança nas práticas de narrar:

[...] tudo isso implica tomada de posição numa certa política da narratividade.

A escolha dessa posição narrativa (*ethos* da pesquisa [...]) não pode ser encarada como desarticulada das políticas que estão em jogo: [...] políticas de pesquisa, políticas da subjetividade, políticas cognitivas. Toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 150).

Existem dois métodos e modos de dizer no plano da política da narratividade que se aproximam da educação ambiental: o extensivismo e o intensivismo. Os modos de dizer e de narrar a partir do método da extensividade preveem uma meta imposta, mas que acaba por “se tornar um efeito de práticas intensivas em um plano coletivo de forças instituintes” (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 153). Controlar, formatar, quantificar, hierarquizar, classificar, categorizar: são essas algumas tendências e movimentos da educação ambiental atravessada por indicadores e projetos pragmáticos *para*, que são prescritos e apresentados como receitas e prêmios.

Esta pesquisa em educação ambiental aproxima-se, no entanto, do modo intensivista de interferir, que afirma o princípio da transversalidade.

Transversalidade, na acepção inicial que Guattari [...] dá a esse conceito, é o movimento de abertura comunicacional, de desestabilização dos eixos dominantes de organização da comunicação

nas instituições: o eixo vertical de hierarquização da comunicação entre os diferentes e o eixo horizontal de homogeneização da comunicação entre os iguais. Traçar a transversal é, no que diz respeito aos modos de dizer, tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos, é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 155-156).

A partir da transversalidade, a educação ambiental e esta pesquisa figuram como propostas de transgressão dos modos de dizer extensivistas. Com a cartografia e a problematização de saberes-fazeres dos narradores e narradoras da maré, tensionaram-se os modos horizontais e verticais de produção de conhecimento, tecidos com experiências das relações de poder do campo da pesquisa.

Além dos dois modos de narratividade (extensivismo e extensivismo), há também dois procedimentos narrativos: a redundância e a desmontagem. A redundância, como o próprio termo indica, é o caso narrado ganhando sentido de abundância, gerando um sentido de circulação e de repetição, criando um padrão social, inquestionável, linear, representacionista e determinista. Por isso, o procedimento narrativo adotado aqui é o da desmontagem. Conforme Passos e Barros (2009b, p. 163):

O procedimento narrativo da desmontagem das formas permite, em suas bordas, ativar o que lá insiste/resiste como força de criação (Benevides e Passos, 2003). No limite das formas algo vibra e contagia. Essa vibração, esse contágio cria uma ativação intensiva que permite tender (ir em direção)/estender os limites do caso.

Os autores apontam três características do procedimento de desmontagem. “A primeira característica é que o procedimento de narrar o ‘caso’ se dá por aumento do coeficiente de desterritorialização” (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 165). A desmontagem do território

de saber-poder provoca a quebra das relações instituídas entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem, entre os que podem falar e os que não podem falar: entre os técnicos e peritos e os peixes pequenos.

A segunda característica do procedimento narrativo da desmontagem está em observar que “tudo é político” (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 167); embora existam singularidades em cada caso, sua problematização indica ramificações no plano político.

Chegamos então à terceira característica,

[...] indicando que tudo adquire valor coletivo. O caso é, então, ação com(um) e institui-se como agenciamento coletivo de enunciação. O comum, aqui, ganha outro sentido, diferente do que definíamos como “sentido comum” ou o sentido do como Um. O comum, agora, diz respeito a essa experiência coletiva em que qualquer um nela se engaja ou em que estamos engajados pelo que em nós é impessoal. Mesmo quando vivido, enunciado, protagonizado, emitido por uma singularidade, a narrativa não remete a um sujeito (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 167-168).

Da frase de Deleuze e Guattari (*apud* PASSOS; BARROS, 2009b, p. 150) “somente a expressão nos dá o *procedimento*” veio-me a pergunta: de que modo capturaria as expressões para compor o diário de campo? Quais educações ambientais autopoiéticas eram tecidas nas múltiplas redes de conversações cotidianas do campo problemático da pesquisa? Em relação aos dados, que procedimentos metodológicos adotaria no que tange ao acompanhamento de processos? Como pensar a pesquisa em educação ambiental autopoiética a partir de uma política da narratividade que estabeleça o modo intensivista de dizer e o procedimento narrativo da desmontagem?

O que pareceu mais adequado foi apostar numa narrativa com a escolabairro que inventasse saberesfazeres socioambientais com as práticas do bairro entre os manguezais da Baía de Vitória e os múltiplos cotidianos escolares. Com tais saberes, narradores e narradoras

da maré, no morar, no pescar e no cozinhar, tecem táticas e astúcias, inventam territórios existenciais, enfrentam os discursos que, com base em justificativas ambientais e sustentáveis, proíbem a pesca na Baía de Vitória. Enfrentamentos e sustentabilidades! Os narradores e narradoras da maré da Baía de Vitória impedidos de pescar e de perpetuar práticas do bairro me forçam a pensar e a problematizar a educação ambiental extensivista.

Nos planos de composições capturadas no diário de campo, os sujeitos praticantes nas margens se tornam narradores e narradoras da pesquisa e da maré em cenas cotidianas. Planos de composição que aconteceram nos verões e nas Semanas Santas de 2011, 2012 e 2013 foram traçados com artesãos e artesãs das marés, que sabem-fazer os próprios apetrechos de pesca e que são reconhecidos no bairro por tais ofícios e pelas artes de cozinhar. Entre eles, estão Zé Perigo, Maria Canoa, Beré, Badejo e Jeréré, personagens locais de diferentes gerações e membros de famílias manguezeiras. O primeiro a entrar em cena é Beré<sup>18</sup>.

---

## Cena 2

### ***Semana Santa na Rua Felicidade Correia dos Santos: Beré ficou reprovado!***

Véspera da Semana Santa de 2013. Sol forte, calor. Muitos carros na Rua Felicidade Correia dos Santos. Moradores e visitantes dividindo os espaços com o perambular rizomático dos

---

18 Algumas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, incluindo subprojetos de iniciação científica e dissertações de mestrado vinculadas ao Nipeea e outros grupos de estudos em educação ambiental, abordam os aspectos éticos e políticos das narrativas ficcionais a partir de estudos realizados pelos professores Marcos Reigota (1999, 2016), Rodrigo Barchi (2016) e Andreia Teixeira Ramos (RAMOS, 2018; GONZALEZ; RAMOS, 2019).

cachorros do mangue. A maré está paradinha, sem vento, um veludo. A água está fria e turva.

Na Ilha das Caieiras, as grandes protagonistas das práticas do bairro e das artes de cozinhar são as casquinhas de siri, as moquecas e as tortas capixabas. Um dono de restaurante local comenta:

– É difícil trabalhar com o caranguejo aqui, porque, além de pequenos, eles atraem moscas e incomodam os fregueses.

A Rua Felicidade Correia dos Santos está fervilhando! As barraquinhas sendo montadas; as meninas ajudando as mães nas cozinhas, os meninos ajudando os pais e brincando no píer.



*Início da Semana Santa na Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

A rua não para e os restaurantes se organizam como podem para atrair os fregueses em busca das “vedetes” do momento: as tortas capixabas.

Os ritmos da vida comunitária e das práticas do bairro são aquecidos, assim como a chama dos fogões. No desjejum já tem torta para comer. É preciso correr porque há muito trabalho pela frente. A Semana Santa faz da Ilha das Caieiras um *fast food* a céu aberto para os fregueses. Quando falta algum ingrediente, alguém empresta. As tortas são vendidas em diferentes tama-

nhos e com diversos ingredientes, conforme o gosto do freguês. As mulheres assam as tortas em recipientes descartáveis de alumínio, em vez de na tradicional panela de barro, para facilitar o preparo e agilizar as vendas.

Eis que me deparo com Maria Canoa no frenesi intenso das duas cozinhas que ela tem em casa. Duas cozinhas com várias mulheres, de gerações diferentes, preparando as tortas capixabas. Durante a preparação das tortas, chego para uma conversa rápida, que me toma por completo, deixando-me indignado, atordoado:

– Oi, Maria Canoa. Tudo bem?! Está na correria?!

– Pois é... tem muita encomenda. Vai querer uma torta?

– Vamos sim: queremos duas completas para viagem. E o Beré? Cadê ele?

– Está por aí no píer... vive lá!

– Pensei que estivesse na escola. E ele, como anda na escola?

– Não sabe não?! Beré ficou reprovado!

– Reprovado? Como?

– Pois é... — Um silêncio pausa. Pegamos a torta sem saber o que falar.

O Beré ficou reprovado!

---

## **Narradores da maré e a Rua Felicidade Correia dos Santos: quanto vale ou é por quilo?**

Agora estamos sendo presos e algemados! E, quando fui abordado, disseram para mim que no Lameirão podia pescar. Tem lei para o pescador porque ele é pequeno.

*Um pescador da Ilha das Caieiras*

Pra meu gosto a palavra não precisa significar — é só entoar.

Manoel de Barros (2010, p. 39)

Quanto vale ou é por quilo?<sup>19</sup>

Nas ruas, nas calçadas, no píer, na peixaria, nos barcos e nas canoas, nos restaurantes: por onde quer que se vá, percebem-se as relações familiares na Ilha das Caieiras. As possibilidades de vida e os modos de existência produzidos pelas coletividades do bairro Ilha das Caieiras nas práticas do pescar e do cozinhar envolvem crianças, jovens, adultos e idosos no preparo das casquinhas de siri, das moquecas e, principalmente, das tortas capixabas, alinhavando os movimentos dos narradores da maré com as práticas do bairro. Alguns desses moradores, provenientes principalmente do município de Santa Leopoldina, chegaram ali em canoas feitas de um tronco só, por entre as curvas do Rio Santa Maria da Vitória, ainda nos tempos áureos do café.

Práticas cotidianas do bairro organizaram trajetórias individuais e as necessidades comunitárias, fortaleceram laços de pertencimento, criaram uma coletividade de bairro, instauraram jogos e acordos de convivência, em busca de um “equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares, e a distância necessária para salvaguardar a sua vida privada” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 47).

É preciso sair ganhando em todos os espaços e relações com as marés nesse caldeirão cultural a céu aberto que é o bairro Ilha das Caieiras. É preciso (con)viver com os outros, fazendo da coletividade “um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento,

---

19 O filme, do diretor Sérgio Bianchi, *Quanto vale ou é por quilo?* foi inspirado no conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis. Desde as primeiras cenas, são evidenciadas as semelhanças entre a escravidão de outrora e a dos dias de hoje. Uma escravidão camuflada, que o povo não enxerga ou não quer enxergar. As diversas situações de exclusão social, miséria e opressão que são mostradas no filme impressionam e me inspiraram a pensar nos sujeitos praticantes nas margens dos manguezais e da Baía de Vitória.

concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 47).

No decorrer da pesquisa, foi possível conviver e conhecer no palco diurno os narradores e as narradoras da maré que sustentam as práticas do bairro e capturar pistas das sombras noturnas que invadem a coletividade comunitária impondo diferentes regras de convivência e de conveniência para o bairro. Alguns sujeitos praticantes nas margens, como Maria Canoa, Beré, Zé Perigo, Badejo, foram apresentados, ouvidos e acompanhados num “presente cambiante” (MATURANA; DÁVILA YÁÑEZ, 2009), no exercício de capturar saberes-fazer socioambientais encarnados e inventados por eles nos movimentos cotidianos das marés.

Os narradores e narradoras das marés são devires, forças que escapam e linhas de fuga que ventilam o turismo gastronômico local e os mecanismos de controle sobre as áreas de mangue tornadas unidades de conservação em 2010, negociando também entre si as disputas cotidianas com as artes de narrar, morar, pescar e cozinhar.

Maria Canoa, Zé Perigo, Beré e Badejo são inspirações para apresentar as redes de conversações tecidas com os sujeitos praticantes do bairro Ilha das Caieiras em seus múltiplos cotidianos. São esses narradores e narradoras da maré que se autoproduzem e inventam saberes-fazer como modos de reexistências e de resistências com seus ofícios de carpinteiros dos manguezais. Eles fazem da vida manguezeira uma obra de arte e uma forma de ser e estar no mundo, praticam entre si modos de tornar sustentáveis as relações comunitárias, mesmo diante dos conflitos e tensões na convivência e na conveniência da vida do bairro.

O que podem as vidas manguezeiras? E os saberes-fazer socioambientais das práticas do bairro? O que é conveniente nas relações entre os usuários do bairro? E o que não convém? “Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver aí” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 47). Ele estabelece laços, vínculos e práticas do bairro organizadas como uma espécie de “convenção coletiva

tácita, não escrita, mas legível para todos os usuários através dos códigos de linguagem e do comportamento” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 47), criando condições para que cada um contribua com a vida do coletivo público.

As vidas cotidianas interferem transversalmente nas práticas do bairro nas negociações de convivência ao imporem, de certa maneira, comportamentos éticos e juízos de valor ao *viver com*:

Sair à rua significa correr o risco de ser *reconhecido, e portanto apontado com o dedo*. A prática do bairro implica aderir a um sistema de valores e comportamentos que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 47-48).

---

### Cena 3

#### ***Um caldeirão cultural fervilhante***

Maria Canoa é um concentrado de vários sujeitos praticantes da Ilha das Caieiras, de Marias que são mães, filhas, netas, primas de pescadores, nascidas e criadas com pirão de peixe e que acompanharam os nomadismos do bairro e da Rua Felicidade Correia dos Santos. Algumas delas participaram ativamente do mutirão de construção da escola comunitária, atualmente municipalizada. Marias Canoas foram estudantes dessa escola assim como as crianças da família que lá estudam ainda hoje.

Maria Canoa é desfiadeira de siris desde os 15 anos, assim como as outras mulheres de sua família. Durante todo o dia, está envolvida com a pesca e a cozinha e, à noite, frequenta as aulas de um curso profissionalizante com sua primeira filha. Todos no bairro conhecem Maria Canoa e apostam na representatividade comunitária que ela tem entre pescadores e donos de restaurantes locais. A casa de Maria Canoa é

perto da maré, perto do píer e da peixaria comunitária. Uma casa molhada-de-peixe e aquecida pelos fogões e fornos das suas cozinhas. Maria Canoa mora com o marido, trabalhador de uma empresa multinacional, e com a sogra, que também é desfiadeira de siris nascida e criada no bairro, antiga lavadeira de roupas do Sítio do Jacaré e precursora na venda de siris desfiados desde a época da Ponte Seca, na Vila Rubim. Sua sogra ainda se lembra das cantigas das lavadeiras.

Na infância, na década de 1980, Maria Canoa testemunhou os manguezais sendo aterrados. Camadas e camadas de aterro sobre o lixão a céu aberto fizeram surgir a cidade-sambaqui de restos consumidos, descartados e acumulados na contemporaneidade, abrindo terreno para o avanço dos bairros da Grande São Pedro.

— Colocaram uma pá de cal nos manguezais aterrados — comenta Badejo, morador antigo e amigo de Maria Canoa e Zé Perigo.

Mais tarde, pergunto a Zé Perigo:

— Agora, uma curiosidade minha: o senhor conheceu a Felicidade Correia dos Santos, que é o nome desta rua?

— Cheguei a conhecer.

— Qual é a história dela?

— É o seguinte: era a mulher mais velha que tinha aqui. Veio o Projeto Rondon...

— Mas isso em que ano mais ou menos? — interrompo.

— Ah... Isso tem de 25 anos a 30 anos. O Projeto Rondon veio fazer um acerto aqui... mas não tinha essas casas não, era tudo estuque, algumas casas que eram de tábuas.

— Na época em que existia o lixão?

— Não, nessa época não existia o lixão, existia o aterro do mangue, com galhos e lixo, e depois a prefeitura fretava uns carros pra jogar aterro em cima, fazendo um tipo de urbanização. São Pedro I, II, III, IV e V; não existia lixão; existia que todo o

lixo, quase da cidade toda, ele era jogado para o aterro. O Santo André foi aterro do mangue com lixo, lixo mesmo. Aí o prefeito contratou uma draga que colocou aqui dentro, uma draga com uma tubulação e tiraram uma capa de areia da Grande São Pedro toda, menos aqui. Então tinha que tirar uma capa de lama de aproximadamente uns dez metros, depois vinha a areia, depois, quando acabava, eles iam pra outra área. E pegaram uma área ali de cima, de frente da boca do rio de Santa Leopoldina, então, o Santo André, foram feitos os aterros.

Uma conversa em diferentes espaçostempos, da cidade-sambaqui à Rua Felicidade Correia dos Santos. Dali, a conversa flui para o início da expansão do turismo gastronômico na região, com a urbanização da orla e a criação das áreas de preservação ambiental de manguezais da Baía de Vitória. Tais mudanças transformaram o lugar de toda pobreza cercado por manguezais em um lugar com manguezais, *jet skis*, turismo, lazer, empreendimentos imobiliários.

A mãe de Maria Canoa nasceu no norte fluminense e migrou para a ilha-capital em busca de emprego. A família tem uma embarcação a motor e uma canoa de grande serventia nas pescarias de camarão, peixe e sururu. A cozinha da casa é o local mais movimentado, principalmente na Semana Santa, estando aberta para uso comunitário. A cozinha aquece as relações de afeto coletivas e comunitárias, aquece também as artes de cozinhar na Ilha das Caieiras. Seus temperos, ingredientes e receitas são recheados de práticas de solidariedade. A entrada da casa é pela copa, que tem a função de cozinha e que dá acesso à outra cozinha. Como já se sabe, há duas cozinhas na casa de Maria Canoa. Desde criança, ela acompanhava as investidas dos pescadores, dos catadores de caranguejos e sururus. Recordar-se da infância molhada-de-peixe. Maria Canoa também gosta de pescar quando tem pouco siri e camarão e as cozinhas e os tabuleiros ficam ociosos.



*Pesca de sururu nos manguezais da Baía de Vitória e, ao fundo, o bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

A vida coletiva no bairro e a fidelidade da freguesia contribuem para que Maria Canoa consiga os benefícios esperados. Guardiã de receitas secretas de moqueca e torta capixaba, a mulher é um caldeirão cultural fervilhante e conhece bem os manguezais e as marés. Age por terra e por mar. Em todos os lugares do bairro é notável sua sociabilidade, encarnada nos comportamentos e atitudes que indicam um saber-fazer de apropriação dos espaçostempos do bairro e dos manguezais.

Maria Canoa, assim como as outras famílias e seus parentes que também pescam e desfiam siris, mora na Rua Felicidade Correia dos Santos. Uma rua que abraça e circunda o bairro Ilha das Caieiras. Todos os caminhos levam a ela, que é a porta de entrada do bairro e das marés. É platô e zona de intensidades de relações, de práticas do bairro, de afetos, solidariedades, conflitos, e também de acolhimento dos turistas que procuram os restaurantes e o Museu do Pescador. Ela é um caldeirão cultural fervendo, que nem a Maria Canoa. Durante o dia, é comum encontrar ali redes de pesca estendidas, pescadores tratando seus pescados, desfiadeiras de siris a desfilar, barraquinhas de temperos para as moquecas, canoas e embarcações sendo reformadas

ou construídas e, é claro, os meninos e meninas da baía de Vitória carregando água na peneira e brincando no píermanguezal.

Nos finais de semana é melhor deixar o carro e andar pela rua a pé, pois ela é o próprio quintal comunitário e familiar dos moradores. O público e o privado se confundem. A rua tem um píer. Quer encontrar alguém? Vá ao píer. Lá você vai ouvir o jeito singular e performático das artes de narrar em ilhês.

---



*Rua Felicidade Correia dos Santos, no bairro Ilha das Caieiras, 2012*

*Fonte: Arquivo pessoal.*

O ilhês: textos, corpos e falas das conveniências dos moradores do bairro. Expressões de geografias sentimentais e de afetos. Astúcias dos pescadores, indícios do que acontece nas marés. Uma língua menor, imanente, subversiva, desterritorializando tempos e lugares das culturas e tradições. Com as artes de narrar em ilhês, sentem-se os cheiros, os gostos, os conflitos, os perigos do mar e a presença da fábrica de cal nas vidas manguezeiras na atualidade.

O ilhês remete aos manguezais, às práticas do bairro e aos novos encontros, novas fugas, novos agenciamentos. Uma gramática semierudita das antidisciplinas das vidas cotidianas, da postura do corpo, da linguagem e do reconhecimento. Da convivência no

bairro e das conveniências do bairro. Ouvindo os pescadores e conversando com eles, sentem-se, intensamente, os traços dessa antidisdisciplina: o cheiro das marés, a força dos ventos, os cardumes, as iscas, os nós das redes, os conflitos com o Ibama, as coletividades vivas dos manguezais, as embarcações a navegar, ouvem-se as singularidades das vidas manguezeiras, percebem-se os jogos de poderes, os desvios semânticos, os trocadilhos, as ambiguidades, as rasuras da paisagem.

O ilhês desterritorializa, abre outros possíveis com as práticas do bairro. Provoca a dissolução dos pontos de vista do observador, inventa *performances* linguísticas entre os sujeitos falantes, camufla, desmascara, faz ecoar uma linguagem carnavalesca que remete às bravuras dos canoeiros do Rio Santa Maria, hábeis nas canoas de um tronco só. Estas atracavam no píer da Ilha das Caieiras, carregadas de sacas de café, em direção ao porto de Vitória ou retornando dele.

O ilhês remete aos tempos em que não havia a região turística inventada, em que as trocas e as práticas de solidariedade eram mais frequentes, de acordo com as redes de conversações pescadas com os moradores mais antigos, movimentando as cozinhas, as comemorações locais e as pescarias. Naquela época, era comum trocar ingredientes e receitas de torta capixaba. Tempos distantes das tensões e conflitos entre os narradores e narradoras da maré e o frenesi do *fast food* na Semana Santa.

No píer da Ilha das Caieiras, mesmo local em que se reuniam os canoeiros do Rio Santa Maria da Vitória, atualmente os moradores antigos, majoritariamente homens, que dominam e fazem uso do ilhês, traçam seu tempo *aión*. Todos se entendem nas redes de conversações costuradas com o morar, o pescar e o cozinhar. Narratividades do time do Fluminense e do Campeonato Brasileiro, gritos para saber quem tem camarão, sururu ou siri para negociar. As relações cotidianas e as práticas do bairro são entoadas em ilhês. Na Rua Felicidade Correia dos Santos, é o linguajar mais falado!

Cobranças pela demora na feitura da canoa. Empréstimo de cozinheiros e de garçons entre os restaurantes. Fofocas sobre as promessas

políticas de reforma do píer e sobre as ações de fiscalização do Ibama. Curiosidades sobre a andada dos caranguejos, o jogo do bicho, sobre quem vai sair para pescar e quem está voltando, se tem rede de balão no barco, se a rede agarrou ou não no fundo da maré... nada, nada escapa! Tudo escapa!

O ilhês alimenta e costura a oficina do viver praticada na comunidade entre os manguezais: o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar. Esse linguajar local é uma prática “antiteórica” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 69) que expõe rasuras e desvios dos sentidos convencionalizados por uma ação direta do linguajar cotidiano.

---

#### Cena 4

##### *Ilhês da Rua Felicidade Correia dos Santos*

As atenções são compartilhadas, flutuantes, oscilam entre o desfiar, o que acontece na cozinha e a Rua Felicidade Correia dos Santos.

— Quem quiser passar que passe na rua — comenta Maria Canoa, saindo enquanto ri sem parar.

A vida comunitária em enlaces parentais tece redes de conversações sobre a Semana Santa. Maria Canoa comenta em bom ilhês, demonstrando que sabe o que é o ofício de desfiadeira de siris:

— A Semana Santa foi muito boa... Graças a Deus! E tomara que no próximo ano seja melhor ainda.

— Vocês começaram a se preparar quando?

— A gente... a gente começa a se preparar em dezembro, janeiro. Tirar sururu, descascar camarão... A gente não deixa para fazer em cima da hora. A gente se prepara antes para atender o pessoal.

É verão, férias escolares, as crianças inflamam o piermanguezal e se preparam para as brincadeiras de baldeação entre canoas e barcos atracados, enquanto outras vigiam os carros dos

turistas para arranjar alguns trocados. Um despropósito no brincar e no ficar molhado-de-peixe. Enquanto isso, os cheiros das cozinhas e restaurantes acompanham o percurso de quem caminha na Rua Felicidade Correia dos Santos, conduzindo-me ao píer, desenhando os territórios dos cheiros dos mundos da lama.

Chego ao píer e encontro Badejo, que também trabalha para os restaurantes recebendo fregueses e turistas que chegam de *jet ski* no píer. Conversando com outro colega, ele comenta:

— Que graça tem de trabalhar nos restaurantes e deixar de zombar dos concorrentes ao final do dia?



*Grupo com jet skis nos manguezais da Baía de Vitória e, ao fundo, o monte Mestre Álvaro, no município de Serra, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Badejo, no típico linguajar ilhês, anuncia quantas moquecas foram vendidas, confirmando o que havia relatado Maria Canoa: o Peixe Urbano<sup>20</sup> se espalhou entre os restaurantes da região. Chego para conversar e esclarecer essa questão:

— O outro dono do restaurante falou que vende muita moqueca no Peixe Urbano. É verdade?

---

20 Peixe Urbano era uma plataforma de *e-commerce* que oferecia descontos em restaurantes e outros tipos de comércio mediante a venda de pacotes de produtos.

— No Peixe Urbano todo mundo vende! Aqui, na Ilha das Caieiras, todos os restaurantes agora trabalham com o Peixe Urbano. Tem restaurante que vende duzentas, trezentas... Este aqui vendeu 495 moquecas neste mês.

— Parece até estória de pescador. A Ilha está *fast food*! — Badejo entra e sai da conversa rindo sem parar.

A Ilha das Caieiras está *fast food*? Os manguezais são supermercados de prazeres? E a sustentabilidade das unidades de conservação? A conservação pode ser vendida em painéis de barro para quem a puder comprar? Turismo gastronômico em unidades de conservação? Isso pode? Quem alimenta o turismo gastronômico enquanto o pescador local não pode se alimentar do que pesca?

As marés e as luas também povoam o linguajar local, traduzem saberes-fazer socioambientais e movimentos cotidianos e comunitários da Rua Felicidade Correia dos Santos. E não poderia ser diferente, pois nela se percebe o tempo *kairós* traçando ritmos da comunidade e das atividades pesqueiras.

— Se tiver muito siri, o preço cai — comenta Beré, que ajuda seu avô a catar sururus como pode.

A ruamercado, a ruaescola, a ruamaré em movimento riscam a Rua Felicidade Correia dos Santos, num sobe e desce o tempo todo; pelo menos enquanto é dia, porque à noite, no palco noturno, surgem outras práticas do bairro, inventando lugares praticados. À noite, o piermanguezal é o melhor lugar para práticas de contravenção à lei. Os cheiros são outros e não há fregueses de restaurantes. A freguesia é diferente, só que nesse caso as práticas do bairro não foram capturadas e nem acompanhadas pela pesquisa, apenas ouvi as versões e os pontos de vista que sinalizam práticas ilegais, muitas delas divulgadas pela mídia local.

À noite, as marés impõem sua força nas artes de pescar. O balão e outras práticas de pesca inflamam as marés e os manguezais da Baía de Vitória. Os territórios tirados dos pescadores ao longo do dia voltam a eles à noite com as táticas de sobrevi-

vência e de resistência diante da guerra de mapas. Outra voz no linguajar dos narradores e narradoras da maré zomba e ecoa por sustentabilidade: “Vamos preservar os manguezais”.

É preciso continuar pescando caranguejos, peixes e siris que servirão à classe média. E se fôssemos capazes de conversar com os siris e caranguejos para ouvir o que eles sentem quando transportados e amontoados uns sobre os outros por horas e dias para, ao final, serem devorados?

Eis um paradoxo: a proteção dos manguezais e das coletividades vivas *versus* o desenvolvimento do turismo gastronômico. Quanto vale o trabalho de pescador? Ou é por quilo? A Baía de Vitória enquanto território cultural revela famílias de pescadores que (re)existem inventando modos de ser e estar no mundo, nas artes de morar, caminhar, narrar, pescar, transportar, cozinhar e, principalmente, comercializar.

O leite das marés alimenta os filhos e as filhas narradores e narradoras da Baía de Vitória, entre os conflitos e tensões com os mundos da lama. Maria Canoa problematiza esses paradoxos na reunião convocada para discutir a prisão de dois pescadores e a súbita proibição da pesca na Baía de Vitória:

— Eu sou filha, neta e sou mãe! Eu só quero saber uma coisa de vocês, autoridades: quem vai alimentar meus cinco filhos? Até agora eu não ouvi a palavra “Lameirão”. Só ouvi: praia, arrastão, balão, esgoto... Isso, até o momento, não enche a minha barriga e dos meus cinco filhos. Eu quero saber o que a gente pode pescar, o que a gente não pode. Até o momento eu não ouvi nada da Ilha das Caieiras. Gente, tem pescador aqui que está indo para a maré pra comer! Sai de manhã para chegar na hora do almoço e ter o que os filhos comerem. Se não chegar com o pescado, o que a gente vai dar para nossos filhos comerem? O que que os “grandões” vão comer aqui na Ilha das Caieiras para podermos pagar nossas dívidas? Se a gente não tiver o pescado pra vender pra eles, como a gente vai sobreviver? E nós, pescadores pequenos?

Nós vamos viver de Cras [Centro de Referência de Assistência Social]?! Não dá! Cesta básica não paga dívidas. Você acha que, com cinco filhos, a cesta básica dá para eu passar o mês? Eu aprendi só a pescar na minha vida. Eu desde pequena só pesco e desfilo siri. E aí?! Nós somos pescadores, queremos trabalhar, nós estamos sendo humilhados. Eu tinha orgulho de dizer “eu sou pescadora”, agora eu tenho vergonha.

---



*Pesca de sururu nos manguezais da Baía de Vitória, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Os sujeitos praticantes nas margens e o linguajar ilhês são inspirações para os narradores da maré que traduzem a política da narrativa deste livro. São uma aposta nas artes de narrar a que esta pesquisa se propõe. Os narradores e as narradoras da maré são interlocutores dos saberes-fazer socioambientais que atravessam as práticas do bairro, os cotidianos escolares entre as vidas manguezeiras que povoam o campo da pesquisa. O que dizem os manguezeiros e manguezeiras, especialistas, comerciantes, educadores, meninos e meninas da baía de Vitória? O caminho até essas respostas envolve “tomada de posição numa certa política da narratividade”. “Toda produção de conhecimento [...] se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente” (PASSOS; BARROS, 2009b, p. 150). Posição e dizeres que evidenciam

o *étos* da pesquisa e, sobretudo, sua aposta epistemológica, política e ontológica em relação às perspectivas das aprendizagens produzidas com as educações ambientais autopoieticas com as práticas do bairro.

As educações ambientais autopoieticas se produzem em fluxos nas coletividades, nos entres e nas margens dos manguezais, tecem enlaços com as vidas cotidianas nas marés, com as interfaces místicas, as estórias contadas e as artes de morar, pescar, cozinhar e comercializar.

Eis o místico e as estórias que povoam a vida do bairro:

---

## Cena 5

### ***O saci, o museu e o boato do dendê na Ilha das Caieiras***

A conversa se dá com os destemidos e hábeis canoieiros do Rio Santa Maria que atracam no píer para abastecer-se com mantimentos vendidos no comércio do Seu Duca. A arquitetura antiga e singular do prédio que abriga o antigo comércio de secos e molhados se destaca das demais casas da Rua Felicidade Correia dos Santos; o edifício é ocupado também pelo Museu do Pescador, instalado num espaço que esteve por muito tempo abandonado... “assombrado”. Dizem as más-línguas que, desde que o casebre ficara abandonado, era comum as janelas baterem, assustando as pessoas que passavam pela rua, e que quem passava sabia que corria o risco de ser atingido por um saco de areia lançado por um saci.

Pesco essa estória no verão, período das férias escolares, num dia de maré-cheia e de lua crescente. É início da tarde, de uma semana marcada pelo calor e pelo mormaço, um dia “meio-barro-meio-tijolo”! A maré incrivelmente barrenta, tingida pelos sedimentos suspensos com as chuvas dos últimos dias, misturando-se com os restos de pescado e com o esgoto das casas, adquire uma coloração de óleo de dendê. A Rua Felicidade Correia dos Santos está repleta de carros de visitantes em busca das moquecas, tortas capixabas e casquinhas de siri desfiado. No

pier da Ilha das Caieiras, entre conversas e estórias inventadas no período do almoço, uma mais curiosa provoca barulho, brincadeiras e agitação entre os nativos. Tudo começa porque alguém diz que um restaurante local incluiu no cardápio a moqueca com dendê e leite de coco. O boato dos boatos é que, além da moqueca com leite de coco e dendê, iam também comercializar acarajé. É uma zombaria só. Ninguém foge de brincar e desconfiar, no linguajar ilhês, daquilo que é dito por outrem. Nesse dia, o “dendê da ilha” dá o que falar e tempera os ânimos dos donos de restaurantes. Até a maré, cor de dendê, parece que conspira a favor da culinária baiana. Será o saci do museu?

---

A Ilha das Caieiras acordou fervendo e sentindo o típico cheiro molhado-de-peixe da maré, e, por entre as conversas e a aparente normalidade, ecoava certo clima de nervosismo e apreensão devido à prisão de pescadores da Baía de Vitória, desterritorializando as práticas do bairro e aguçando a efervescência das ruas, das casas e até mesmo das escolas, que ficaram sem aulas.

Segundo a Resolução n. 303, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que regulamenta o Código Florestal Brasileiro, os manguezais são Áreas de Preservação Permanente (BRASIL, 2002). No contexto jurídico dos manguezais da Baía de Vitória, algumas pistas anunciavam conflitos econômicos e culturais, pois documentos legais, como o Decreto Municipal n. 8.060/1989, já afirmavam ser proibido qualquer tipo de pesca de arrasto na região<sup>21</sup> (VITÓRIA, 1989 *apud* MARTINELLI; AGOSTINI; GONZALEZ, 2012).

Em 23 de maio de 2012, a manchete de uma notícia dizia: “Pedreiro e vigilante são detidos por pesca ilegal de robalo na Baía

---

21 Uma nova lei municipal foi sancionada em 9 de janeiro de 2017, a Lei n. 9.077, com o fim de proteger “o ambiente estuarino e marinho com a proibição da pesca com rede nas Baías do Espírito Santo e Baía de Vitória” (VITÓRIA, 2017).

de Vitória” (PEDREIRO..., 2012). Os ecos se espalharam e moradores ocuparam as duas pistas que ligam a cidade-do-lado-de-lá com a Ilha das Caieiras e a Grande São Pedro, outrora cidade-sambaqui. A mídia apareceu e fez a cobertura dos fatos, atraindo as atenções para a pescaria nos manguezais. Por que foram presos? Que práticas de pescaria justificam tal atitude? Quais órgãos ou instituições estavam envolvidos nessa ação arbitrária? Como poderiam proibi-los de pescar nos manguezais, se estes são sua principal fonte de sobrevivência? Quais redes de poderes e de saberes desencadearam essas prisões?

Emergem assim diferentes pontos de vista do observador-pesquisador que pratica o campo da pesquisa. Segundo Passos e Eirado (2009, p. 110):

[...] a dissolução do ponto de vista do observador desnaturaliza a realidade do objeto e permite ao pesquisador abrir-se para os diversos pontos de vista que habitam uma mesma experiência de realidade, sem que ele se deixe dominar por aqueles que parecem ser verdadeiros em detrimento de outros que parecem falsos. Assim, a dissolução não significa em hipótese nenhuma o abandono da observação, mas sim a adoção de um olhar onde não há separação entre objetivo e subjetivo. Trata-se da contemplação da coemergência sujeito/mundo.

No dia seguinte às prisões e à ocupação da avenida, tive uma conversa encharcada de gritos, astúcias, poderes, saberes, intrigas e armas. A seguir, alguns fios dela evidenciam as tensões, os conflitos e os discursos de poderes que protegem as áreas de manguezais:

---

— Gente, o que é que aconteceu? Eu vi na televisão... — comentário com certa curiosidade diante do ocorrido.

— A Polícia Ambiental e o Ibama, eles começaram a fazer uma fiscalização rigorosa aqui na nossa comunidade — diz Maria Canoa.

Beré complementa:

— É... tem gente sendo presa... muita gente sendo presa...

— A gente tá até estranhando e questionando isso, porque como a gente vai falar: “Agora na Ilha das Caieiras, de hoje em diante, não pode mais pescar!”? — questiona Zé Perigo, participando da conversa.

— Pois é... A pesca aqui na Ilha é uma arte que vai de geração a geração. Só que agora eles falam que tem uma lei, mas só que, na verdade, do começo do ano pra cá que eles estão começando a executar essa lei e [...] prejudicando várias famílias aqui da Ilha das Caieiras que vivem da pesca — completa Maria Canoa.

— Nós estamos atrás de uma solução, uma alternativa. Inclusive, depois que prenderam os pescadores de Inhanguetá que surgiu essa repressão aqui nossa. Os pescadores ficaram nervosos, fizemos uma paralização de uma hora e pouco para chamar a atenção de algum órgão público, para darem um parecer para nós. Só depois conseguimos conversar com o pessoal do Meio Ambiente, que é a Semmam, e também [com] o pessoal do Cras, mas a pessoa que a gente quer mesmo conversar é com o governador — diz Zé Perigo.

— Ninguém nunca chegou pra dizer para a comunidade por que não pescar ou qual o local que ele poderia pescar. Todo mundo sempre falava que isso aqui é um berçário, pelo menos eu vivo ouvindo isso lá na escola toda vez que tem que estudar o manguezal — Beré comenta.

---

Ao verem a notícia, o que é imaginado pelos consumidores em geral? De que modo os pescadores e as desfiadeiras de siris reagem e consomem as notícias que os rotulam como predadores dos manguezais? Essas questões envolvem pessoas que vivem às margens, nas margens dos manguezais, sobrevivendo em meio a esses ecossistemas de transição entre os rios, as matas e o mar. Os narradores

e narradoras da maré dos manguezais praticam paradoxalmente o turismo gastronômico e a pesca predatória para sobreviver, fazendo rasuras nos discursos da sustentabilidade e do mercado verde.

Entre as diferentes práticas de sustentabilidade estão os discursos do mercado verde e a transformação do substantivo em verbo: “sustentabilizar”. Trata-se de uma aposta no que é produzido nas relações de convivência e de conveniência nos domínios de ações das práticas do bairro.

Expandir, forçar, multiplicar, potencializar a vida, e as infinitas e plurais relações socioambientais tecidas por diferentes coletivos (humanos e não humanos). Nos interstícios, nas porosidades, nas frestas das linhas imperiais do mercado que insistem em colonizar, “esverdear” e planificar sustentavelmente nossas vidas; quem sabe, alocar uma Educação Ambiental que teime em criar pensamentos, imagens, práticas repletas do desejo de tornarem vivas e potentes todas as formas não monetárias de vida (SAM-PAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 13).

Assim como os narradores e narradoras da maré são impedidos de pescar nas margens dos manguezais, os transeuntes foram impedidos de acessar a cidade-sambaqui, subvertendo-se a ordem advinda do argumento de que os pescadores estão depredando o mangue. A comunidade fechou a rua. Paradoxos televisivos, midiáticos, dos narradores e narradoras da maré da Baía de Vitória, e:

[...] diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como consumo, que tem como característica suas astúcias, [...] suas piratarias, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável (CERTEAU, 2008, p. 94).

A proteção das áreas de manguezais apresenta marcas de um discurso jurídico de especialistas e peritos, que tentam ensinar e

convencer os narradores e narradoras da maré o que se pode e não se pode pescar. Os ecos da prisão atravessaram a semana e por um tempo a pesca na baía parou. O medo movimentava o lugar. Passada a reunião e as discussões entre peritos, técnicos e pescadores, as vidas manguezeiras precisavam continuar. Nas margens dos manguezais se produzem e se traçam políticas-devir.

Nas calçadas das ruas estreitas do bairro, mulheres sentadas em frente de casa, nas sombras da manhã, apoiam seus tabuleiros com siris cozidos, prontos para serem desfiados, ou com camarões ainda frescos, para serem descascados. Essa é uma prática do bairro que se atualiza na Rua Felicidade Correia dos Santos.

Em meio às conversas com o linguajar ilhês, surge das primeiras décadas do século XX a fábrica de cal povoando a geografia sentimental nômade do bairro. Uma fábrica manguezeira da cal usada para pintar os casarios da Cidade Presépio, como ainda hoje é conhecida a cidade de Vitória. E a notícia logo se espalhou. Levas de migrantes em busca de emprego seguiram para a ilha-refúgio, conduzindo-a a outros caminhos, diferentes daqueles existentes no período de quando a ilha era ocupada por jesuítas e indígenas cata-dores de conchas nas suas águas-turvas.

---

## Cena 6

### *A fábrica de cal Boa Esperança e a ilha-refúgio*

— Tinha mais peixes também? — Pergunto a Zé Perigo como era a pesca antigamente na Ilha das Caieiras.

— É... mas tem outra coisa também: o mangue para mim, que era garoto, era mais sacrificado, e tinha o problema da mutuca, que você já ouviu falar, problema de maruí, que a gente fica... É um serviço que a gente faz, mas faz um serviço sacrificado, então depois dos 15, 16 anos eu passei a já trabalhar pescando. Larguei o problema da cal, da fábrica de cal.

— Só na fábrica é que se fazia a cal ou as pessoas faziam em casa também?

— Não, olha: aqui em Vitória só existia essa fábrica de cal, não era um galpão assim de dez metros nem quinze não; tinha mais de oitenta metros de comprimento! Eu sei que, quando eles fizeram aquilo, eu nem sonhava em nascer!

— Parece que vieram de Portugal as estruturas, as máquinas...

— Veio tudo de lá! As máquinas não eram puxadas à mão. Tinha um tal do besouro, era um motor em cima e um trilho largo. Então existia um português, que era um empregado dos portugueses, donos, né?, e era ele que mexia na máquina, nos besouros de levar os negócios para o lado e, chegando lá, tinha um modo de despejar dentro do forno, e voltava de novo. Tinha o negócio de levar a lenha, que a lenha vai pro bafo, as conchas vão por cima, aí o fogo pegava na lenha, a lenha queimava a concha, ficava de você apertar na mão assim e amassar. E aquilo não é difícil de fazer não, porque era despejada a quantidade dos montinhos, tipo quando você vai fazer uma laje, bota dois carrinhos de areia, um saco de cimento, e assim sucessivamente. Levava num carrinho a concha já podre, ela já fraca, até na mão você espremia, então puxava a enxada para um lado e para o outro e batia com a pá em cima, vai batendo, vai batendo... e é uma quentura!!! E, em pouco tempo, tá a cal! Existia a peneira para peneirar, porque você bate, mas não bate o suficiente [pra] que ficasse aquele pó. Aí passava a peneira e aquele que tava mais grosso saía de um lado pra depois bater de novo.

— E dali a cal ia para onde?

— A cal... Existia um escritório, ali onde é a Casa Nacional, de vender roupa, ali na descida da Santa Casa. Não sei se você sabe. Então, onde é a Casa Nacional, ali era um escritório que tinha um dono ali; justamente era esse o dono da fábrica. Ali era um depósito. O dono tinha carro, de pegar a cal aqui e levar

pra lá. Quando eles estavam bastante ocupados, eles alugavam um caminhão. Você já ouviu falar em José Manoel Lemos de Miranda, o vereador, ex-vereador, que já morreu? Ele era filho do velho. O pai dele vinha também, mas ele é quem ficava lá no escritório... Mas era tudo ensacado, vinte quilos, a cal, mas só tinha essa fábrica.

— Nessa época, os moradores do bairro viviam basicamente do trabalho na fábrica e da pesca?

— A fábrica funcionava de dia, à noite ela não funcionava, fechava, tinha horário igual ao horário de quem tem uma firma, batia cinco horas da tarde e pronto! A fábrica tinha porta e tudo, fechava a porteira e pronto, ali não tem mais expediente. No outro dia, sete horas já tinha expediente!

— Aí à noite as pessoas...

— Muita gente trabalhava na fábrica e no mangue, mas eles também não faziam só essa atividade: não todos, mas muitos, quando acabava o serviço lá, saíam para pescar.

Conchas-cal que pintaram a bucólica Vila de Vitória e seus casarios antigos. Zé Perigo comenta fatos da infância-manguezeira na Ilha das Caieiras, na época em que a fábrica de cal se consolidava como oportunidade de trabalho e sobrevivência.

— Eu queria saber do senhor sobre a época da fábrica de cal. O senhor realmente trabalhou na fábrica?

— Cheguei a trabalhar mesmo.

— Como que era a vida de vocês, assim, o dia a dia do senhor, da família, naquela época?

— Eu era garoto... Eu trabalhava... Eu era garoto e a gente trabalhava no mangue. Então o que acontece? O negociante enfrentava a gente. Eu, um garoto de 10 anos... ele enfrentava a gente. Assim: "Dou tanto". Então o pessoal mais velho ia cortando e a gente ia empilhando dentro do mangue. Sabe o que é empilhando? Botando, botando, botando, botando... Quando dava à tarde, a gente vinha embora.

– Botando o quê?

– A lenha. Colocando num lugar, deixava tudo empilhadinho certinho, que a maré não tira madeira verde de dentro do mangue. Aí, quando dava maré grandona, que entrava as canoas grandonas, da casa mesmo, da fábrica mesmo [...].

– A fábrica tinha canoa também?

– Tinha tudo. Tudo canoa grandona. Deus me livre... Tinha canoa própria, tinha canoa pra concha, existia a lenha que a gente trabalhava nela e tinha o pessoal que trabalhava nas conchas. Porque não era só lenha: tem a concha.

– Os menores trabalhavam na lenha.

– É... As canoas menores que iam pra concha. O pessoal tirava a concha. A concha eu nunca tirei. A concha sempre era um pessoal mais adulto, serviço muito pesado, né? Aí dentro da água, pra peneirar aquilo ali, tirar a lama e ir jogando na canoa. Era uma peneira, se chamava peneira. Peneira pra tirar a lama e só joga a concha.

– Mas a concha tirava de onde?

– Não, a concha era do fundo. Não é fundo que não desse pra gente.

– Mas era do fundo do rio mesmo?

– É daqui do Lameirão mesmo.

– Do Lameirão mesmo... Aí enfrentavam vocês. Vocês eram menores, né?

– É, enfrentava... e a gente [a]panhava o dinheiro em compras. Eu, garoto, [a]panhava o dinheiro em compras. Lá, lá, [a]panhava, anotava num sábado, o moço pagava aí o dono da fábrica... pagava e aí a gente ia lá e pagava.

– As compras, vocês faziam aqui no armazém ali do Seu Duca? Era ali mesmo?

– Tinha o Seu Duca, tinha o finado o Manuel Freire... tinha venda.

– Que era o pai dele?

– Não, Manuel Freire era um dos donos do estabelecimento também.

– Que agora é o museu, né!?

---

As pescarias nos manguezais, a produção da cal na fábrica, o cozinhar, o morar, os pequenos roçados de subsistência e o ofício de lavadeira na bica do Sítio do Jacaré: práticas do bairro nas vidas cotidianas criando geografias sentimentais nômades dos habitantes da Ilha das Caieiras.

Na conversa, Zé Perigo rememorou o tempo em que as vidas manguezeiras da Ilha das Caieiras eram organizadas pelas atividades pesqueiras e pelo trabalho na fábrica de cal. Era comum as crianças do bairro venderem as latas com conchas para a produção da cal. Até a fábrica de cal era manguezeira. Na Ilha das Caieiras, desde criança, o sujeito virava manguezeiro, devir-manguezeiro. Zé Perigo se lembra bem dessa época, pois acompanhou os últimos anos dos destemidos canoeiros do Rio Santa Maria da Vitória, daí vem seu apelido.

Quais eram os usos dos espaços praticados pelos antigos habitantes dos manguezais da Baía de Vitória? E, depois da instalação da fábrica de cal Boa Esperança na Ilha das Caieiras, como eram esses usos? Após o fechamento da fábrica, que usos e que práticas do bairro foram se constituindo na Ilha das Caieiras? De que modo são envolvidas as escolas locais e os praticantes dos mundos da lama nas práticas de educação ambiental na região?

Os caminhos terrestres e movediços por águas-turvas soam como prenúncios de educações ambientais autopoieticas encarnadas nas práticas cotidianas do bairro Ilha das Caieiras. E nas geografias dos usos dos manguezais.

Há ainda na ilha-capital capixaba moradores que desconhecem a ilha-refúgio. Refúgio-ilha... refugia... Mundos da lama e das coletividades vivas e culturais dão os tons desta pesquisa sob o místico e a arte de (sobre)viver nas marés e com os manguezais da Baía de Vitória.

As reportagens ou fotos geralmente associam a Ilha das Caieiras a práticas cotidianas pesqueiras locais e principalmente ao turismo gastronômico e à Semana Santa, que, segundo uma desfiadeira, se prolonga por meses.

A Rua Felicidade Correia dos Santos é um caldeirão cultural cheio de conversas conectadas com geografias sentimentais dos mundos da lama e atravessadas por diferentes temporalidades e geografias, como a maré, o morar, as pescarias e as artes de cozinhar e narrar em ilhês, embaladas por diferentes ritmos: das coletividades vivas do manguezal, da andada dos caranguejos, da supervalorização do turismo gastronômico na região e da Semana Santa.

Conversando com Badejo e Zé Perigo sobre as andadas, eles desabafam:

---

“Quando anda, aí, rapaz, vira bagunça. A fiscalização aí é muito pouca, não fiscaliza direito. Então sai muito caranguejo daí de dentro de mangue, pessoal pega... Gente de tudo quanto é lugar que vem, tá. De noite é carro, é lancha, é barco que fica passando aí. É uma destruição... Tão destruindo o manguezal”, diz Badejo. “O caranguejo tá acabando. Não existe mais caranguejo, não! Esse ano não andou metade do que foi o ano passado. Quando andava, andava geral. Até na rua andava caranguejo. Antigamente você pegava caranguejo na andada, na mão; hoje, você vai pegar caranguejo na andada, você tem que enfiar a mão no buraco. Não existe mais caranguejo aqui na baía”, Zé Perigo continuando o assunto.

---

Em outro fio de conversação, vivida e escrita no diário de campo, com uma narradora da maré desfiadeira de siris, a constatação da diminuição do número de indivíduos das coletividades vivas do mangue reaparece:

---

“A gente pegava muito siri, nessa época dava muito siri na beira da praia... era só amarrar uma isca. As iscas antigamente que a gente pescava muito era com pelanca de carne de boi. Amarrava no cordão e botava uma vareteinha assim na beira da praia e jogava e pegava com o puçá. Tinha muito siri nessa época, peixe de tudo. Mas a população vai aumentando, né?, e o negócio vai sumindo...”

---

As águas-turvas da baía inventam cotidianos e educações ambientais autopoiéticas em fluxos e experiências. As águas que modelam corpos criam enlases das vidas cotidianas com as marés e com as interfaces místicas e sagradas das artes de cozinhar, morar, pescar, comercializar. Como afirma Maria Canoa: “O siri tem que existir, né?, porque, sem o siri, nós não somos nada, não somos ninguém... O siri é a única pescaria que não deveria ser proibida”.

---

Cena 7

**Sururu**

Num passeio de barco pelas trilhas de bosques de manguezais da baía e por entre suas margens, vejo Badejo pescando sururu numa região conhecida como Coroa. Pesco uma conversa. O dia está ensolarado. É início da Semana Santa. Duas baiteras: Zé Perigo, Beré e Badejo. É nesse dia que conheço este último, ele me explica como faz para pescar o sururu:

— É difícil... Tem que ficar debaixo do sol, levantando e abaixando a caixa pra tirar a lama. Dá a “febre-do-sururu”... Você acha que eu tenho quantos anos? Olhando pra mim, parece que tenho uns 80, mas só tenho 50 anos. Desde 8 anos que eu faço isso, criei meus onze filhos assim e não quero isso pra eles!

— acentua Badejo.



*Sururu, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

A pesca de sururu pode até ser sustentável, mas e as vidas dos catadores de sururus? Beré problematiza a sustentabilidade de discursos do mercado verde e de relações e experiências produzidas com as práticas do bairro com os manguezais:

— É... mas sururu é um negócio assim, muito cansativo. Você tira lá da lama, aí chega aqui tem que limpar um por um, lavar, ferver, tirar um por um, embalar. E ele é um produto muito desvalorizado, as pessoas dão muito pouco valor a ele.

Numa conversa com Jereré, funcionário de restaurante e estudante de uma escola da região, pergunto sobre o comércio de peixes e crustáceos na Semana Santa e sobre o turismo gastronômico. Ele esclarece:

— Aqui na Ilha, a pesca explorada mesmo é do siri, porque, [n]os restaurantes aqui, a tradição é a casquinha de siri. O sururu, assim... ele é aceito, mas nem tanto quanto o siri. Ele dá mais trabalho do que o siri, e ele não tem tanto valor quanto o siri. A Semana Santa foi muito boa, graças a Deus, e tomara que no próximo ano seja melhor ainda.

---

Na região turística inventada com a criação de áreas de preservação e com o desenvolvimento do turismo gastronômico são tecidas produções discursivas com o dispositivo da sustentabilidade, inventando uma espacialização, um mapa-imagem de um lugar que está naturalmente escondido aos olhos da cidade-do-lado-de-lá.

A aposta foi então apresentar a política cognitiva e de narrativa ancorada nas relações, nas experiências, nas invenções de si e de mundos, nos territórios existenciais, nos conflitos, desejos e afetos com os manguezais. Diante das experiências com os narradores e narradoras da maré, com o campo da pesquisa, com o turismo gastronômico, com a Semana Santa e com as práticas do bairro, evidenciaram-se os territórios existenciais e os conflitos que negam a convivência amorosa entre as coletividades vivas e não vivas dos mundos da lama.

# Mergulhos nos cotidianos escolares da Ilha das Caieiras



*Tortas capixabas para comercialização durante a Semana Santa no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

## **Torta capixaba**

cebola, alho, azeite doce, azeitona, limão, coentro, cebolinha verde, tomate a gosto

½ kg de palmito natural previamente cozido

200 g de siri cozido e desfiado

200 g de caranguejo cozido e desfiado

200 g de camarão cozido

200 g de ostra cozida  
200 g de sururu cozido  
200 g de badejo cozido e desfiado  
500 g de bacalhau cozido e desfiado

Quando o menino disse que queria passar para as  
palavras suas peraltagens até os caracóis apoiaram.

Manoel de Barros (2010, p. 12)

## **Saberesfazeres socioambientais dos sujeitos praticantes nas margens dos cotidianos escolares da Ilha das Caieiras**

O menino foi andando na beira do rio  
e achou uma voz sem boca.

Manoel de Barros (2010, p. 95)

É hora de mergulhar e pousar nos cotidianos de duas escolas do bairro Ilha das Caieiras. O tema deste capítulo são as andanças pelos cotidianos escolares da região por meio das redes de conversações, os desencadeamentos das oficinas de mapas, as aulas de campo e outros movimentos praticados.

Esses cotidianos escolares são praticados pelos meninos e meninas da baía de Vitória, que carregam água na peneira e peixes no bolso. São estudantes que frequentam os manguezais e conhecem as práticas de pescaria, os utensílios, os tipos de embarcação, as técnicas de remar, o movimento das marés, as espécies de peixes e crustáceos, as receitas, o comércio. Conhecem e vivem as regras de convivência e de conveniência que atravessam a vida cotidiana da Ilha das Caieiras, pois são membros de famílias manguezeiras e participam das tarefas de preparação da Semana Santa.

As abordagens metodológicas e as aproximações com os cotidianos escolares da Ilha das Caieiras foram traçadas em diferentes

temporalidades, mas este capítulo se refere ao acompanhamento e à realização de práticas em educação ambiental propostos no primeiro semestre de 2011.

Na Semana Santa daquele ano, a fim de propor práticas em educação ambiental com estudantes, a pesquisa se voltou para uma escola da Ilha das Caieiras: a Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Francisco Lacerda de Aguiar. No blogue da instituição, são dadas as seguintes informações sobre sua criação:

Início de 1983. Em meio ao abandono do poder público, às cores e cheiros da pobreza e do lixo, o povo de São Pedro deu um grito. O direito à educação, até então negado àquela comunidade de Vitória, seria garantido, mesmo que na marra.

Lutaram, fizeram manifestações, reivindicaram junto à prefeitura, mas parecia que, para os engravatados, quem dividia espaço com maruís e caranguejos em meio à lama do mangue não precisava ou não devia estudar.

A saída encontrada pela comunidade, então, foi construir com suas próprias mãos aquilo com que há anos sonhava: uma escola. Não uma escola nos moldes que nós leigos conhecemos, com o conhecimento que já vem formatado por Brasília, ideologizado por europeus e americanos. Não uma escola em que serventes e porteiros devem se colocar “em seu devido lugar”, alunos são tratados como “criancinhas irresponsáveis” e professores são submetidos aos caprichos da diretoria. A escola seria única e, quem sabe, não fosse a primeira de muitas.

Uma Comissão de Educação foi formada e começou a estudar como seria a proposta pedagógica do colégio. Buscavam-se nas obras de Paulo Freire teorias que poderiam se tornar práticas. Em constantes reuniões as teorias eram levadas pela Comissão à comunidade, enquanto essa explicava como queria a escola [...]. [...] Quando se deram conta, mesmo antes de terem definido todas as normas propostas, dois cômodos da singela sede do

Movimento Comunitário haviam se tornado salas de aula. Moradores tinham construído bancos, quadros e todas as coisas minimamente necessárias para as aulas. Mães com alguma experiência em educação se tornaram professoras, e alunos já estavam matriculados na Escola Grito do Povo, nome definido pelos próprios moradores.

[...] Em outubro, quando o novo prédio finalmente ficou pronto, a política educacional planejada e administrada pela comunidade foi cedendo espaço à política pedagógica e administrativa da prefeitura. O nome Grito do Povo foi substituído por Francisco Lacerda de Aguiar, um ex-político capixaba.

Outras tantas mudanças vieram, mas o DNA de luta, fé e união permaneceu vivo em cada célula do povo de São Pedro (A ESCOLA, [2011?]).

Nessa escola, estudam filhos e filhas, netos e netas de pescadores, desfiadeiras de siris, catadores de caranguejos, ou seja, dos narradores e narradoras das marés dos manguezais da Baía de Vitória. Como outras escolas da Ilha das Caieiras e a população em geral do bairro, a Emef Francisco Lacerda de Aguiar é constantemente convidada e/ou envolvida em projetos e campanhas promovidos pelas comunidades, organizações não governamentais, secretarias e instituições privadas, com foco no turismo, na preservação ambiental e nas pesquisas em educação ambiental.

Nos encontros com a escola, as práticas em educação ambiental foram realizadas com um grupo de doze estudantes que disseram ser de famílias de pescadores, catadores de caranguejo e desfiadeiras de siris. As atividades envolveram temas relacionados à Ilha das Caieiras e a ecossistemas da Ilha de Vitória, entre os quais os manguezais.

Seguem trechos de conversas com os estudantes que indicam os movimentos da educação ambiental autopoietica motivados por graus de parentesco, afetos e convivência com a vida cotidiana do bairro Ilha das Caieiras e com as artes de narrar, pescar e cozinhar:

---

“Moro na Ilha desde os 2 anos de idade e tenho 11 anos e meu pai é pescador e catador de caranguejo. Ele pesca desde os 12 anos, hoje tem 51 anos.”

“Moro na Ilha das Caieiras desde quando eu nasci. Minha avó e minhas tias desfiavam siri e o meu tio é pescador.”

“Vim para a Ilha com 2 anos, porque antigamente meu pai morava em Cariacica.”

“Moro na Ilha desde que nasci e tenho dois tios pescadores.”

“Meu avô era pescador e catador de caranguejo.”

“Minha avó, minha mãe e minha tia são desfiadeiras.”

“Minha tia e minha prima desfiavam siri e meu tio é pescador.”

“Sempre vivi na Ilha. Meu pai é pescador e minha mãe é professora e também desfia.”

---

Após a apresentação aos estudantes das práticas pedagógicas em educação ambiental a serem realizadas, vieram à tona conversas sobre as atividades pesqueiras na Baía de Vitória: os materiais utilizados na pesca, os locais de pescaria, os conflitos e as mudanças que eles percebiam na paisagem do bairro.

Os bairros da Grande São Pedro foram surgindo no final da década de 1970 a partir da ocupação e urbanização do lixão da cidade e da invasão de áreas de mangue. Nas décadas seguintes, intensificaram-se os investimentos em urbanização e preservação ambiental. Os saberes-fazer socioambientais relacionados a esses processos propiciaram um ambiente de conversas com os estudantes.

---

“A Ilha era um lixão... Tudo era mangue, barracos e tinha pesca também. Era tudo poluído. Tinha mais siris, peixes e camarões, arraia e até golfinho. Me lembro que aqui era tudo lixo.”

“Antigamente, meu avô falava que nos manguezais de Cariacica tinha muito camarão. Perto de onde tira sururu tinha mui-

tos cardumes de 'virote'. E [...], em 2009, meu pai pegou 240 quilos de robalo.”

“É, os lugares que ainda existem mangue são para os lados de Cariacica.”

“Antigamente, Vitória era uma ilha que foi um lixão. Antes muitos pescadores pescavam muito mais; aí, com o tempo, os peixes foram diminuindo.”

“São Pedro antigamente era um manguezal. Existiam muitas casas dentro da maré e hoje é um bairro que habitam muitas pessoas. Hoje não existem mais casas na água, mas antes alagava tudo, e hoje não alaga mais porque hoje existe o píer. Mudou muitas coisas... muitas pessoas pescam nele jogando redes.”

“Não sei muita coisa porque eu nunca me interessei por isso... Acho legal mas nunca me interessei, nem nunca me contaram nada sobre como era antigamente, e nem como é hoje. Minha avó disse que agora onde é o Parque Baía Noroeste antigamente era o 'Chiqueirão', era um mangue [em] que se pegava bastante caranguejos.”

“São Pedro já foi um mangue!”

“Onde existe o píer era manguezal... onde tinha muitos peixes, caranguejos, camarão e siri.”

“Do lado do campo do Racing [Futebol Clube] era tudo manguezal... hoje acabou tudo.”

“Eu sei que, antigamente, na Ilha das Caieiras, tinha mais produção de pesca. Antigamente tinha mais caranguejo, siri, ostra, camarão. A Ilha das Caieiras era muito poluída. Agora melhorou, porque antigamente tinha poluição. Não tinha parque. A única coisa que tinha era mangue e pedra, mas é triste porque hoje piorou.”

---

Por vezes, no auditório da escola, organizaram-se rodas de conversas e exibiram-se vídeos sobre a Ilha das Caieiras e a Baía de

Vitória — como os curtas-metragens *Mangue e tal* (2002) e *Espera maré* (2008), produzidos pelo Instituto Marlin Azul — que abordam os manguezais e as vidas manguezeiras dos narradores da maré. Alguns vídeos mostravam pessoas conhecidas pelos estudantes, o que animou ainda mais o encontro. Os vídeos e as conversas afetaram e inquietaram os estudantes, que relataram os saberes-fazeres socioambientais relacionados às artes de pescar na Ilha das Caieiras. Seguem suas falas-conversas.

---

“Hoje, tudo mudou porque muitas pessoas não usam mais vara de bambu e nem anzóis.”

“Eu não pesco sururu, não. Meu pai pega lá na Coroa... dentro da maré! Eu ajudo é guardando na canoa.”

“Eu gosto de pescar no píer, dentro da canoa e dos barcos que ficam parados.”

“Eu sei que é em frente à Ilha do Gaspar onde tira sururu.”

“É, cardume tem de todo lado.”

“A gente pesca do mesmo jeito que antes: arrasto de balão.”

“Tem a pesca do balão, que sai pegando tudo.”

“Antes, meu avô pescava aqui mesmo, agora ele vai mais longe e demora mais tempo.”

“Tem o ‘pesqueiro’, que lá dá pra pegar robalo com vara, e tem também outros peixes lá no ‘pesqueiro’.”

“Eu sei que onde pega muito peixe é na Ilha dos Pescadores e também bastante siri, porque o meu tio sai para pescar e no outro dia ele volta com três ou quatro caixas de siris.”

“Antigamente, eu sei que eles usavam um instrumento parecido com o ‘jereréu’.”

“Tem o ‘Iscaião’. É uma ilha [em] que pescam muito siri lá.”

“Siri eu sei pescar. Vou na canoa e fico remando de lá pra cá e jogando o ‘jereréu’... bem no rasiño mesmo.”

---



*Rede de arrasto, chamada localmente de "balão", 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

São conversas problematizadoras diante dos discursos oficiais que proíbem a pesca na Baía de Vitória e que, paradoxalmente, instauraram o turismo gastronômico na geografia de suas águas, interferindo nas práticas do bairro Ilha das Caieiras e nas regras de convivência e de conveniência dos manguezais. Conversas e artes de narrar que trazem pistas das estratégias e táticas dos sujeitos praticantes nas margens, colocam entre parênteses o sentido de sustentabilidade que é atribuído pelos discursos midiáticos do turismo gastronômico da região e fazem emergir os conflitos e tensões existentes dos próprios pescadores entre si e deles com a fiscalização ambiental, na medida em que muitos desses pescadores agem de maneira ilegal para garantir a sobrevivência da família.

O morar, o pescar, o cozinhar e o narrar na Ilha das Caieiras com os narradores e narradoras da maré e estudantes da escola foram tecidos, nas redes de conversações, com histórias, lendas e memórias da Ilha das Caieiras, que suscitaram a produção de textos escritos e a realização de uma oficina de mapas sobre as práticas de pescaria no bairro. A ideia da oficina de mapas com foco nos saberes-fazeres das artes de pescar surgiu a partir da exibição do vídeo sobre o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em que pesquisadores

comentam como produziram mapas com as comunidades tradicionais do bioma amazônico (FAPEAM..., 2009).

Os mapas elaborados em meus encontros com os estudantes apresentavam e localizavam tanto os saberes-fazer socioambientais praticados sobre os territórios de pesca quanto os utensílios utilizados nos diferentes tipos de pescaria. Nos textos sobre essa cartografia, assim como nas conversas que se seguiram, os meninos e meninas da baía de Vitória abordaram experiências vividas nas redes cotidianas escolares e nas relações parentais e comunitárias. Como dispositivos para a feitura dos mapas, eles dispuseram de *kits* de materiais (bases cartográficas, lápis, borracha e lápis de cor) e de diferentes mapas produzidos com imagens do Google Maps, que dispararam redes de conversações e a produção de conhecimentos a partir dos saberes-fazer socioambientais que eles manifestavam durante as oficinas.

Os mapas utilizados apresentavam diferentes escalas: a região da Ilha das Caieiras e demais proximidades estavam em destaque e, em escala menor, aparecia a Ilha de Vitória (ilha e continente) e a Baía de Vitória. As imagens permitiram que os estudantes apresentassem, em temporalidades diferentes, a dinâmica das atividades pesqueiras na região. Os mapas impressos e os vídeos movimentaram os mapas móveis e existenciais dos narradores e narradoras da maré, com as redes de conversações de saberes-fazer socioambientais das práticas de pesca, desterritorializaram o pensamento e fizeram emergir aprendizagens autopoiéticas que problematizavam as noções de sustentabilidade produzidas nas relações e nos conflitos da vida cotidiana e que alargavam a compreensão sobre os discursos do mercado verde, vistos como algo externo e comercial.

Mesmo com perguntas previamente pensadas para as conversas sobre as práticas cotidianas de pesca, o movimento ontológico e biológico dos seres humanos de se deixar fluir nos entrelaçamentos entre o “emocionar” e o “linguajar” que ocorrem nas conversas, no fazer humano e nas experiências da vida cotidiana foi garantido.

Durante a oficina de mapas, os estudantes foram envolvidos pelas redes de conversações e as artes de narrar os saberes-fazeres socioambientais e os nomadismos da paisagem e das atividades pesqueiras. Quanto às mudanças na paisagem, no bairro, na pesca e nos manguezais, eles comentaram:

---

“O manguezal está sujo porque, sempre que vem peixe, vem lixo também, que tem que ser separado para jogar fora.”

“Antigamente, tinha muito mangue, algumas pedras, lixão. Pegava muito, mas teve uma época que teve que parar de pegar, depois voltou.”

“Antigamente, pegava mais peixe e caranguejo. Meu tio já passou dificuldade por causa da andada.”

“Antigamente, tinha mais os peixes, muito caranguejo. Nas marés tinha muito peixe. Hoje diminuiu. Acho que o balão arrastando que acabou com tudo.”

“No manguezal não dava pra pescar direito. Era muito sujo, muita lama. Hoje já não está muito sujo. É poluído, já achei tubo de televisão e peça de geladeira, e meu amigo já cortou o pé nadando na maré.”

“Antigamente, era tudo alagado, com barracos, e a pesca era muito fácil. Tinha muitos barracos e muito lixo. Hoje tá muito melhor... casas. Ficou melhor porque não tem mais lixo.”

“Era um lixão, tudo barraco, tudo água, dava muito caranguejo e peixe. Hoje está melhor, tem mais peixe ainda.”

“O bairro está melhor, com mais casas, porque antigamente era manguezal puro e barracos. Antigamente era melhor porque dava mais peixe.”

“Antigamente, a Ilha era um lixão, depois aterraram, foram colocando casas de madeira. Tinha muito peixe e a maré era mais limpa. Eu já tentei desfiar siri, mas é difícil... E o manguezal está

muito sujo, com sacola e tudo o que você imagina, e é o próprio pessoal do bairro que suja.”

“Antigamente, o bairro tinha menos gente, o mangue tinha menos esgoto. Antigamente, moravam em barraquinhos, era tudo lama e tinha umas madeiras que eles faziam de rampa para andar por cima. Tinha muito manguezal, a pesca era de pegar caranguejo com redinha no buraco. Hoje, pra pegar caranguejo, tem que enfiar a mão no buraco, e a pesca dos peixes, camarão, siri é tudo de balão.”

---



*Estudantes da Escola de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar, no bairro Ilha das Caieiras, participando da oficina de mapas, 2012.*

*Fonte: Arquivo pessoal.*

Na cartografia produzida pelos estudantes, capturaram-se os saberes-fazer socioambientais que atravessam as artes de pescar e seus territórios, além dos diferentes instrumentos e práticas de pesca, como o balão ou rede de arrasto, a tarrafa, o jereré, o anzol, a redinha, o litro, o malho, o puçá, a catação manual, a linha e vara, a vara de bambu, a vara profissional, as iscas profissionais, a isca de camarão. Entre os possíveis pescados, os narradores da maré

destacaram o siri, o caranguejo, o camarão e o peixe. Com esses saberes-fazer socioambientais, os usos predatórios e sustentáveis de pescaria e a condição social em que se encontram os pescadores da Ilha das Caieiras foram problematizados. Para sobreviver e garantir a sustentabilidade de suas famílias, quem pesca ou cata siri e caranguejo apela para práticas predatórias, como é o caso dos catadores que continuam a usar redinhas.

De acordo com Alves (2004), a “redinha” foi introduzida no Espírito Santo na década de 1980, possibilitando maior produtividade e atendendo a necessidade dos caranguejeiros, que recebiam pouco dos atravessadores pela dúzia de caranguejos. A técnica da redinha não permite a seleção de indivíduos, por isso filhotes e fêmeas ovadas são capturados junto com os machos adultos. Também pode acontecer de o catador demorar muito tempo ou não voltar para retirar as redinhas, causando a morte de caranguejos e outros animais que, porventura, forem capturados na armadilha. Por isso essa prática, bem como o uso de outros instrumentos de pesca citados pelos estudantes, como o balão, é predatória, prejudicial ao ecossistema, uma vez que captura desde indivíduos jovens até peixes não comerciais, que são descartados posteriormente.

Os saberes-fazer problematizados nas oficinas de mapas, nos textos e nas conversas com os estudantes evidenciam, portanto, movimentos de resistência e de reexistência dos sujeitos praticantes das margens em suas relações de convivência e conveniência diante da guerra de mapas entre as áreas de preservação ambiental, os manguezais e as práticas do bairro Ilha das Caieiras.

Com a problematização dos saberes-fazer socioambientais que envolvem as artes de pescar, invenções geográficas cotidianas se atualizaram, desenhando vidas, outros saberes-fazer, sabores e poderes. O bairro é uma escola, uma oficina do viver e do fazer permeada por uma educação ambiental autopoietica que se produz nas relações, nos conflitos, nas redes, nos processos da vida

cotidiana, configurando um bairro-escola ou escola-bairro, em que escola e bairro se fundem... (con)fundem.

Outra prática que foi relatada nas oficinas de mapas, nas conversas e nos encontros com os estudantes foi o desrespeito, por parte dos moradores locais e catadores, aos períodos de andata e defeso. Apesar de eles não estarem familiarizados com os termos andata e defeso, demonstraram saber que existe um período de proibição de cata e comercialização do caranguejo.

Os períodos de andata do caranguejo-uçá no estado do Espírito Santo para o ano de 2011 foram oficializados pela Instrução Normativa n. 2, de 14 de janeiro daquele ano, emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e pelo Ministério do Meio Ambiente. O documento estabeleceu a proibição nas datas de 18 a 24 janeiro, 17 a 23 de fevereiro, 18 a 24 de março e 17 a 23 de abril (BRASIL, 2011). Já o defeso referente à época de mudança da carapaça ocorreu de 1º de outubro a 30 de novembro para os machos e de 1º de outubro a 31 de dezembro para as fêmeas. Voltando a dizer: os caranguejos não se deixam capitalizar pelo tempo *chrónos* dos calendários oficiais dos órgãos ambientais. Os caranguejos são rizomas!

Havia estudantes que sabiam sobre o período de andata e defeso do caranguejo em razão de experiências familiares: “Meu pai até já foi pegado”. Nas conversas, transpareceu a estreita relação entre o desrespeito à lei e a sobrevivência dos catadores. Por causa dessa situação, a Prefeitura de Vitória fornece um auxílio financeiro no período do defeso aos catadores cuja principal fonte de renda seja a cata de caranguejo: “Meu tio, eu sei que ele recebe o benefício nessa época”, comentou um dos estudantes. O benefício foi criado em 2005 pela Lei Municipal n. 6.462; seu valor, desde 2010, é de R\$ 1.530,00 (VITÓRIA, 2005, 2010).

Em contraposição, houve, nas conversas, relatos de respeito à legislação ambiental: “Meu tio também já passou dificuldade, porque não cata durante os períodos de proibição”. Outros catadores, durante

a andada e o defeso, encontram alternativas na pesca de outros recursos: “Quando não pode pegar caranguejo, eu sei que ele pesca siri, peixe e sururu”, disse uma estudante. Falou-se ainda da fiscalização na região: “Vai lá o pessoal do Ibama para ver se confiscou mesmo [...] camarão, siri e caranguejo, que é principal lá, principalmente nessa época, principalmente do caranguejo, que é muito raro, né? Então [é] nessa época de reprodução que o pessoal cata mesmo”.

Mesmo havendo ações de educação ambiental e projetos sobre a necessidade de se respeitarem os períodos de andada e defeso para a manutenção da população de caranguejos, os catadores que não exercem a atividade durante a proibição assim o fazem por temer a fiscalização do Ibama. Esse contexto configura tensões numa guerra de mapas marcada por áreas de preservação ambiental e por territórios de pesca praticados pelas comunidades locais, atingindo diretamente a vida das famílias que se organizam para a comercialização e a pesca de caranguejos, peixes e siris que servirão a uma classe média ávida por degustar essas iguarias da culinária local.

Outro aspecto evidenciado com as oficinas de mapas relaciona-se às coletividades vivas que habitam e frequentam os manguezais da Baía de Vitória: peixes, caranguejos, siris e camarões. Durante as atividades, expuseram-se as preferências a determinados peixes e crustáceos, bem como os lugares em que essas espécies são facilmente capturadas. Além disso, em suas falas e nos textos livres produzidos, os estudantes apontaram mudanças na disponibilidade dos pescados na atualidade tanto na Ilha das Caieiras quanto na Baía de Vitória como um todo, fazendo emergirem questões para a problematização das relações de conveniência entre os manguezais e os sujeitos praticantes nas margens.

A maioria dos estudantes relatou os impactos ao longo do tempo sobre a atividade pesqueira, porque ouviram falar sobre eles e vivem-nos em suas famílias: “Eu sei que antigamente na Ilha das Caieiras tinha mais produção de pesca: caranguejo, siri, ostra, camarão e etc.”. Alguns, no entanto, apontaram crescimento na

quantidade de pescados, o que pode ter associação com as práticas pesqueiras predatórias. Ou seja, com o avanço de técnicas é possível pescar maior quantidade de indivíduos, o que não quer dizer que o hábitat esteja em equilíbrio.

Analisando de forma geral os saberes-fazer socioambientais sobre pesca na Ilha das Caieiras produzidos nos encontros, nas conversas, nos mapas e nos textos escritos dos estudantes, ficou evidente que as atividades pesqueiras estavam se distanciando da linha de costa do bairro, indo além da Baía Noroeste de Vitória, e aproximando-se das áreas de mangue do município de Cariacica: “Antigamente os pescadores pescavam mais perto da terra, mas hoje em dia tem que pescar mais para fora e demora mais tempo”. Outro estudante comenta: “Os lugares [em] que ainda existe mangue são para os lados de Cariacica”.

Os estudantes reforçaram que a Baía Noroeste de Vitória e a Ilha das Caieiras são lugares de intensa atividade pesqueira; alguns poucos mencionaram também a prática da pesca perto dos bairros Santo Antônio, Ilha do Príncipe e Praia do Canto, além da Praia de Camburi. A dinâmica mais marcante quanto à pescaria na Ilha das Caieiras foi sua mudança para locais mais distantes do bairro, o que a tornou mais trabalhosa. Além disso, na opinião deles, não houve muita alteração em relação aos instrumentos utilizados. Eles relataram ainda que a melhoria na infraestrutura do bairro influenciou positivamente a pesca, já que antes a existência de lixo no local acabava por poluir o manguezal e a baía.

Uma noção compartilhada entre os estudantes foi associar o mangue a uma época em que a urbanização do bairro ainda não se tinha consolidado. Quando perguntados sobre como era o bairro antigamente, considerando a qualidade de vida da comunidade, como já apareceu em alguns fios de conversa transcritos anteriormente, eles diziam que era pior, pois tinha manguezal, lixo e casas de palafita, provavelmente relacionando o mangue à sujeira, como um fator limitador à urbanização da Ilha das Caieiras.

De forma geral, observou-se que o manguezal tem sua maior influência sobre as artes cotidianas de pescar da comunidade e que, ao longo do tempo, os aterros foram diminuindo as áreas de mangue próximas à Ilha das Caieiras. A solução encontrada pelos pescadores então foi explorar áreas distantes da Baía Noroeste de Vitória.

A oficina de mapas foi fundamental no processo de pesquisa, pois resultou em mais do que um “produto”: os mapas, as conversas, os afetos e os encontros suscitaram problematizações acerca da educação ambiental autopoietica que acontece nas margens, nas práticas cotidianas, nas relações e com as artes de narrar das redes de conversações entre os sujeitos praticantes nas margens dos manguezais da Baía de Vitória.

Assim, desde o primeiro encontro surgiram curiosidades em relação aos saberes-fazer socioambientais dos estudantes da Emef Francisco Lacerda de Aguiar em relação às atividades pesqueiras desenvolvidas na Ilha das Caieiras, visto que a escola se localiza nos limites do bairro e recebe vários estudantes que moram ali e têm alguma relação familiar com os narradores da maré da Baía de Vitória. A escola, o bairro e os manguezais se fundem, se atravessam e se conversam, sem um modelo ou uma receita advinda de uma educação ambiental prescritiva.

Como constatado e discutido ao longo do capítulo, é intensa a pesca na Baía Noroeste de Vitória, principalmente nas unidades de conservação dos manguezais, porém, dada a sua classificação como Estação Ecológica Municipal e, como tal, de uso restrito, a Ilha do Lameirão, localizada na Baía de Vitória, não poderia abrigar atividades pesqueiras. Nessa dinâmica, o mais grave é que há pouca fiscalização e inexistente um plano adequado de manejo e gerenciamento de permissão às atividades pesqueiras dos moradores da Ilha das Caieiras. Assim, cabe perguntar: de que modo pensar um plano de manejo num contexto marcado por conflitos e tensões que envolvem as coletividades vivas dos manguezais e as práticas pesqueiras de uma comunidade inserida num mosaico de áreas de preservação ambiental permanente?

Pelas narrativas dos estudantes, percebe-se que muitas pessoas dali vivem efetivamente e afetivamente com o manguezal e da pesca, da cata de sururu, ostra e siri ou do desfio do siri, criando relações de convivência, seja por diversão, seja para ajudar os familiares. Nesse sentido, a participação mais singular da comunidade, inclusive de crianças e adolescentes, na vida do bairro se refere aos preparativos para a Semana Santa, época do ano mais movimentada para os restaurantes da região que servem as típicas tortas e moquecas capixabas.

Para incorporar outras perspectivas úteis à compreensão das relações entre o bairro, o museu, as escolas da região e os manguezais, fui também ao encontro da equipe do Museu do Pescador. Oficialmente, Museu Histórico da Ilha das Caieiras Manoel dos Passos Lyrio, tal espaço cultural foi criado pela Lei n. 6.306/2005, sendo uma antiga reivindicação da comunidade e constituindo-se como um museu comunitário. Dentro dele, existem materiais sobre a vida de Manoel dos Passos Lyrio, que nasceu em Santa Leopoldina e foi um dos primeiros moradores da Ilha das Caieiras.

Manoel chegou à região em 1927, numa pequena canoa, vindo pelo Rio Santa Maria. Em 1937, adquiriu um terreno e construiu sua residência. No lote, também instalou um comércio de secos e molhados, conhecido como a venda do Seu Duca. É exatamente esse o local onde hoje se localiza o museu. Em 1940, o sobrado foi inaugurado com um baile de carnaval no andar superior, tornando-se uma referência para toda a comunidade. Atualmente, o espaço é gerenciado pela Secretaria Municipal de Cultura e tem o propósito de desenvolver atividades de forma que a comunidade possa a se apropriar do museu e contribuir para o seu crescimento.

Para mantê-lo ativo, a equipe do Museu do Pescador promove diversas atividades, priorizando a monitoria, o envolvimento da comunidade, a preservação da memória, a difusão cultural e a pesquisa. Além disso, boa parte do acervo é proveniente dos encontros com os moradores locais, que abastecem o espaço com objetos e depoimentos.



*Museu Manoel dos Passos Lyrio, também conhecido como Museu do Pescador, situado na Rua Felicidade Correia dos Santos no bairro Ilha das Caieiras, 2012.  
Fonte: Arquivo pessoal.*

Fiz algumas visitas ao museu para entender melhor essa relação, mas, devido a desencontros e imprevistos, resolvi conversar primeiramente com Maria Canoa e saber por ela como era a relação entre o bairro Ilha das Caieiras, as escolas e o Museu do Pescador. Maria Canoa comenta:

---

– Eu só fui ao museu quando inaugurou... Ah, não tem nada ali que me desperte vontade de ir ali, que me desperte atenção. Nada. Você chega ali não tem uma pessoa pra te contar história, não tem pessoa pra te contar quem são os autores das fotos, quem são as pessoas que estão nas fotos. Eu mesma... Veio um pessoal aqui na minha casa, veio almoçar aqui, eu levei eles lá, a moça sentada na cadeira, sentada ela continuou. Aí eu fui falar com as pessoas: “Isso daqui é tia Laura, esse daqui é tio Bino, esse daqui é fulano”. Então ali não tem nada que me chame a atenção.

– Tá precisando dar uma mobilizada mais ali, né?! – provoco.

– Isso aí...

— Envolver mais a...

— A comunidade. Porque ali não tem atrativo nenhum — completa Maria Canoa.

— Você vê escola indo ali? — pergunto.

— Olha, muito pouco. No começo, quando inaugurou, eu via mais. Porque no começo, quando se falou em museu, se falou que teria oficinas, que teria pessoas aqui da Ilha das Caieiras, pessoas mais antigas, contando as histórias da Ilha, falando alguma coisa aqui da Ilha, pessoas cantando... Mas isso daí foi só no papel, não aconteceu nada. Acho que eles tinham que explorar aquele espaço que ele tem ali, ele tem um espaço bom, aquela pracinha... Fazer uma... sei lá, uma feirinha, de comida da Ilha. Divulgar, entendeu? Trazer a mídia pra cá, contar as histórias, falar dos pratos, sei lá... Eu acho que tinha que ter coisas, porque a Ilha aqui é muito rica, ela tem um potencial muito bom, tem coisas muito boas, mas pouco explorado. Eu acho que tinha que tirar essas crianças aqui da rua. Igual se olhar aqui: a gente tem muita criança aqui na Ilha. Se você ficar um final de semana aqui, você vê as crianças tudo na rua e no píer querendo ficar tomando conta de carro, vigiar carro.

— Tem pouco envolvimento da comunidade... — replico.

— Acho que é porque eu falo muito, eu cobro muito. Aí tem coisas que eles estão me deixando de fora. Não só eu, acho que a comunidade toda... porque a comunidade não está a par do que está acontecendo. Acho que uma pessoa só não é comunidade. Porque, tipo assim, ter um presidente por ter... Igual eu faço parte da comissão de saúde local aqui da Ilha. Tudo que a gente vai fazer é discutido em reunião, a gente participa de seminário... Agora a gestão da Ilha das Caieiras, o que tá acontecendo, o que vai acontecer, a gente não sabe mais. Tipo assim, eu sei que o prefeito, que alguma autoridade, vem na Ilha, [porque] eles começam a pintar, pintar o meio-fio, começa a varrer, aí eu sei que vem alguma autoridade. Agora, fora disso... Antigamente não, a

gente sabia: “Ó, prefeito tá vindo aí, vai fazer isso, fazer aquilo outro”. Agora hoje em dia a gente não sabe de mais nada. Uma pessoa só que sabe, a pessoa fica só pra ela. As coisas boas vêm pra Ilha das Caieiras, a comunidade não sabe... Quando fica sabendo, já aconteceu. Então... é complicado. Eu vejo que aqui na Ilha, as pessoas pensam muito no “eu”. Eu. Eu fiz, eu busquei, eu consegui, eu que trouxe, eu que divulguei. Nunca “nós”. Se você reparar, uma andorinha só não faz verão não.

— Uhum...

— Acho que a gente tá um pouco esquecido, abandonado, pelo prefeito, pelo governador, por tudo. Acho que eles deveriam olhar mais pra comunidade. Às vezes, eu vejo eles pregando tanto a saúde, a educação, a segurança, mas eles deixam muito a desejar... Vejo tanto programa pra tirar os jovens, as crianças da rua e só fica no papel. Território da Paz... Aqui é Território da Paz. Mas você não vê nada pra envolver jovens e adolescentes, crianças, pra tirar eles da rua.

— Território da Paz é o quê? — pergunto a Maria Canoa.

— É um território onde tinha um índice de violência, né?, onde o presidente Lula, ele junto com a Dilma, eles colocaram o Território da Paz, pra tá trazendo oficinas, trazendo alguma coisa... acabando um pouco da violência, violência doméstica, entendeu? Trazer cultura, saúde, essas coisas, mas você não vê nada disso. Quando acontece algum programa que tem pra atender, pra tirar, não atende todo mundo, é um número muito pequeno de pessoas.

---

Então quem frequenta o Museu do Pescador? O próprio pescador participa da vida comunitária do museu? Como esse espaço pode contribuir com as relações de convivência entre os moradores da Ilha das Caieiras por meio das ações coletivas, dos afetos e da sustentabilidade locais?

## Cartografias e outros movimentos nos cotidianos escolares

Esses meninos faziam parte do arrebol como os passarinhos.

Manoel de Barros (2010, p. 12)

Em 2012, o desejo de saber como os saberes-fazer socioambientais das práticas do bairro Ilha das Caieiras atravessavam os cotidianos escolares da região me invadiu por completo. A questão me surgiu, intensamente, em frente à escola Francisco Lacerda de Aguiar; estava no portão enquanto as crianças, em grupinhos de amigos, passavam abraçadas festejando a chegada do fim de semana e a saída antecipada devido à falta de professores, embalando-se pela música “Eu quero tchu, eu quero tchá”. Após a saída das turmas, a sala dos professores do turno matutino se encontrava vazia em razão do déficit de professores no quadro de funcionários da escola. A escola estava com uma atmosfera carregada nesse dia, “um pouco de possível, senão eu sufoco...” (DELEUZE, 2010, p. 131). Para Deleuze (2010, p. 218),

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle.

É preciso, pois, apostar nos possíveis, na potência da vida e dos bons encontros, nas boas conversas povoadas de afetos e experiências. E isso foi vivenciado graças à pesquisa cartográfica nas escolas enredadas com os cotidianos: paixões tristes e alegres nos cotidianos das escolas Francisco Lacerda de Aguiar e Eliane Rodrigues dos Santos,

que me deslocaram pelos movimentos das artes de narrar e de conversar enquanto modos de viver nas coletividades.

Houve várias tentativas de imersão e de aproximação aos professores e professoras, mas a atmosfera que pairava sobre as escolas conduziu a outros múltiplos cotidianos do campo da pesquisa. As redes de conversações se moviam e vibravam como se todos estivessem carregando água na peneira. Foi só no píer da Ilha das Caieiras, enquanto almoçava num restaurante da Rua Felicidade Correia dos Santos, como fazia muitas vezes naquele período, que consegui apresentar aos professores e professoras, também em horário de almoço, a ideia da pesquisa e propor parcerias com as escolas para realização de atividades de intervenção.

Nas conversas com eles, fui afetado por paixões tristes e pelos atravessamentos dos discursos reducionistas e deterministas da racionalidade instrumental, presentes em atitudes de hierarquização de saberes e em processos de diminuição de sujeitos encarnados no linguajar e nos corpos. Porém é “necessário evitar a mutilação da alegria de aprender, do prazer de criar nas salas de aula das escolas” (CARVALHO, 2009, p. 196).

Acompanhando os horários de entrada e saída das escolas, conheci Beré, menino da Baía de Vitória, estudante e sujeito praticante nas margens dos manguezais. Ele estava no píer no horário do almoço, então cheguei perto para conversar sobre o que ele e seus amigos estavam fazendo.

---

– Tio, pode dar uma olhadinha? – ele me pergunta se referindo ao meu carro.

– Pode sim... Você estuda no Francisco Lacerda de Aguiar? Eu já te vi lá...

– Estudo – responde saindo em direção aos veículos que chegam com pessoas interessadas em almoçar.

---

Meninos e meninas da Baía de Vitória com seus uniformes escolares, passeando e brincando no píerescola, inventando despropósitos, peraltices, experiências, alegrias e brincadeiras que os conduzem ao píer. Modos de vidas nos territórios do brincar dos infantes da maré. Amor e brincadeira são modos de vida e de relacionamento com os outros. São domínios de ações e não são conceitos nem distorções reflexivas, comportamentos maus ou bons, virtudes ou valores, como dizem Maturana e Verden-Zölller (2011, p. 247) no livro *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*:

O amor e a brincadeira não são conceitos nem ideias abstratas na história que nos deu origem. São aspectos de uma forma de vida que se manteve, geração após geração, como uma referência operacional em torno da qual mudou todo o resto, no devir evolutivo da linhagem de primatas à qual pertencemos. Ou seja, o amor e a brincadeira eram formas não-reflexivas de modos de ser mamíferos dos primatas bípedes, que foram nossos ancestrais pré-humanos: simples costumes e maneiras de relacionamento mamífero, cuja conservação como aspectos centrais de seu modo de viver tornou possível a origem da linguagem.

No devir evolutivo dos movimentos da pesquisa, fui ainda atravessado por diferentes temporalidades: *chrónos*, *kairós* e *aión*. Sobre essas palavras usadas para designar o tempo, Kohan (2007, p. 86) afirma:

A mais conhecida entre nós é *chrónos*, que designa a continuidade de um tempo sucessivo. [...] percebemos o movimento, o numeramos e a essa numeração ordenada damos o nome de *chrónos*. O tempo é, nessa concepção, a soma do passado, do presente e do futuro [...].

[...] Outra é *Kairós*, que significa “medida”, “proporção” e, em relação ao tempo, significa momento crítico, temporada,

oportunidade [...]. Uma terceira palavra é *Aión*, que designa, já em seus usos mais antigos, a intensidade do tempo da vida humana, um destino, uma duração, uma temporalidade não-numerável nem sucessiva, intensiva.

Nos domínios de ações do pesquisar, do conviver, do praticar o campo da pesquisa e do devir caranguejo, viram-se saberes-fazer dos meninos e meninas da Baía de Vitória, crianças atravessadas por experiências de cooperação, solidariedade, convivendo também com o cultivo da atenção na arte de morar, pescar, cozinhar, narrar, nadar e brincar com o manguezal. Domínios de ações não numeráveis nem sucessivas. São experiências de tempo *aión*, que, como resalta Larrosa Bondía (2004, p. 24),

[...] requer[em] um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer[em] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Em mais uma tentativa de encontrar e conversar com os professores e professoras, recebi o convite para participar da mostra cultural dos trabalhos realizados pelas turmas das séries iniciais do turno matutino da Emef Francisco Lacerda de Aguiar. Essa mostra antecede a Semana Santa, e a Ilha das Caieiras estava fervendo com o calor cultural das cozinhas e dos manguezais.



*Escola de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar, no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

Chegando à escola, acompanhei a entrada de professores e alunos. Em uma conversa com a funcionária da escola, fui surpreendido pelo fato de ela desconhecer que, durante a Semana Santa, a Ilha das Caieiras se ocupa com o preparo das tortas capixabas. Surgiu assim a ideia de fazer as oficinas de mapas com os estudantes do turno matutino com abordagens relacionadas às práticas do bairro, principalmente o morar, o pescar, o cozinhar e o narrar. Na conversa, a funcionária apresentou pistas do que acontecia na escola e das atividades realizadas com o bairro Ilha das Caieiras.

---

– Tem alguns trabalhos feitos anteriormente que mostram São Pedro ontem e hoje. Tem o trabalho da professora que até ganhou o prêmio Professora Nota 10, que fala justamente do Rio Santa Maria, que vem... que deságua...

– Interessante... Teria como eu conversar com essa professora? – pergunto.

– Amanhã ela vai estar aqui apresentando um trabalho com a sua turma. Na verdade, amanhã teremos vários trabalhos sobre isso.

---

A região da Grande São Pedro era o tema central das atividades do evento e estava representada por uma maquete de isopor, por cartazes, fotos, instalações, releituras de livros, danças, músicas, poesias e brincadeiras. Diferentes conexões e rizomas invadiram o pátio e os painéis fixos da escola. Diferentes afetos e percepções do bairro e dos manguezais.

Na entrada da escola, no pátio interno, havia um painel do manguezal dando boas-vindas. Manguezal com todo jeito de manguezal preservado. Um manguezal como ele é, sem lixo e esgoto, com toda a fauna e a flora, sem a presença humana, uma natureza intocada. Os estudantes criaram versos e fizeram desenhos sobre o manguezal, o pescador, o caranguejo, os peixes, as tartarugas. Mas e os materiais que foram usados na confecção dos trabalhos? Maquete de isopor? De que modo pensar em sustentabilidade nos cotidianos escolares? A sociedade dos descartáveis produzindo afetos?

A maior maquete, com mais detalhes e em posição de destaque, representava a região em três momentos: passado, presente e futuro. O trabalho mostrava que o lugar de toda pobreza, aquele do passado, transformara-se, no presente, na região de São Pedro. E a Ilha das Caieiras? E a preservação dos manguezais e das vidas manguezeiras? Esses tempos se misturam e atravessam a vida coletiva do bairro Ilha das Caieiras?

O que chamou minha atenção, além do uso abusivo, impactante e antiecológico do isopor, foi a representação do passado da região, um lixão a céu aberto, a cidade-sambaqui de restos, sendo o presente a própria redenção desse tempo, e o futuro sem os mundos da lama, sem os manguezais e sem os narradores e narradoras da maré.

Próxima a essa maquete de isopor, havia uma mensagem clara e preocupante no que se refere à preservação dos manguezais na sociedade dos descartáveis e do consumo. Também um boneco, o Monstro do Lixo, atraía a atenção das crianças, que brincavam com ele. A instalação virou brinquedo para os estudantes e os pais que visitavam a mostra cultural. Os restos e os descartáveis despertavam

afetos e brincadeiras, organizavam as práticas pedagógicas entre professores e estudantes e impunham estéticas antiecológicas que destoavam da temática do evento.

A escola praticando discursos sustentáveis paralelamente ao uso e desperdício excessivos dos descartáveis? Pedagogia da vitrine? Após a mostra cultural, qual o destino desses materiais? Essas atividades escolares ajudaram a problematizar os discursos e as práticas dos cotidianos escolares, deslocando a noção substantiva de sustentabilidade para a verbal, como domínio de ação, ou seja, “sustentabilizar” as relações de convivência e conveniência nas coletividades vivas e não vivas.

Um episódio irrompeu nesse dia de apresentações. Encontrei Beré chorando porque sua avó tinha ido embora para adiantar os afazeres da cozinha; afinal de contas, a Semana Santa se aproximava. Sentei ao lado dele para conversar: “Por que está chorando? O que que aconteceu?”, perguntei e fiquei sem resposta. “Você fez algum trabalho destes que estão expostos?” Beré levantou a cabeça e, com atenção flutuante, passeou os olhos por toda a mostra no pátio até encontrar o trabalho que havia feito. Ele o apontou e esqueceu o choro. “Deixa eu ver, me mostra!”, pedi. “É esse aqui e esse também!”, respondeu Beré sem chorar.

Ele estava feliz ao mostrar o seu trabalho sobre as rimas do manguezal e a releitura artística do livro *A casa feita de sonho*. A casa e o manguezal... Sonhos de uma criança, de um menino da Baía de Vitória, afetado pela estética do uso dos descartáveis. Esse episódio me desterritorializou e me fez pensar nas crianças que haviam crescido na cidade-sambaqui e sobrevivido do seu lixo.

As atividades se encerraram com a apresentação de uma coreografia da música “Lixo no lixo”, do grupo Falamansa. A empolgação contagiava e emocionava. Beré e seus amigos cantaram, riram e dançaram com a música. Novamente a sociedade dos descartáveis provocava afetos e “sustentabilizava” relações, processos e redes nos cotidianos escolares entre os meninos e menina da Baía de Vitória.

Em outro momento da pesquisa com os cotidianos escolares, conheci uma professora da turma do quinto ano que realizava atividades no píer da Ilha das Caieiras. Sua proposta era levar a turma até lá, às sextas-feiras, para uma roda de leitura e eu combinei de apresentar aos alunos, antes da visita ao píer, os materiais que haviam feito parte das oficinas de mapas: computador, projetor multimídia, livros, músicas, relatos de conversas, imagens do bairro Ilha das Caieiras, vídeos sobre os manguezais da região e fotografias do livro *Os argonautas do mangue*, de André Alves.

As imagens e os vídeos estimularam conversas e surgiu a proposta de produção de desenhos sobre a Ilha das Caieiras. Para isso, elaboramos uma lista com os elementos da paisagem do bairro: o píer, os barcos, os canos, a maré, os restaurantes, a rua, o museu, a praçinha, os caranguejos, os peixes... Enfim, entramos no clima do manguezal, da pescaria e da vida do bairro. Sala de aula manguezeira e molhada-de-peixe.

Feita a listagem dos elementos da paisagem e os registros nos cadernos, agendou-se um encontro para a confecção dos desenhos. Na data combinada, no entanto, uma surpresa: novamente a falta de professores e a necessidade de adiar a atividade. Aproveitei a ocasião para entrar em contato com os professores e professoras do turno vespertino da escola, quando então conheci o professor de geografia. Apresentei-lhe a proposta de pesquisa e ele manifestou seu desejo em participar, envolvendo uma turma do sexto ano. De acordo com o professor, essa turma era considerada complicada pela escola, com sérios problemas de comportamento e de aprendizagem. O professor me apresentou aos alunos e conversei sobre as atividades que gostaria de realizar. Ficou combinado que na semana seguinte nossas atividades se iniciariam.

Nesse meio tempo, voltei a agendar a visita ao píer com a turma do quinto ano. Chegando lá, nossa conversa se voltou ao mito do Pássaro de Fogo, uma vez que o cenário da estória estava diante de nossos olhos, ou seja, os montes Mestre Álvaro e Mochuara. Fiquei

sabendo então que a turma havia visitado a Reserva de Duas Bocas, localizada nos pés do monte Mochuara, em Cariacica. Trata-se de uma reserva de 2.910 hectares de Mata Atlântica criada há mais de cem anos e com várias nascentes de rios.

A conversa sobre a visita à Reserva de Duas Bocas e o mito do Pássaro de Fogo desterritorializou a turma, que identificou a rocha em forma de pássaro “pousado” na vertente do morro. A surpresa em vê-lo foi tamanha que o encontro foi tomado por esse assunto, mas conversarmos também sobre o manguezal e o bairro Ilha das Caieiras.

Enquanto caminhávamos pelo píer, tentei capturar por meio de algumas perguntas os despropósitos dos olhares diante da maré: “Por que o nome ‘Ilha das Caieiras’?”, “Alguém é filho de pescador ou de desfiadeira de siris?”, “Já visitaram o Museu do Pescador?”, “Vocês sabiam que aqui tinha uma fábrica de cal?”, “Já passearam de barco ou de canoa pela Baía de Vitória?”, “Quem gosta de pescar?”. Seguem alguns fios dessa conversa:

---

“Meu pai é pescador.”

“Minha tia é desfiadeira.”

“A minha também desfia.”

“Meu pai falou que é por causa da fábrica de cal.”

“Eu vou pescar.”

“Meu tio tem um restaurante ali.”

“A minha mãe já trabalhou no restaurante dele.”

---

Sentamos no píer e, à medida que íamos conversando, a turma desenhava as paisagens e suas impressões: o píer, o Mochuara, o manguezal, os barcos, os restaurantes. Foram feitas fotografias do encontro, e a conversa sobre a Ilha das Caieiras prosseguia.

No encontro seguinte com a turma, no auditório da escola, apresentei um vídeo editado com imagens da visita ao píer. Os alunos

ficaram felizes ao se verem nas fotos e ao verem com mais detalhe o Pássaro de Fogo feito de rocha. Exibiram-se vídeos sobre o manguezal, mostrando moradores locais da Ilha das Caieiras, os seres vivos que habitam os mangues, os utensílios de pesca e a culinária local, ou seja, moquecas e casquinhas de siri.

Outro encontro foi agendado para a turma dar início à oficina de mapas. A ideia era de os estudantes produzirem, em grupos, desenhos sobre o bairro Ilha das Caieiras. Eles combinaram o que queriam mapear mediante negociações e conversas na coletividade. Os saberes-fazer nas redes de conversações entre os estudantes apontavam para os lugares, as histórias, as pessoas, o manguezal, a pesca, o píer, os barcos, a maré.

Os materiais foram apresentados também para a turma do professor de geografia e, ao serem projetadas as fotografias do livro *Os argonautas do mangue*, com as imagens dos caranguejos e siris, a conversa versou sobre a andada e as espécies do manguezal. As imagens foram dispositivos para a captura dos saberes-fazer socioambientais da turma em relação ao mangue e às práticas do bairro Ilha das Caieiras.

Nessa ocasião, diante de uma turma com problemas de aprendizagem e de disciplina, de acordo com os discursos dos professores e pedagogos, emergiram outros saberes-fazer que não constam nos livros e que não estão abrangidos pelos conteúdos das disciplinas. Beré mais uma vez entrou em cena para conversar com as imagens e dissolver os discursos que o enquadravam na condição de aluno com sérios problemas de aprendizagem.

---

— Alguém sabe qual é o nome dessa espécie? — pergunto para a turma.

— Siri.

— E dessa aqui?

— Caranguejo.

- E qual a diferença entre os machos e as fêmeas?
  - É que o macho é maior e tem mais cabelo nas pernas, e a fêmea é pequena e a barriga dela é diferente.
  - Esse aqui é quem?
  - É o guaiamum.
  - E a andada? Alguém sabe o que é?
  - É quando eles andam pra se reproduzir.
  - E como faz pra catar o caranguejo?
  - De redinha...
  - Com a redinha?
  - Ou de braço também.
- 

A turma se surpreendeu, pois Beré pouco participava das aulas, mas, nessa conversa mediada pelas imagens, ele falara do manguezal e das práticas do bairro para a turma. Talvez pela primeira vez estivesse numa condição de saber o que estava sendo discutido e despertara a atenção da turma com seus saberes-fazer socioambientais e suas artes de narrar as práticas do bairro Ilha das Caieiras. Ele havia se posicionado perto da lousa e manuseado o livro com entusiasmo. Foi um acontecimento que o deixou feliz, autoproduzindo seu modo de estar na sala de aula e afetando a sua curiosidade. E Beré reprovou?!

Depois das experiências vividas com os saberes-fazer socioambientais do mundo da lama e os territórios do brincar dos meninos e meninas da Baía de Vitória, ficou evidente como somos afetados pela sociedade de controle e pela educação conteudista, que apagam as noções de currículos em redes, de currículos praticados e de redes de conversações, apoiando-se nas noções de currículos prescritos, considerando-os a única fonte de conhecimento.

Convidei Maria Canoa para um encontro com a turma do sexto ano, para desfiar siris e falar sobre seu ofício, contar curiosidades sobre a Ilha das Caieiras e mostrar o tabuleiro de siris cozidos. Quando ela entrou na escola, foi reconhecida por muitos estudantes.

---

“Boa tarde. Meu nome é Maria Canoa e sou desfiadeira de siris na Ilha desde pequena. Eu vou mostrar pra vocês como é que a gente faz e falar também o que que tá acontecendo com nossa pesca...”

---

Maria Canoa começou a falar sobre seu trabalho como desfiadeira de siris e a turma ficou atenta por um tempo, mas foi quando ela convidou a turma para desfiar siris que a euforia contagiou a todos.

---

“Eu quero.”

“Tem que ser com essa faquinha?”

“E como é que se faz?”

“Eu já sei desfiar. Eu vejo minha vó fazendo.”

“Vou desfiar esse aqui grandão.”

---

Um estudante mais peralta pegou um siri e saiu correndo atrás das meninas da turma, criando um alvoroço. Volta e meia, ele escondia o siri no bolso de alguém. Para completar, gritou no fundo da sala: “Essa sala tá com cheiro de perereca”. Todos riram da situação, inclusive Maria Canoa. A sala de aula ficou com cheiro manguezeiro. Uma sala-rizomática.

Ambientamos as salas de aula com uma exposição de fotografias produzidas em minhas andanças no bairro e durante a visita de Maria Canoa e Zé Perigo, que, ao encontrar com os estudantes, discorreu sobre a prisão dos pescadores. Segue a conversa dele com a turma do sétimo ano da Emef Eliane Rodrigues dos Santos.



*Escola de Ensino Fundamental Eliane Rodrigues dos Santos, no bairro Ilha das Caieiras, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

---

— Pessoal, eu vim aqui pra falar com vocês sobre a pesca aqui na Ilha das Caieiras. Eu aprendi com meu pai e hoje vocês sabem que a pescaria aqui na Ilha das Caieiras é forte. Muitas famílias vivem da maré. Tem gente aqui que trabalha só na maré. Os pescadores aqui não estão podendo mais pescar em paz. O Ibama e a polícia estão em cima da gente e estão prendendo o pescador que está trabalhando honestamente pra sustentar sua família.

— Por que eles estão prendendo? Meu pai falou que é por causa do balão. E que a polícia leva a rede embora. Pegaram eles pescando também? — pergunta um aluno.

— O seu pai e os outros pescadores estão preocupados... É que a polícia fala que não pode pescar com balão e rede na baía. A gente sabe disso, mas eles sabem que a gente pesca aqui desde sempre, e agora estão resolvendo prender sem falar nada. O pescador está sendo culpado agora. O que acontece também é que tem malha que não pode pescar, mas a gente usa a malha que a lei fala. Eles estavam usando malha de dois centímetros, que é proibido. O mínimo é de cinco centímetros. Eu uso de cinco centímetros. Só que a lei fala que não pode nenhum tipo de rede. Mas

como que a gente vai lá no Ibama e eles sabem que a gente pesca aqui e mesmo assim a gente faz a carteirinha de pescador profissional? Prenderam eles com dois quilos de robalo, dois quilos... Na reportagem, eles falaram que estavam pescando para comer e que não iam comercializar e que também não sabiam que era proibido pescar na baía, já que todo mundo pesca ali. E, enquanto isso, o Porto de Vitória fica soltando bomba na água na obra de ampliação do porto. Isso o Ibama não vê. Outra coisa também que está acontecendo é que tem pescador que fala que é pescador, mas não é, e tem a carteirinha de pescador só para receber o benefício do governo. Vira uma máfia da carteirinha...

— Máfia da carteirinha? Como assim? — pergunto a Zé Perigo.

— É o benefício do defeso que o pescador artesanal ganha. Ele ganha do governo federal o benefício de um salário mínimo. Eu sou pescador e todo mundo aqui me conhece na Ilha. Criei meus filhos todos e minha esposa desfia siri também. A gente tem nossa casa e um carrinho usado que ajuda no trabalho de levar peixe para os restaurantes. Tenho também barco de pesca. A gente pesca em Camburi, na ponta de Tubarão e em alto-mar também. Só que tem pescador que leva o colega lá para tirar o documento, porque é só o pescador falar que o colega tem experiência de pescador e ele consegue o documento e vai receber o benefício.

---

A turma ficou enredada com o desabafo do pescador, que é pai de um dos estudantes. A fala do pai de família, que pesca para manter o sustento dos filhos, causou na turma a dissolução do ponto de vista sobre a vida cotidiana no bairro Ilha das Caieiras e as relações de convivência e de conveniência que os pescadores e suas famílias estão enfrentando.

Mesmo sabendo dos conflitos da guerra de mapas dos manguezais, a turma se mostrou afetada pela intensidade com que a disputa entre a lei e a sobrevivência das famílias atravessa as vidas

cotidianas e as práticas do bairro. O manguezal é um ecossistema biótico que se faz presente nas práticas do bairro Ilha das Caieiras e nos cotidianos escolares.

Acompanhando as escolas e os moradores locais, obtive informações sobre as áreas de pescaria nos manguezais. E queria então navegar nos manguezais. Encontrei assim um professor do curso de química da Ufes divulgando passeios pela Baía de Vitória em um barco pequeno que ele utilizava também para ações educativas. Navegar foi fundamental à pesquisa e às suas problematizações.

As visitas de barco ao mangue, as oficinas de mapas realizadas nas duas escolas, as fotografias, os vídeos ambientais, as idas dos alunos ao píer e as de Zé Perigo e Maria Canoa às escolas, os encontros com os pescadores, a feitura da canoa, os almoços nos restaurantes, as idas ao Museu do Pescador, todas essas ações foram importantes ingredientes metodológicos na produção dos dados e do meu caminhar com a pesquisa.

Minha inquietação era entender como nós, educadores e educadoras, podemos potencializar relações solidárias de aprendizagens fundamentadas em emoções amorosas e de cooperação, imersos que estamos na sociedade da competição? De que modo a educação ambiental autopoietica permite problematizar a sustentabilidade expressa nos discursos oficiais e pelo mercado verde ao percebê-la enquanto domínio de ação, como verbo, “sustentabilizando” as relações de convivência e de conveniência? Com inquietudes e mantendo vivas as ideias das oficinas do viver, minha pesquisa intencionou, modestamente, provocar e problematizar algumas pistas nessas redes de saberes-fazer e poderes. Restou saber como escapar das formas-forças da sociedade de controle e de relações panópticas, de que maneira fazer uma vida bonita, de boas experiências e bons encontros afetivos, atravessados pelo cuidado e pelo amor habitando tensões e conflitos que emergem na sociedade contemporânea.

Problematizou-se o fazer-para e apostou-se no fazer-com, concebendo culturas pluralizadas que se afastam das categorias,

reducionismos e determinismos impostos sobre os saberes-fazer socioambientais por meio de práticas pedagógicas que, ao apagar os processos e as relações, enfatizam resultados. Foram momentos de aprendizagem autopoietica e inventiva, de invenção de mim e de mundos, de aprendizagens de desaprender, de sujeitos autopoieticos envolvidos pelo tempo *chrónos* e tensionados pelos tempos *kairos* e *aión*. É a arte resistindo e potencializando as singularidades. São as artes de narrar e de fazer as práticas do bairro movimentando, inventando traçados nas multiplicidades das redes cotidianas, ventilando as linhas retas entediadas, diluindo diferentes pontos de vistas e criando procedimentos por meio das expressões. A aposta está na liberdade de os estudantes inventarem a si mesmos e a seus saberes-fazer socioambientais com as práticas do bairro entre as redes de conversações e as regras de convivência e de conveniência com as coletividades vivas e não vivas dos manguezais.

As redes de conversações teceram fios de solidariedade com as produções das oficinas de mapas e com as outras intervenções nas escolas. É a arte do narrar e do conversar atravessando as coletividades. A atitude de pensar e conversar com os outros indicou-me uma pista deixada por Certeau em relação aos usos que ele fazia das conversas em suas pesquisas:

[...] as retóricas da conversa ordinária são práticas transformadoras “de situações de palavra”, de produções verbais onde o entrelaçamento das posições locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular “lugares comuns” e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los “habitáveis” (CERTEAU, 2008, p. 50).

Praticar nas comunidades escolares espaços de convivência que intensificassem experiências cooperativas, amorosas e felizes foi um

desejo latente desta pesquisa, assim como disseminar nas redes cotidianas os possíveis por uma vida bonita. Nessas conexões, fluxos, encontros intensos, cartografias, narrativas, conversas, verdades inacabadas e aproximadas, somos sujeitos praticantes e com pensamentos torcidos, potencializados para viver uma vida bela.

A aposta é na educação ambiental autopoietica, nas intensidades da vida, nas invenções de si e de mundos, no arejar, ventilar e flertar com as artes de fazer e narrar as práticas do bairro Ilha das Caieiras. Mas: como podemos tornar nossas vidas uma bela obra de arte? Que singularidades atribuir às educações ambientais autopoieticas?

É claro que não tenho a pretensão, nem de longe, de tentar responder essas questões. São problematizações que me acompanharam com as travessias da pesquisa. E, como disse Deleuze (2010, p. 177), “é preciso muito tempo de preparação para obter alguns segundos de inspiração”.



*Brincando nas águas da Baía Noroeste de Vitória, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*



**EDUFES**  
EDITORA

# Ventos de travessias sem fim

Então era preciso desver o mundo para sair daquele  
lugar imensamente e sem lado.  
Manoel de Barros (2010, p. 10)

A poesia de Manoel de Barros continua acompanhando os ventos de travessias da pesquisa, as vibrações, os movimentos inacabados com as intensidades do caos que me faz vibrar e me desterritorializa com as inventividades das educações ambientais autopoieticas produzidas.

Com o dever caranguejo, fui afetado de modo autopoietico pelos ventos de travessias do campo da educação ambiental com a pesquisa cartográfica sobre os cotidianos que emergiram nas redes de conversações em linguajar ilhês, redes de pesca, de afetos, redes cotidianas escolares, redes de conflitos e tensões, redes de saberesfazeres... redes.

Agente queria encontrar imagens de aves abençoadas  
pela inocência.  
Manoel de Barros (2010, p. 10)

A pesquisa, no exercício de acompanhar as sabedorias do caos dos mundos da lama e os saberesfazeres socioambientais produzidos com as práticas do bairro e os manguezais, aposta em educações ambientais autopoieticas. Estas emergem com as redes de conversações nas relações

de convivência e de conveniência entre os sujeitos praticantes nas margens e narradores e narradoras da maré do bairro Ilha das Caieiras e envolvem pescadores, desfiadeiras de siris, catadores de caranguejos, donos de restaurantes, estudantes, professores e professoras.

O que a gente aprendia naquele lugar era só ignorâncias  
para a gente bem entender a voz das águas e  
dos caracóis.

Manoel de Barros (2010, p. 10)

Capturar educações ambientais autopoieticas que não se guardam, mas que acontecem com as artes de narrar das redes de conversações tecidas nas relações de convivência e de conveniência da vida cotidiana e com inspirações que afirmam que conhecer, fazer e viver não são coisas separáveis. A realidade é, assim como nossa identidade, transitória. São companheiros de uma dança construtiva, dos seres humanos sendo e acontecendo.

A gente gostava das palavras quando elas perturbavam  
o sentido normal das ideias.

Manoel de Barros (2010, p. 10)

Educações ambientais autopoieticas tecidas com as experiências pessoais que emergem nas relações entre os sujeitos e que não se capitalizam em formas e modelos, acontecem em fluxos, intensidades, afetos e conflitos, encarnados e negociados nas relações de convivência.

Nosso conhecimento não era de estudar em livros.  
Era de pegar de apalpar e de ouvir e de outros sentidos.

Manoel de Barros (2010, p. 11)

Processos, relações e movimentos dos saberes-fazer socioambientais produzidos com as práticas do bairro e temperados com o calor

cultural da Semana Santa e do turismo gastronômico, tensionando a guerra de mapas entre as geografias-territórios das vidas manguezeiras e as áreas de manguezais das unidades de conservação.

Dimensões éticas e políticas que transformam o substantivo “sustentabilidade” praticado em discursos oficiais e pelo mercado verde no verbo, na ação de “sustentabilizar” a aceitação do outro como legítimo outro junto a nós nos processos autopoieticos de conhecer, no agir dos seres humanos nas coletividades da vida cotidiana.

Educação ambiental autopoietica enquanto domínio cognitivo e ontológico sendo produzida nas redes de conversações mediante as relações de convivência e de conveniência dos sujeitos praticantes da vida cotidiana. Essas redes estão encharcadas de potencialidades éticas e políticas, escapando às forças, aos projetos, às leis e às formas de controle dos corpos, dos tempos, dos lugares, dos afetos, dos conflitos, das *vidas* e dos saberesfazeres dos narradores e narradoras da maré.

Praticar e acompanhar o campo da pesquisa com as singularidades das práticas do bairro e seus saberesfazeres socioambientais produziu educações ambientais autopoieticas com redes de conversações permeadas pelos conflitos e as negociações entre os sujeitos praticantes e narradores e narradoras da maré, tensionando as relações afetivas, coletivas e comunitárias do bairro Ilha das Caieiras.

Múltiplos cotidianos do bairro Ilha das Caieiras: escolas, píer, museu, casas, manguezais, ruas, restaurantes. Os saberesfazeres capturados nos cotidianos escolares, praticados pelos meninos e meninas da baía de Vitória, que carregam água na peneira e peixes no bolso, desde as práticas de pescaria às músicas da grande mídia, constituindo uma educação ambiental autopoietica que acontece com as temporalidades do caos dos mundos da lama.

Conflitos entre os espaços de controle dos usos, dos territórios e dos tempos dos manguezais e de seus sujeitos praticantes e os movimentos do turismo gastronômico e da Semana Santa na Ilha, na ilha-refúgio, nas famílias, na ilha-família. Famílias sentadas à sombra nas calçadas para desfiar siris e sururus, na rua, que é território do cheiro

das moquecas e berçário dos siris desfiados e das casquinhas de siri. Território de paradoxos: a proteção dos manguezais e das coletividades vivas e o desenvolvimento do turismo gastronômico e da Semana Santa.



*Casquinha de siri desfiado, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

#### **Casquinha de siri**

- 400 g de siri desfiado
- 20 ml de azeite de urucum
- 130 g de cebola picadinha
- 2 dentes de alho
- 200 g de tomate picado
- 1 maço de coentro
- limão a gosto
- sal
- azeitona verde para decorar

Problematizar o campo da educação ambiental com a educação ambiental autopoietica, pensando nos movimentos com que os seres vivos constituem o mundo e pelos quais são constituídos, numa autoprodução, ou seja, numa autopoiese produzida com tensões, conflitos e negociações que emergem nos cotidianos das redes de conversações, visa ao compartilhamento, à solidariedade

e à aceitação do outro como legítimo outro junto a nós, bem como ao convívio amoroso. Educação ambiental autopoietica é um desejo compartilhado e uma política cognitiva.

Que cheiros, sabores, amores, práticas, afetos e sons conviveram com os ventos de travessias da pesquisa e os meus? Que educações ambientais autopoieticas me constituíram e constituíram a pesquisa em educação na oficina do viver cotidiano? Nós, humanos, na qualidade de seres vivos, somos sistemas autopoieticos vivendo num espaço relacional (MATURANA; VARELA, 1997). Ao existirmos como totalidades, existimos também como organismos, numa contínua autoprodução de nós mesmos. Isso implica mudar a questão “o que conhecemos” para “de que modo conhecemos”, pensando na educação ambiental autopoietica como dispositivo disparador para o desencadeamento de emoções que potencializam as escolas enquanto espaços de convivência encharcados de redes de conversações de afetos, solidariedades e amorosidades.

As conversas com os sujeitos praticantes nas margens continuaram em fluxos atravessando os manguezais, criaram encontros no Museu do Pescador e de novo nas escolas locais para a produção do vídeo de animação *Narradores da maré*, que foi dirigido pelos meninos e meninas da Baía de Vitória sobre o morar, o pescar e o cozinhar e realizado em 2014 com o incentivo da Lei Rubem Braga e da Prefeitura de Vitória<sup>22</sup>.

Com o desejo de continuar as redes de conversações entre as comunidades escolares e os sujeitos praticantes dos manguezais, o vídeo foi distribuído em todas as escolas municipais de Vitória, objetivando aproximar arte, educação ambiental autopoietica e pessoas com quem convivi nas travessias da pesquisa, de modo a fazer circular os saberes-fazer socioambientais praticados pelos vários Berés, meninos e meninas da Baía de Vitória.

---

22 O curta-metragem foi produzido em 2015 com a equipe do Projeto Animação do Instituto Marlin Azul. O título final atribuído pelos estudantes, narradores da maré, foi *O dia da torta capixaba* ([2015]).

As conversas com narradores e as narradoras da maré também continuaram... Setembro de 2013... cheguei à Ilha das Caieiras e encontrei Maria Canoa apressada com os preparativos da Semana Santa e da Festa da Mariscada, que encerraria a Semana do Pescado, evento promovido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

O bairro todo se mobilizando e se organizando para o evento. Era o calor cultural do turismo gastronômico. Outros encontros e experiências continuam acontecendo na Ilha das Caieiras envolvendo Maria Canoa, Zé Perigo, Badejo, Jereré, Beré e outros narradores e narradoras da maré, abrindo caminhos e mostrando outros sentidos de aprendizagens autopoieticas.

Por aqui vou encerrando o texto... tecido por temporalidades, tempo cronológico, das intensidades, das prioridades, das negociações que também compuseram os processos autopoieticos da criação deste livro.

Inspirado na poesia de Manoel de Barros, como menino do mato, menino do manguezal e menino da Baía de Vitória, desejo navegar sem remo nem quilha e com “o privilégio de não saber quase tudo. / E isso explica/ o resto” (BARROS, 2010, p. 69).



*Manguezais da Baía Noroeste de Vitória e, ao fundo, a cidade de Vitória, 2012.*

*Fonte: Arquivo pessoal.*

O menino que recebera o privilégio do  
abandono.  
Achava que o seu abandono era maior que  
o abandono do lugar.  
Mas o abandono do lugar era maior  
porque continha o primordial.  
Manoel de Barros (2010, p. 63)



*Moqueca de cação acompanhada de moqueca de banana-da-terra, arroz e pirão, 2012. Fonte: Arquivo pessoal.*

### **Moqueca capixaba**

- 1 kg de peixe limpo, cortado em postas (badejo, dourado ou cação)
- 1/2 kg de camarão
- 4 tomates picados
- 1 tomate cortado em rodelas
- 2 cebolas picadas
- 1 cebola cortada em rodelas
- 1 maço de cebolinha picada
- 1 maço de coentro picado
- 2 dentes de alho

3 colheres de sobremesa de colorau, diluídas em 1/4 xícara de óleo

2 bananas-da-terra cortadas em rodelas grossas

1 limão

sal

# Referências

A ESCOLA. *In*: GRITO do povo. [2011?]. Blog. Disponível em: <https://gritodopovo.wordpress.com/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ALVES, A. **Os argonautas do mangue**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ALVES, N. Sobre as razões das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. *In*: GARCIA, L. R. (org.). **Diálogos cotidianos**. Petrópolis: DP et Alii; Rio de Janeiro: Faperj, 2010. p. 67-82.

ALVES, N. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 7-8, jan./dez. 2003.

ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARCHI, R. **Poder e resistência nos diálogos das ecologias licantrópicas, infernais e ruidosas com as educações menores e inversas (e vice-versa)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (org.). **Pistas do**

**método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

BARROS, L. P.; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. *In:* PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 172-200.

BARROS, M. **Menino do mato.** São Paulo: Leya, 2010.

BARROS, M. O menino que carregava água na peneira. *In:* BARROS, M. **Exercício de ser criança.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1999. p. 4.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução Conama nº 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, n. 90, p. 68, 13 maio 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução normativa interministerial nº 2, de 14 de janeiro de 2011. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, n. 11, p. 53, 17 jan. 2011.

CANTILENA. Intérprete e compositor: Luís Perequê. *In:* LUÍS Perequê ao vivo. [S. l.]: [independente], 2014. 1 CD, faixa 4 (3 min 32 s).

CARIACICA. Prefeitura Municipal. **Gerência de Monitoramento Ambiental.** Cariacica, [2023]. Disponível em: <https://www.cariacica>.

es.gov.br/paginas/gerenciamonitoramentoambiental. Acesso em: 4 set. 2023.

CARVALHO, J. **Cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis: DP et Alli, Rio de Janeiro, 2009.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2.

COMDEVIT. Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória. **Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória**. Vitória, c2016-2023. Disponível em: <https://plano-metropolitano.es.gov.br/comdevit>. Acesso em: 31 ago. 2023.

COSTA, J. R. da. **Canoeiros do Rio Santa Maria**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1951.

DA LAMA ao caos. Intérprete e compositor: Chico Science. *In*: DA LAMA ao caos. Intérpretes: Chico Science e Nação Zumbi. Rio de Janeiro: Chaos: Sony Music, 1994. 1 LP, faixa 6 (4 min 36 s).

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

ESPERA maré. Vitória: Instituto Marlin Azul, 2008. 1 vídeo (2 min 50 s). Publicado pelo canal Reporterbr. Disponível em: <https://>

[www.youtube.com/watch?v=KLEKTF0OYRU](http://www.youtube.com/watch?v=KLEKTF0OYRU). Acesso em: 10 dez. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 2625-R, de 23 de novembro de 2010. Cria o mosaico de áreas protegidas no manguezal de Vitória. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**: Executivo, Vitória, p. 2-3, 24 nov. 2010.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Polo da Região Metropolitana de Vitória/ES – PDITS**. [Vitória], jan. 2012. Disponível em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/ESPIRITO\\_SANTO/PDITS\\_DA\\_REGIAO\\_METROPOLITANA\\_DO\\_ESTADO\\_DO\\_ESPIRITO\\_SANTO.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/ESPIRITO_SANTO/PDITS_DA_REGIAO_METROPOLITANA_DO_ESTADO_DO_ESPIRITO_SANTO.pdf). Acesso em: 15 set. 2023.

FAPEAM: Nova Cartografia Social da Amazônia. Amazonas: TV Fapeam, 2009. 1 vídeo (8 min 29 s). Publicado pelo canal Fapeam Amazonas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=au-rylkK-8IU&t=55s>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FERRAÇO, C. E. Eu, caçador de mim. *In*: GARCIA, R. L. (org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP et Alli, 2003. p. 157-175.

FERRAÇO, C. E. (org.). **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.

FOUCAULT, M. O uso dos prazeres e as técnicas de si. *In*: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-287. (Ditos e Escritos, 5).

GONZALEZ, S. **Educação ambiental autopoietica com as práticas do bairro Ilha das Caieiras entre os manguezais e as escolas**.

2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013a.

GONZALEZ, S. Educação ambiental autopoietica entre manguezais, redes cotidianas escolares e práticas pesqueiras. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 36., 2013, Goiânia. **Anais** [...]. [Rio de Janeiro]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2013b.

GONZÁLEZ, S. **Educação ambiental biorregional**: a comunidade aprendente na Ilha de Caieiras, Vitória (ES). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GONZALEZ, S.; RAMOS, A. T. Educação ambiental autopoietica em redes de conversações na vida cotidiana. **Textura**, Canoas, n. 30, p. 86-106, jan./abr. 2014.

GONZALEZ, S.; RAMOS, A. T. Educação ambiental, manguezais, cotidianos escolares, práticas pesqueiras e outros espaços de convivência e de formação de professores/as. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. [Rio de Janeiro]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2015a.

GONZALEZ, S.; RAMOS, A. T. Há uma horta no meio da cidade. **Quaestio**: revista de estudos de educação, Sorocaba, n. 1, v. 21, p. 157-178, 2019.

GONZALEZ, S.; RAMOS, A. T. Humberto Maturana e seus atravessamentos com a educação ambiental e formação de educadores/as. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS”*, 7., 2013, Rio de Janeiro. Tema: Transformações e subversões na atualidade. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

GONZALEZ, S.; RAMOS, A. T. Narradores da maré: educação ambiental e as artes de narrar, morar, pescar e cozinhar com os manguezais e cotidianos escolares. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS”, 8., 2015, Rio de Janeiro. Tema: Movimentos sociais e educação. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015b.

GONZALEZ, S.; RAMOS, A. T. Potencial político e pedagógico de um projeto de pesquisa, ensino e extensão com cotidianos escolares, práticas do bairro e manguezais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2016, Sorocaba. Tema: Cotidiano escolar: (in)quietudes e fronteiras em conhecimentos e práticas educacionais. **Anais** [...]. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2016. p. 102-108.

GONZALEZ, S.; TRISTÃO, M. Educação ambiental autopoietica com oficinas de mapas entre os manguezais e os cotidianos escolares da Ilha das Caieiras. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 11., 2014, São João del-Rei. Tema: Culturas, políticas e práticas pedagógicas e suas relações com a pesquisa. **Anais** [...]. Organização de Laerthe de Moraes Abreu Junior e outros. São João del-Rei: Programa de Pós-Graduação em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares – UFSJ, 2015. 1 CD-ROM.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Resultados. [Rio de Janeiro], c2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício das paneleiras de Goiabeiras**. Brasília, 2006. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_PaneleirasGoiabeiras\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_PaneleirasGoiabeiras_m.pdf). Acesso em: 1 set. 2023.

KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia e Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 7-16, set./dez. 2004.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARROSA BONDÍA, J. Experiência e paixão. In: LARROSA BONDÍA, J. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 151-166.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

LUGAR de toda pobreza. Direção e produção: Amylton de Almeida. Vitória: Rede Gazeta, 1983. 1 videocassete (50 min). Disponível no Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (número de chamada: AV 791.43-92 L951).

MANGUE e tal. Direção: alunos da rede municipal de ensino de Vitória (ES). Vitória: Instituto Marlin Azul: Galpão Produções, 2002. 1 vídeo (5 min 19 s). Publicado pelo canal Instituto Marlin Azul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pm8HqcaHoBU&t=11s>. Acesso em: 4 jul. 2013.

MARTINELLI, F. S.; AGOSTINI, L. P.; GONZALEZ, S. Educação ambiental e cartografias das práticas cotidianas de pesca na Ilha das Caieiras, Vitória, ES. **Remea**: revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 29, p. 1-13, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2961>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MATURANA, H. **El sentido de lo humano**. Santiago de Chile: Dolmen, 1994.

MATURANA, H. **Emoções e linguagens na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MATURANA, H. Entrevista [cedida a Revista Humanitates]. **Revista Humanitates**, Brasília, v. 1, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <http://awmueller.com/pdf/maturana.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

MATURANA, H.; DÁVILA YÁÑEZ, X. **Habitar humano em seis ensaios de biologia-cultural**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Psy, 1995.

MATURANA, H.; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos: auto-poiese: a organização do vivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MATURANA, H.; VERDEN-ZÖLLER, G. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2011.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

O DIA da torta capixaba. Roteiro, direção e animações: alunos da rede municipal de ensino de Vitória (ES) – Emef Francisco Lacerda de Aguiar; Emef Eliane Rodrigues dos Santos (Ilha das Caieiras). Vitória: Instituto Marlin Azul, [2015]. 1 vídeo (4 min 13 s). Publicado pelo

canal Narradores da Maré. Disponível em: [https://youtu.be/\\_hztu-kjtc4g?si=qTeTfoCQ8W4YP6e3](https://youtu.be/_hztu-kjtc4g?si=qTeTfoCQ8W4YP6e3). Acesso em: 10 nov. 2020.

OS CANOEIROS do Rio Santa Maria da Vitória: primeira parte. Direção: Walter Conde. Vitória: Érico Santana Produções, 2020a. 1 vídeo (9 min 45 s). Publicado pelo canal Walter Conde. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9jp\\_2Rp3jLY](https://www.youtube.com/watch?v=9jp_2Rp3jLY). Acesso em: 28 abr. 2023.

OS CANOEIROS do Rio Santa Maria da Vitória: segunda parte. Direção: Walter Conde. Vitória: Érico Santana Produções, 2020b. 1 vídeo (12 min 02 s). Publicado pelo canal Walter Conde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fEXU7No33Qg>. Acesso em: 28 abr. 2023.

OS MENINOS da Baía de Vitória. Intérprete: Moxuara. *In*: PONTOS e nós. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. 1 CD, faixa 4 (4 min 05 s).

PASSOS, E.; BARROS, L. P. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009a. p. 17-31.

PASSOS, E.; BARROS, L. P. Por uma política da narratividade. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009b. p. 150-171.

PASSOS, E.; EIRADO, A. do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009a.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. Sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas. Posfácio. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009b. p. 201-205.

PEDREIRO e vigilante são detidos por pesca ilegal de robalo na Baía de Vitória. **SiteBarra**, Barra de São Francisco, 23 maio 2012. Disponível em: <https://sitebarra.com.br/v5/2012/05/pedreiro-e-vigilante-sao-detidos-por-pesca-ilegal-de-robalo-na-baia-de-vitoria.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

PELLANDA, N. M. C. **Maturana e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RAMOS, A. T. **Educação ambiental entre os carnavais dos amores com os mascarados do congo de Roda d'Água**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

RAMOS, A. T. **Mulheres no congo do Espírito Santo**: práticas de re-existência ecologista com os cotidianos escolares. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2018.

RAMOS, A. T.; GONZALEZ, S. Práticas pedagógicas dialógicas como possibilidade de criação de currículos nos cotidianos escolares. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 583-591, set./dez. 2020.

RAMOS, A. T.; RANGEL, I. S.; GONZALEZ, S. Educação ambiental numa perspectiva autopoietica e as redes de conversações na formação de educadores/as. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 35., 2012, Porto de Galinhas, 2012. **Anais** [...]. [Rio de Janeiro]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2012.

RANGEL, I. S.; RAMOS, A. T.; GONZALEZ, S. Educação ambiental e formação de professores numa perspectiva autopoietica. *In: LEITE, Y. U. F. et al. (org.). Políticas de formação inicial e continuada de professores*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012. Livro 2, p. 3380-3389. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2012, Campinas.

REIGOTA, M. Aspectos teóricos e políticos das narrativas: ensaio pautado em um projeto transnacional. *In: CORDEIRO, R.; KIND, L. (org.). Narrativas, gênero e política*. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 49-66.

REIGOTA, M. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SAMPAIO, M. V.; GUIMARÃES, L. B. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais** [...]. [Rio de Janeiro]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2012. 1 CD-ROM.

SENA, F.; MONTEIRO, A. De amor proibido a criaturas fantásticas: as lendas das pedras capixabas. **A Gazeta**, Vitória, 21 ago. 2022. Seção Capixapédia. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/>

capixapedia/de-amor-proibido-a-criaturas-fantasticas-as-lendas-das-pedras-capixabas-0822. Acesso em: 31 ago. 2023.

TRISTÃO, M. Abordagens teóricas e metodológicas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 14, n. 2, p. 87-92, 2009.

VITÓRIA. Lei nº 6.462. Cria o auxílio financeiro no período do Defeso da Muda para os catadores de caranguejos do Município de Vitória. **A Tribuna**, Vitória, 26 nov. 2005. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/2005/L6462.PDF>. Acesso em: 20 set. 2023.

VITÓRIA. Lei nº 9.077. Protege o ambiente estuarino e marinho com a proibição da pesca com rede nas Baías do Espírito Santo e Baía de Vitória. **Diário Oficial do Município de Vitória**, Vitória, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/2017/L9077.PDF>. Acesso em: 20 set. 2023.

VITÓRIA. Lei nº 9.971. Dispõe sobre o Benefício de Andada e Defeso para os catadores de caranguejo do Município de Vitória, e dá outras providências. **A Tribuna**, Vitória, 24 jul. 2010. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/2010/L7971.PDF>. Acesso em: 20 set. 2023.

# Índice remissivo

## A

andada 26, 30, 35, 103, 116, 119-120, 137  
aterro 83, 122

## B

Baía de Vitória (áreas protegidas) 22,  
24, 25, 29, 94, 97, 106  
balão, *ver* rede de arrasto (balão)

## D

defeso 26, 30, 35, 119-120, 140  
descartáveis 79, 132, 133

## E

educação ambiental  
nas escolas 108-143  
educação ambiental autopiética 12, 13,  
15, 33, 36, 37-38, 46, 48, 53, 55, 61,  
62, 63, 64, 66, 69, 93, 102, 104, 110,  
118, 122, 141, 145, 146, 147, 148, 149

## I

Ibama 64, 87, 88, 95, 120, 139, 140

## L

leis ambientais 29, 94, 96, 119, 139, 140  
linguajar local (ilhês) 35, 45, 49, 52, 55,  
86-92, 94, 98, 103, 145  
lixão 31, 83, 111, 112, 116, 132

## M

Maturana, Humberto 15, 38, 42-51,  
53-54, 57-59, 61-62, 64, 66, 129  
Mestre Álvaro (monte) 121, 134  
Mochuara (monte) 21, 30, 134  
Museu do Pescador 85, 93, 102, 123-126

## O

oficina de mapas 114, 115, 116, 118, 119,  
120, 122, 131, 134, 136

## P

Pássaro de Fogo (lenda) 21, 134, 136  
pesca (proibição) 24, 36, 59, 60, 91, 94,  
104, *ver também* defeso  
pesquisa cartográfica 68, 69, 70, 71, 72,  
115, 117, 127, 145

práticas culturais 46

práticas do bairro 13, 15, 20, 26, 32, 42, 43-44, 45, 55-57, 58, 60, 64, 66, 77, 78, 80, 81, 82, 86, 87, 90, 92, 94, 97, 98, 102, 114, 131, 141, 142

brincar 52, 78, 86, 88, 129, 130, 132, 137

comercializar 17, 34, 35, 36, 42, 56, 66, 91, 93, 94, 104, 105, 120

cozinhar 13, 15, 16, 20, 26, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 52, 55, 56, 57, 77, 78-79, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 93, 103, 104, 110, 114, 130, 149

morar 13, 15, 16, 20, 26, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 52, 55, 57, 77, 81, 87, 88, 91, 93, 103, 104, 114, 130, 149

narrar 13, 15, 16, 20, 24, 25, 26, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 55, 57, 60, 63, 74, 75, 81, 86, 88, 91, 92, 103, 110, 114, 116, 122, 128, 130, 137, 142, 143, 146

pescar 13, 15, 16, 20, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 52, 55, 56, 57, 60, 64, 65, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 130, 135, 139-140, 141, 149

professor(a) 63, 109, 110, 127, 128, 130-131, 133, 134, 136, 141

## R

rede de arrasto (balão) 56, 65, 88, 90, 113, 116, 117, 118, 139

Rio Santa Maria da Vitória 21, 22, 27-29, 80, 87, 93, 102, 123, 131

## S

saberesfazereres socioambientais 12, 15, 20, 26, 27, 31, 35, 36, 42, 44, 46, 50, 59, 61, 66, 72, 73, 76, 81, 90, 92, 111, 113, 115, 117, 118, 121, 122, 136, 137, 142, 145, 146, 147, 149

sambaqui 29, 31, 63, 83, 84, 95, 97, 132, 133

Semana Santa 16, 25, 31, 34, 36, 56, 77-79, 84, 87, 88, 103, 105, 108, 109, 123, 131, 150

sustentabilidade/sustentabilizar 16, 22, 29, 30, 65, 66, 91, 97, 105-106, 114, 115, 118, 132, 133, 141, 147

## T

turismo gastronômico 16, 25, 34, 36, 45, 55, 56, 60, 66, 81, 84, 91, 97, 103, 105-106, 114

## U

unidades de conservação 16, 23-24, 81, 122

Os escritos de Soler Gonzalez chegam com cheiro de moqueca capixaba e gosto das casquinhas de siris desfiados pelas mulheres da Ilha das Caieiras. O livro é embalado de modo poético pela energia ancestral dos manguezais da Baía de Vitória das terras capixabas. Ecossistema manguezal, que é o berço de toda vida, a lama, matéria primeira. Soler nos convida para a andada no mundo da lama com seu devir caranguejo, suas geografias dos afetos tecidas com as artes das práticas do bairro dos narradores e narradoras da maré e os cotidianos escolares. *Educação ambiental autopoiética na Baía de Vitória* é um encontro com os múltiplos territórios com ventos de travessias inundados por histórias, conversas, sabores, saberes, inacabamentos, vibrações, intensidades, esperança, amizades, amor e alegrias. Soler Gonzalez, um menino do manguezal, um menino da Baía de Vitória. E as andadas continuam! Boa leitura!

Andreia Teixeira Ramos



## Soler Gonzalez

é graduado em Geografia, mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, onde atualmente é professor adjunto do Centro de Educação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. É líder do grupo de pesquisa Territórios de Aprendizagens Autopoiéticas e coordenador do projeto de ensino, pesquisa e extensão Narradores da Maré.

Este é um livro que nasce do mundo da lama. Tem variados cheiros, muitas texturas, diversos sabores. Palavras e imagens viajam por manguezais, escolas, ruas, embarcações, cozinhas, gentes, encharcando-nos da vida pulsante dos cotidianos da Ilha das Caieiras, na Baía de Vitória. Educações ambientais plurais são tecidas a partir de uma rede de conversações. As narrativas brotam de uma pesquisa sensível e escutadora. O texto nos pede a presença, o corpo, a atenção. Vemo-nos como leitores caranguejos a andar pelas páginas do livro. Lemos pelo meio dos acontecimentos nascentes a partir do texto. O escritor está, desde a primeira linha, no meio das coisas, das raízes, das panelas fumegantes de barro, das crianças, das múltiplas vozes da maré. Um livro tecido a partir de uma existência em pesquisa, que se afirma como um ato poético e político em defesa da vida.

*Leandro Belinaso*